



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**O CASO PROCONSULT: EMBATES NA APURAÇÃO DAS
ELEIÇÕES PARA O GOVERNO FLUMINENSE EM 1982**

APRESENTADA POR

MAURO JOSÉ DE SOUZA SILVEIRA

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE

Rio de Janeiro, abril de 2018

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**O CASO PROCONSULT: EMBATES NA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO
FLUMINENSE EM 1982**

MAURO JOSÉ DE SOUZA SILVEIRA

Rio de Janeiro, abril de 2018

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

MAURO JOSÉ DE SOUZA SILVEIRA

O CASO PROCONSULT: EMBATES NA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA O
GOVERNO FLUMINENSE EM 1982

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Orientador Acadêmico: Prof. Américo Oscar Guichard Freire

Rio de Janeiro, abril de 2018

Silveira, Mauro José de Souza

O caso Proconsult: embates na apuração das eleições para o governo fluminense em 1982 / Mauro José de Souza Silveira. - 2018.

137 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.

Inclui bibliografia.

1. Eleições – Rio de Janeiro (Estado) – 1982. 2. Fraude. 3. Crime eleitoral. 4. Voto. I. Freire, Américo. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 324.66

MAURO JOSÉ DE SOUZA SILVEIRA

“O CASO PROCONSULT: EMBATES NA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO FLUMINENSE EM 1982”.

dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 04/04/2018

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



Américo Oscar Guichard Freire
Orientador(a)



Fernando Lattman Weltman
Membro



João Trajano Sento Sé
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao professor Américo Oscar Guichard Freire, por ter transformado o processo de orientação em uma sucessão de encontros agradáveis, em que as recomendações eram sempre temperadas pela autêntica e tradicional prosa, hoje tão ausente da realidade brasileira.

Aos professores Fernando Lattman-Weltman, e João Trajano Sento-Sé, que generosamente aceitaram participar da banca. O professor Fernando já havia, ao lado da querida professora Dulce Chaves Pandolfi, contribuído decisivamente para a indicação de caminhos para este trabalho com sua participação na banca de qualificação.

A todos os professores do CPDOC/FGV que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada com seu conhecimento e companheirismo.

Aos queridos colegas, companheiros de jornada, por ter compartilhado projetos, progressos, incertezas e esperanças, tanto na sala de aula como fora dela.

Aos entrevistados, pela generosidade e confiança em me trazer suas lembranças, felizes ou sofridas, revivendo momentos cruciais de suas trajetórias pessoais e profissionais.

Aos professores do Departamento de Comunicação da PUC-Rio Cesar Romero Jacob, Leonel Azevedo de Aguiar e Arthur Ituassu pelo interesse demonstrado e os conselhos dados desde o momento em que manifestei a intenção de realizar este trabalho.

Ao querido amigo Alan Ribeiro, que há anos me ajudou no pontapé inicial desta pesquisa.

A meus filhos Carolina, Leonardo e Vinícius pelo apoio de sempre e, principalmente, por existir em minha vida. Vinícius, além do mesmo carinho de filho transmitido por seus irmãos, mergulhou na exaustiva tarefa de transcrever material publicado ao longo de meses nos jornais pesquisados.

À minha amada neta Diana, pela alegria e paciência com o “vovô velhinho”.

E finalmente a Tatiana, por tudo, absolutamente tudo, que esteja envolvido neste trabalho.

RESUMO

O trabalho propõe uma reflexão sobre os acontecimentos que marcaram as eleições diretas para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982, as primeiras realizadas para o cargo desde 1965, quando foram proibidas pelo regime que tomou o poder no ano anterior. A pesquisa destaca a empresa Proconsult, contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral para a totalização eletrônica dos votos depositados nas urnas e cuja atuação ficou marcada por erros que suscitaram fortes suspeitas de tentativa de fraude eleitoral, sobretudo na fase de apuração dos resultados, marcada pela polarização entre o candidato do partido que representava o regime (Moreira Franco, PDS) e Leonel Brizola (PDT), adversário dos militares que retornara três anos antes do exílio, beneficiando-se da Lei da Anistia. Após contextualizar o período em que ocorreu a construção de novos partidos e as candidaturas que os representaram, o trabalho especificamente discute a atuação dos dois principais jornais cariocas à época – *Jornal do Brasil* e *O Globo* – e também dos veículos eletrônicos dos dois grupos, a *Rádio Jornal do Brasil* e a *TV Globo*. A observação do posicionamento divergente de ambos, tanto na campanha quanto na apuração, foi uma das preocupações preponderantes da pesquisa. Além da leitura dos jornais, o trabalho recorreu a entrevistas com alguns personagens que tiveram atuação relevante na ocasião, como políticos e jornalistas.

Palavras-chave: Eleições 1982; Proconsult; Governo do Rio de Janeiro; Leonel Brizola; Moreira Franco; Miro Teixeira; Imprensa; Mídia eletrônica

ABSTRACT

This Master's thesis proposes a discussion about the events that marked the direct elections for governor of the State of Rio de Janeiro in 1982, the first since 1965, when they were prohibited by the regime that took power in the previous year. This research highlights the company Proconsult, hired by the Regional Electoral Court (TRE) for the electronic vote counting. This event was marked by errors that raised strong suspicions of attempted electoral fraud, especially in the phase of vote counting, marked by the polarization between the candidate of the party that represented the regime (Moreira Franco, PDS) and Leonel Brizola (PDT), an opponent of the military, who had returned three years before the exile, benefiting from the Amnesty Law. After contextualizing the period in which the construction of new parties took place and the candidatures that represented them, this research specifically discusses the performance of the two main newspapers in Rio de Janeiro - *Jornal do Brasil* and *O Globo* - and also the electronic vehicles of the two groups, *Radio Jornal do Brasil* and *TV Globo*. The observation of the divergent positioning of the two vehicles, not only in the campaign but also in the vote counting, was one of the main focus of the research. In addition to reading the newspapers, the work drew on interviews with some characters who had a relevant role at the time, such as politicians and journalists.

Keywords: Election of 1982; Proconsult; Government of Rio de Janeiro; Leonel Brizola; Moreira Franco; Miro Teixeira; Press; Electronic media

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cédula eleitoral –Eleições de 1982. Fonte TSE	40
Figura 2: Quadro pesquisa de 14/03/1982.....	45
Figura 3 – Quadro O Globo: candidatos na etapa final de campanha	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS ELEIÇÕES DE 1982: UMA ÁRDUA CAMINHADA	22
1.1 A luta pela anistia e a reforma partidária	24
1.2. Os novos partidos em busca de estrutura.....	26
1.2.1 O MDB após a fusão	27
1.2.2 PMDB e PDS: os herdeiros do bipartidarismo	28
1.2.3 A disputa do legado trabalhista: surgem o novo PTB e o PDT	31
1.2.4 Um novo personagem na política fluminense: a estreia do PT	32
1.3 A resistência dos esquemas de repressão.....	35
1.4 As mudanças das regras nas eleições de 1982	37
1.4.1 Proibição de coligações e voto vinculado.....	37
1.4.2. A imposição da cédula de 1982	39
2 A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS E A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982.....	43
2.1 A TV e o início da virada no jogo eleitoral.....	47
2.2 O protagonismo dos assessores e estrategistas.....	52
2.3 Miro, Chagas e os “Luas-Pretas”	56
2.4 O Planalto diante da nova polarização	62
2.4.1 Figueiredo e os militares.....	64
2.4.2 O esforço em favor de Moreira Franco	68
3 A BATALHA NAS URNAS, NA CONTAGEM DOS VOTOS E NA IMPRENSA	78
3.1 Os preparativos para a apuração na mídia.....	82
3.1.2 O início da apuração.....	83
3.2 A apuração oficial: uma “operação desastrada”?	91
3.2.1 A Proconsult passa à defensiva	97
4 DAS URNAS ÀS PÁGINAS: A DISPUTA DOS JORNAIS.....	105
4.1 A guerra declarada	115
4.2 As memórias institucionais do Caso Proconsult	122

4.2.1 Memória TV Globo	123
4.2.2 Memória O Globo.....	124
4.2.3 Memória Jornal do Brasil	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

“Mas que apuraçãozinha sem-vergonha!”

A epígrafe que abre este trabalho foi descoberta por acaso, enquanto eu acompanhava uma recente entrevista realizada pelo jornalista Pedro Bial, em seu programa na *TV Globo*, com o colega Jô Soares, por ocasião do lançamento da autobiografia deste último. A frase – proferida pelos “locutores” interpretados pelo próprio Jô Soares e por Paulo Silvino – surgiu quando os dois jornalistas comentavam o quadro *Rádio Cruzeiro*, uma das atrações do programa “Viva o Gordo”, em uma edição levada ao ar em 1983. A notícia fictícia apresentada pelos “locutores” dizia respeito à liderança da audiência conquistada pela “emissora”, atestada pela Proconsult. À “notícia”, os “apresentadores” acrescentaram um comentário irônico: “A Proconsult não falha”, seguido da conclusão destacada acima sobre a qualidade da apuração realizada pela empresa.

Terminada a apresentação daquele antigo quadro, o apresentador e seu convidado iniciaram o seguinte diálogo:

Jô Soares (para Pedro Bial): “Olha, você vê isso aqui que coisa engraçada: A liberdade que eu tinha junto com Max Nunes e Hilton Marques, que era a *Rádio Cruzeiro*. E Proconsult...”

Bial: “Isso era 83, a gente nem tinha saído de fato da ditadura. Havia uma abertura, mas...”

Jô: “Relativa. Mas tem o seguinte: havia uma crítica violenta à *Globo*...”

Bial: “Por causa da Proconsult...”

Jô: (interrompendo) “Que a *Globo* não tinha não sei o que... Aí a gente fez esse quadro, que mostrava uma liberdade de falar as coisas...”

Bial: “É a liberdade de quem cava, é a inteligência do sujeito aqui, né?”¹

Ao fim daquela observação, dois pontos me chamaram a atenção: a coincidência da referência à Proconsult, no momento em que eu desenvolvia a parte final de minha pesquisa sobre o tema e a forma absolutamente indecifrável como o assunto foi abordado por Jô Soares e Pedro Bial, não deixando nenhuma explicação do que aquilo se tratava, 35 anos depois dos acontecimentos, sobretudo para os telespectadores que não viveram aquela época. O que deveria ser uma exaltação à emissora, acabou por se constituir na repetição de um constrangimento manifestado na época, e que pude perceber ao longo da pesquisa. O que os dois homens de televisão omitiram do público que sintonizava o programa naquele momento – em fins de 2017 – é justamente o objeto deste trabalho: as eleições de 1982, o que

¹ O episódio em questão foi exibido no programa “Conversa com Bial”, transmitido pela *TV Globo* em 25/11/2017, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6313481/>, acessado em 13/12/2017

representaram para o processo de abertura política nos últimos anos do regime civil-militar imposto pelo golpe de 1964 e a atuação de importantes atores naquele momento histórico – sobretudo os políticos e os jornalistas envolvidos em todo o processo – além da suspeita, presente até hoje, de tentativa de fraude eleitoral.

Outra referência recente às eleições de 1982 surgiu no momento em que eu escrevia as linhas finais desta dissertação. No domingo, dia 25 de fevereiro de 2018, como milhares de cariocas corri a uma banca à procura da edição em papel do *Jornal do Brasil*. Ele ressurgiu naquele dia com o mesmo padrão gráfico e com a promessa do novo proprietário de repetir a qualidade editorial que marcou o que de melhor foi produzido pelo jornalismo brasileiro durante praticamente toda a segunda metade do século passado e os anos iniciais do atual. Ao folhear a edição, motivado por um sentimento de nostalgia pelo antigo jornal – onde atuei como jornalista – encontrei um artigo do atual vereador carioca Cesar Maia que, na qualidade de coordenador dos trabalhos de apuração das eleições do PDT do candidato Leonel Brizola, tornou-se um dos personagens e entrevistados desta pesquisa. O artigo louvava o relevante papel do velho *Jornal do Brasil* e da extinta *Rádio Jornal do Brasil AM* de evitar que uma fraude impedisse a vitória do candidato mais votado para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982.

Algumas frases do artigo de Cesar Maia chamam a atenção: “Ao tempo que os resultados das urnas eram divulgados no Rio, construía-se a sensação que o candidato do governo militar seria vencedor”. Ele não explicou como se construía a sensação e não disse quem era o “candidato do governo militar” que, no momento em que escrevo este texto é um dos mais importantes ministros da equipe do presidente da República e “sogro” do filho do próprio Cesar Maia. Em tempo, o artigo se refere ao então candidato do PDS, Moreira Franco². Outra frase merece ser destacada: “Os resultados oficiais iam surgindo de um lado e os resultados apurados pela *Rádio JB* e divulgados pelo *Jornal do Brasil*, do outro. Eles não coincidiam”. No caso, “os resultados oficiais” partiam do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), cuja totalização foi entregue à empresa que venceu a licitação para este fim, a Proconsult, a mesma citada sem maiores explicações por Jô Soares e Pedro Bial. Já o “o outro lado” citado por Maia, concorrente dos veículos do *Sistema JB*, eram as empresas das *Organizações Globo* – TV e jornal. No artigo, cujo objetivo era lembrar um dos episódios que enaltecem a memória do jornal, o nome Brizola aparece em apenas duas citações.

² Moreira Franco é casado com a mãe da esposa do filho de Cesar Maia, o atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

As duas situações narradas confirmaram a percepção que construí ao longo de anos de trocas de ideias com jovens jornalistas e estudantes de comunicação social e mesmo de história: com exceção de historiadores e pesquisadores no campo das ciências sociais – além das pessoas que viveram aquele período – poucos ouviram falar no que se convencionou chamar de Caso Proconsult. Esse “esquecimento” foi uma de minhas principais motivações para a realização desta pesquisa. Outra motivação foi pessoal. Aos 24 anos de idade, embora periféricamente, participei daquela cobertura, no início de minha carreira como jornalista, justamente pela *Rádio Jornal do Brasil*, cuja atuação, que será amplamente discutida aqui, foi determinante para que se garantisse a vontade popular expressa nas urnas naquele dia 15 de novembro. Além de cobrir atos de campanha antes da eleição, durante a apuração eu era um dos repórteres encarregados de correr as Juntas Eleitorais em busca de notícias. No entanto, os fatos mais importantes daquele episódio ocorriam, na verdade, no centro de apurações montado num dos estúdios da emissora, onde eram totalizados os votos enviados das juntas apuradoras da Justiça Eleitoral por estagiários pouco mais jovens do que eu. Portanto, este trabalho me ajudou a reconstruir um pouco de minha história profissional e pessoal.

Quanto aos objetivos deste trabalho, o principal é discutir os embates que marcaram a eleição – em especial a apuração – da primeira eleição direta no recém-criado Estado do Rio de Janeiro, surgido da fusão, em 1975, dos Estados da Guanabara e do antigo Rio de Janeiro. Também intenciono analisar o papel da imprensa e sua responsabilidade naquele momento específico da história do país e as disputas de narrativas em torno da legitimidade do processo eleitoral. A pesquisa baseou-se em diferentes fontes: obras da literatura acadêmica existente, produzidas por pesquisadores que se dedicaram a estudar a política brasileira, em geral, e do Rio de Janeiro, em particular, em diferentes fases que marcaram o período de exceção implantado com o golpe de 1964; coleta do material publicado durante a campanha e no período de apuração das eleições de 1982³ pelos dois veículos impressos mais importantes à época no Rio de Janeiro, *O Globo*⁴ e o *Jornal do Brasil*⁵, através dos quais também serão apresentados aspectos relevantes da cobertura realizada por veículos eletrônicos pertencentes aos dois grupos – a *Rádio Jornal do Brasil* e a *TV Globo*; e entrevistas realizadas com políticos envolvidos no processo e jornalistas que participaram da cobertura daqueles acontecimentos.

³ A pesquisa documental abrange o período de 15/11/1981 a 30/12/1982.

⁴ Disponível para assinantes da seção Acervo, da versão digital do jornal *O Globo*.

⁵ Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Link:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=

Como fonte de pesquisa acadêmica, recorri a trabalhos – produzidos por pesquisadores e jornalistas – fundamentais para a compreensão dos processos que contribuíram para a construção das condições que levaram à realização do pleito de 1982. Entre os autores consultados estão historiadores como Marcelo Ridenti, Jairo Nicolau, Carlos Eduardo Sarmiento, Américo Freire, Clóvis Brigagão, Fernando Lattman-Weltman, Marly Motta, João Trajano Sento-Sé. Entre os jornalistas em cujas obras publicadas pude consultar parte do material usado neste trabalho estão Elio Gaspari, Paulo Henrique Amorim e Beliza Ribeiro. A pesquisa também utilizou, em grande escala, uma extensa consulta aos mais importantes jornais cariocas da época, *O Globo* e *o Jornal do Brasil*, cuja leitura me permitiu acompanhar a cobertura diária, tanto da campanha quanto da polêmica apuração dos votos, não só na reprodução coincidente dos fatos mas, sobretudo, nas diferenças que marcaram a atuação dos dois veículos naquele período.

Para realizar as entrevistas que constam deste trabalho procurei separar dois grupos de atores envolvidos no processo eleitoral de 1982: políticos e jornalistas. Do primeiro grupo, conseguir localizar importantes personagens entre aqueles que julgava os mais significativos, tanto durante a campanha quanto nos tensos dias que se seguiram à votação: Miro Teixeira, candidato a governador pelo PMDB; Saturnino Braga, candidato a senador pelo PDT; Vladimir Palmeira, também candidato a senador, pelo PT; e Cesar Maia, na época assessor econômico do PDT e que se tornaria político depois de fazer parte da primeira administração Leonel Brizola. Fiz esforços para conseguir uma entrevista com então candidato do PDS, Moreira Franco, atual ministro da Secretaria Geral do Governo Michel Temer. Não tive sucesso tanto pelas vias oficiais quanto por tentativas particulares de chegar a ele. Por meio de um parente do político, cheguei a enviar-lhe um questionário com perguntas para a pesquisa, mas não obtive resposta.

Entre os jornalistas entrevistados, optei por profissionais que participaram da *Rádio Jornal do Brasil*, emissora que esteve na linha de frente da apuração dos resultados e cujos números, por sua velocidade e eficiência, foram utilizados pelo *Jornal do Brasil*. A opção pelos profissionais do veículo – Pery Cotta e Xico Teixeira – se deve à importância de sua participação no momento mais dramático da apuração, tema que será amplamente discutido neste trabalho. Os demais profissionais de imprensa faziam parte da equipe de *O Globo*, ocupando diferentes cargos e funções à época dos acontecimentos. São eles Henrique Caban, Paulo Cezar Pereira, Luiz Erlanger e Luís Alberto Betancourt.

Para a realização das entrevistas, procurei seguir preceitos contidos na obra de Verena Alberti, a partir de sua própria descrição da metodologia indicada quando destaca que “A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita” (ALBERTI, 2015, p. 155). Nesse aspecto, meu trabalho contemplou a própria definição da autora para história oral: “Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (Idem). Conforme já identificado por Verena Alberti, as entrevistas me permitiram descobrir “histórias dentro da história”, através de relatos que, em alguns casos, traziam uma considerável carga de emoção.

A contribuição da literatura consultada está presente no primeiro capítulo deste trabalho, que tem por objetivo compreender a conjuntura que resultou na convocação de eleições diretas para os governos do estado em 1982. O capítulo remonta às últimas eleições diretas para governadores após o golpe, as de 1965. A vitória de candidatos da oposição naquelas eleições provocou uma reação do sistema que, através de uma nova medida de exceção, extinguiu os partidos criados em 1946, instituiu artificialmente o bipartidarismo e as eleições indiretas para o cargo – a exemplo do que ocorria para presidente da República.

Como parte do contexto de transformações iniciadas com o fim do período mais duro da ditadura, agravada pela edição do AI-5, a pesquisa, no primeiro capítulo, procura contextualizar de que forma a proposta de distensão política do governo Geisel (1974-1979) contribuiria para o cenário de 1982. O período é marcado pela disposição do governo de enfrentar setores ligados à comunidade de informações ao mesmo tempo em que sofria pressões internas e externas. No plano interno, houve episódios como a campanha pela anistia a presos políticos e exilados, e o ressurgimento dos movimentos estudantil e sindical. Já as pressões externas se materializam na política de defesa dos direitos humanos do presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, país que foi um dos grandes sustentáculos do regime que derrubou o presidente João Goulart.

Ainda no primeiro capítulo, o trabalho procura estudar como a distensão evoluiu para o projeto de abertura política do general escolhido para substituir Ernesto Geisel. Já sem o poder do AI-5, extinto por seu antecessor, o general João Batista Figueiredo fez sua maioria no Congresso aprovar, em 1979, a Lei da Anistia que, em meio às críticas por isentar as violações dos direitos humanos nos porões do regime, permitiu a volta de políticos e

sindicalistas banidos do país. Com base nos autores pesquisados, o trabalho procura refletir como o governo autorizou a criação de novos partidos a fim de pulverizar a oposição, engrossada pela volta dos exilados. Como parte de seu projeto de abertura, o regime também estabeleceu a volta das eleições diretas para governador em 1982, em um pleito que reunia todos os cargos em disputa no país – com exceção da Presidência da República.

A leitura das obras dos pesquisadores ajuda ainda a compreender como alterações na legislação restringiram os avanços políticos no país. Entre elas, a instituição do voto vinculado, que exigia que o eleitor escolhesse todos os candidatos do mesmo partido, sob pena de anulação do voto. Com a expectativa de que a exigência prejudicasse candidatos da oposição, o governo criou mais uma dificuldade: a cédula eleitoral em branco, que deveria ser preenchida a mão pelos eleitores. Todos esses fatores analisados no primeiro capítulo convergiam para que as eleições de 1982 se transformassem em uma das que maiores expectativas despertariam no eleitorado brasileiro. Além dos governadores, o pleito elegeria senadores, deputados federais e deputados estaduais que formariam o Colégio Eleitoral encarregado de eleger, em janeiro de 1985, o sucessor do presidente Figueiredo. O Rio de Janeiro, com suas características marcantes no cenário nacional, ganharia uma importância crucial na campanha.

No segundo capítulo procurei fazer uma extensa reconstituição da campanha eleitoral, retrocedendo ao período anterior ao calendário oficial. Localizei reportagens de jornais citadas por pesquisadores como forma de estudar com profundidade tanto o conteúdo do noticiário dos dois jornais pesquisados quanto a forma como as publicações apresentavam as notícias: reportagens, editoriais, colunas, artigos, fotografias, tratamento gráfico e hierarquização das matérias, entre outros aspectos⁶. A consulta aos jornais cobriu todos os dias – entre meados de março e fins de dezembro de 1982, embora também retroagisse ao ano anterior. A pesquisa no *Jornal do Brasil* e n’*O Globo* identificou diferentes características que marcaram a campanha eleitoral de 1982: a marcha e a influência das pesquisas, na época, muito mais escassas do que as realizadas hoje, sobre a atuação de partidos e candidatos; a construção das candidaturas; as mudanças nas preferências do eleitorado, o que resultou em dois diferentes momentos de polarização entre os candidatos; a importância dos assessores no desempenho das candidaturas e as consequências dessa participação; a introdução de técnicas de publicidade e marketing político na campanha; o uso decisivo dos veículos de

⁶ Ainda nesta introdução apresento uma breve justificativa teórica sobre a opção metodológica pela pesquisa em jornais.

comunicação de massa – em especial da televisão – como forma de conquista dos eleitores indecisos. As reações dos militares do governo federal diante da polarização final da campanha, entre Leonel Brizola e Moreira Franco.

A parte final do segundo capítulo dedica uma atenção especial à atuação da imprensa nos últimos dias da campanha – tema central do quarto capítulo desta dissertação, em que se aborda o papel desses veículos durante o processo de apuração. Será justamente nos dias que antecedem as eleições que um dos jornais consultados, *O Globo*, deixa explícita sua preferência pelo candidato do regime, tanto pela supervalorização da campanha de Moreira Franco quanto pela omissão identificada em diferentes momentos do próprio nome de Leonel Brizola. O editorial que ocupou grande parte da primeira página do jornal, na véspera das eleições, foi um dos exemplos mais fragrantemente do posicionamento de um órgão da imprensa brasileira em favor de um determinado candidato.

Já em seu terceiro capítulo, esta dissertação se dedica à Proconsult, desde seu repentino surgimento, especificamente destinado à apuração das eleições no Rio, até sua desastrosa atuação nos trabalhos de totalização dos votos. O capítulo vai discutir de que forma a atuação de seus dirigentes contribuiu para as suspeitas de que a empresa estivesse sendo usada por agentes subterrâneos do regime para favorecer o candidato do governo federal. O texto permite analisar os motivos que fizeram com que, após realizar promessas ambiciosas sobre a eficiência e velocidade de seu trabalho, a Proconsult se tornasse alvo de denúncias levadas ao exterior, se transformasse em objeto de investigação da Polícia Federal e afundasse em um quadro de mais completa desmoralização. Ao priorizar a pesquisa na análise do noticiário diário dos jornais consultados, foi possível constatar que a opção pela Proconsult só ocorreu no Estado do Rio de Janeiro por iniciativa da Justiça Eleitoral Fluminense⁷. A licitação convocada para a contratação da empresa encarregada da totalização dos votos excluiu outras com experiência no mercado, inclusive a própria estatal Serpro, do governo federal. No trabalho cotidiano da imprensa naquele período, pude constatar a presença na diretoria da Proconsult de pessoas ligadas ao Exército.

Já durante a realização das entrevistas, jornalistas da *Rádio Jornal do Brasil* relataram, de forma detalhada, as pressões que a emissora sofreu por representantes da Proconsult,

⁷ O tema também é abordado no livro dos jornalistas Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos (2005), no qual os autores sustentam que houve um comprometimento da Proconsult com a candidatura do PDS. É importante ressaltar que a obra citada não se trata de um trabalho acadêmico e reflete uma visão engajada dos autores.

sobretudo de um de seus vice-presidentes, Arcádio Vieira, empenhado em desqualificar os primeiros números projetados pela rádio, que indicavam a vitória de Leonel Brizola sobre Moreira Franco. Ao mesmo tempo, a empresa não conseguia processar os resultados, atribuindo a imensa defasagem em relação ao trabalho de totalização da *Rádio JB* aos erros cometidos pelos escrutinadores. Os atrasos e as suspeitas que acabaram sendo denunciadas pelo candidato do PDT provocaram uma crise entre a direção do TRE e a Proconsult, que passou a ser acompanhada diariamente pelos jornais. O caos que se instalou naqueles primeiros dias de apuração levou o Tribunal, em determinado momento, a suspender os trabalhos oficiais de totalização. A abordagem agressiva da empresa aos jornalistas veio a público em uma reportagem do *Jornal do Brasil* no último fim de semana do novembro, gerando uma crise entre os dois jornais concorrentes no Rio de Janeiro, tema que será explorado no último capítulo desta dissertação. A divulgação das denúncias levou à abertura de inquérito da Polícia Federal para apurar as suspeitas de irregularidades nas eleições, também objeto do terceiro capítulo deste trabalho.

Entre os muitos embates que marcaram as eleições de 1982, um dos mais significativos foi travado entre os jornais mais importantes na formação da opinião pública do Rio de Janeiro durante o período aqui estudado. O desempenho de *O Globo* e o *Jornal do Brasil* na fase de apuração dos votos foi pesquisado por meio da leitura do noticiário dos dois jornais, a partir da comparação das manchetes, apresentadas em quadros, passando pela análise da forma e conteúdo das notícias publicadas em suas páginas internas. Com a simples observação da cobertura dos primeiros dias de apuração me foi possível constatar a grande discrepância entre os dois jornais. Enquanto desde o início o *JB* projetava a vitória de Brizola, o concorrente insistia no equilíbrio entre o pedetista e Moreira Franco, apontando a imprevisibilidade da vitória de um ou de outro. Quando os números e as repercussões já indicavam a vitória do PDT, o *Jornal do Brasil* deu início uma série de anúncios institucionais exaltando sua atuação. Como resposta, *O Globo* publicava reportagens nas quais personalidades políticas e empresariais manifestavam apoio e prestavam testemunho quanto à qualidade e à isenção de seu trabalho. Toda a sutileza se desfaz quando os dois jornais – sobretudo *O Globo* – passam a trocar acusações sobre erros e omissões na cobertura da apuração.

A análise que procurei fazer da grande quantidade de material produzida e das formas como foram veiculadas pelos dois jornais levou em conta algumas observações realizadas por Tania Regina de Luca em seu estudo sobre a pesquisa histórica nos periódicos e por meio

deles. A autora lembra que o conteúdo publicado por jornais “não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa” (DE LUCA, 2015, p. 139). Dessa forma, a historiadora recomenda ao pesquisador, entre outros cuidados, “identificar o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas...” (Idem, p. 140). Procurei manter atenção especial nos cuidados defendidos pela autora, com ênfase nas diferenças de enfoque que as duas publicações constantemente demonstravam na cobertura do mesmo assunto em diversos momentos do processo eleitoral.

Ao perceber essas diferenças de enfoque acima mencionadas, evitei fazer qualquer juízo de valor sobre qual publicação estaria investindo no “lado certo” da disputa travada em diferentes momentos retratados por ambos periódicos – reta final da campanha e período de apuração dos votos da eleição. Destaque inclusive que, neste último momento, o próprio *Jornal do Brasil*, que viria a ser identificado por seus leitores como o garantidor dos resultados das urnas, esteve inclinado a seguir os números oficiais, contrariando uma tendência identificada por sua própria emissora de rádio, tema que será discutido ao longo deste trabalho. Às primeiras constatações de que as projeções que davam vitória a Leonel Brizola eram as corretas, o *JB* passou a defendê-las e a exaltar seu próprio trabalho, usando artifícios publicitários para tornar explícito o diferencial de sua cobertura em relação ao concorrente.

Além da apresentação do material publicado, as entrevistas me permitiram compreender como alguns dos profissionais envolvidos ainda reagem à polêmica em torno de seu trabalho na ocasião. No trabalho é possível constatar que o Caso Proconsult deixou marcas nas carreiras individuais e contribuiu para a construção da memória oficial dos veículos envolvidos, conforme tentei demonstrar na pesquisa realizada nos canais institucionais dessas empresas, como os sites “Memória Globo” (TV), “Memória O Globo” (jornal), páginas institucionais mantidas pelo antigo *JB*, depoimentos de políticos e jornalistas em sites da internet, como o UOL. Para compreender como se deu a construção dessa memória – individual e coletiva – recorri ao referencial teórico de autores como Michael Pollak e Maurice Halbwachs.

Pude perceber que grande parte dos jornalistas e políticos entrevistados para esta dissertação discorreu sobre esses acontecimentos a partir dos seus interesses e posicionamentos atuais, selecionando e enquadrando os fatos recordados. Com isso,

promoveram o trabalho de “enquadramento da memória” da forma como é descrito por Pollak. Para o autor, a produção de memória é uma “operação coletiva”, que se constitui de elementos fornecidos pelos acontecimentos, mas que sofrem a ação de diversas associações, recombinações e negociações. Assim, esses personagens entrevistados fizeram uma negociação contínua de suas memórias, combinando as lembranças dos acontecimentos com outras referências a elas associadas. Contudo, como Pollak adverte, “toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc.. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou de si mesmo” (1989, p.10), ou seja, procura manter sua coerência, embora a perspectiva oficial seja objeto de disputas. Do mesmo modo, as pessoas públicas também buscam enquadrar suas memórias, dentro deste jogo contínuo de enquadrar certas lembranças e fatos dentro de fronteiras e limites. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, esse trabalho (o depoimento) “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p.9-10). Ao ouvir de meus entrevistados suas versões particulares de um mesmo fato pesquisado, foi possível perceber a existência de uma disputa pela memória do Caso Proconsult nas narrativas de jornalistas que naquele momento se encontravam em lados opostos e, principalmente, nos canais oficiais de memória das instituições.

Ainda com base nas entrevistas, no material institucional nas empresas jornalísticas e na leitura da literatura estudada, foi possível constatar a existência de uma memória que, não apenas de forma individual, se apresenta como um fenômeno coletivo, como nos mostra Halbwachs. Por isso é possível falar do Caso Proconsult a partir de uma costura dos fragmentos das várias memórias. Conforme o autor, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Com base na percepção de que as memórias são fragmentadas e disputadas, recorri ao material jornalístico que mostrava o dia a dia daquele período, mesmo com suas perspectivas e interesses editoriais próprios. A consulta aos periódicos me permitiu documentar, localizar ou descartar informações resultantes dos depoimentos prestados pelos entrevistados. Houve também opções e lapsos justificados por entrevistados por sua dificuldade de recordar episódios ocorridos três décadas e meia antes dos relatos a mim prestados.

Outra contribuição importante para este trabalho foi a leitura da obra de Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos (1994) sobre o processo

que resultou na eleição e posterior *impeachment* de Fernando Collor de Mello no período de 1989 a 1992. Especificamente em relação à vitória de Collor no primeiro pleito direto para a Presidência da República após o fim do ciclo de generais-presidentes imposto em 1964, os autores destacam a unanimidade que o até então obscuro governador de Alagoas conquistou entre a grande imprensa brasileira, em especial a mídia impressa. O trabalho me fez refletir sobre as diferenças na atuação da imprensa em 1989, em âmbito nacional, e em 1982, na eleição do governador do Rio de Janeiro. Ao contrário do que ocorreria sete anos depois, não houve unanimidade. Por diferentes circunstâncias que serão discutidas ao longo do trabalho, os dois principais jornais cariocas estiveram em lados opostos. Ao fim de um processo conturbado, a concorrência acabou por garantir que a vontade do eleitorado fosse de fato respeitada.

1 – AS ELEIÇÕES DE 1982: UMA ÁRDUA CAMINHADA

Foram mais de 15 anos de espera para que os brasileiros pudessem eleger, pelo voto direto, os governadores de seus estados. A última vez fora em 1965, no ano seguinte ao golpe civil-militar que derrubou o governo do presidente João Goulart e impôs um rodízio de generais-presidentes que só se encerraria 21 anos depois. No intervalo de 17 anos entre as duas eleições, o país experimentaria diferentes realidades: cassação e exílio de políticos, extinção dos partidos existentes, imposição do bipartidarismo, promulgação e posterior revisão de uma Constituição autoritária, fechamento do Congresso Nacional, eclosão de movimentos armados de contestação seguida de uma violenta repressão, início de um processo de abertura, anistia para presos e exilados políticos e uma reforma partidária – que incorporava novos políticos e antigos nomes alijados pelo regime – analisada por diferentes pesquisadores como forma de dividir a oposição. Todas essas transformações contribuíram para gerar uma imensa expectativa em torno de uma eleição com características complexas em um momento decisivo para a redemocratização do Brasil.

As eleições de 1965 foram as últimas realizadas com os partidos criados a partir da redemocratização do país, com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo. Elas também deveriam contemplar a escolha do presidente da República que substituiria o general Castelo Branco, que assumiu o poder em 1964. No entanto, a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, acabou com a eleição direta para presidente, instituindo a escolha indireta, pelo Congresso Nacional. (NICOLAU, 2012). Foi mantido o pleito direto para governador em onze estados: Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. O cientista político Jairo Nicolau lembra que “a oposição foi vitoriosa em cinco estados, dois deles de grande importância política: Negrão de Lima foi eleito na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais, ambos, pela coalizão PSD-PTB”. (NICOLAU, 2012, p. 107).

Entre outros pontos, o novo ato extinguiu os partidos existentes desde 1945 e, através do Ato Complementar nº 4, instituía o bipartidarismo no país (RIDENTI, 2014). Para substituí-los, o regime criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que teve sua composição

mutilada pelas cassações contra políticos adversários do novo regime ou considerados aliados do governo deposto⁸.

Além disso, o AI-2 determinava eleições indiretas para os governadores, que seriam escolhidos pelas Assembleias Legislativas estaduais, estas também dominadas por maiorias situacionistas. A legislação de exceção se tornaria ainda mais repressiva com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, que deu sustentação institucional à perseguição sistemática aos adversários do regime. No primeiro momento, o governo fecharia temporariamente o Congresso. Políticos ainda em atividade e que não haviam sido cassados a partir de 1964 perderam seus mandatos. Muitos juntaram-se àqueles que já viviam no exílio, principalmente aliados de João Goulart⁹ ou identificados como militantes de partidos e grupos de esquerda.

Desde sua implantação até o fim do governo do presidente Emilio Médici (1969-1974), o bipartidarismo ajudou o regime a governar com relativa tranquilidade no Congresso Nacional. Uma exceção foi a derrota sofrida, em 1968, no processo de cassação do mandato do deputado Marcio Moreira Alves (MDB-GB), episódio que resultou na edição do AI-5. A primeira derrota eleitoral significativa só ocorreria nas eleições de 1974, no Governo Ernesto Geisel (1974-1979), quando a oposição elegeu grande parte de senadores e um número expressivo de deputados federais (GASPARI, 2003). E foi justamente no governo Geisel em que se intensificam as pressões internas (campanha pela anistia), e externas (política de defesa dos direitos humanos do presidente dos EUA, Jimmy Carter). Em meio às pressões, Geisel promovia sua política de distensão “lenta, gradual e progressiva”, que resultaria na aprovação da Lei da Anistia, em setembro de 1979, já no mandato do seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo (RODEGHERO, 2014 e FERREIRA e SARMENTO, 2002).

⁸ Segundo Jairo Nicolau, somente nos primeiros dias após a posse oficial de Castelo Branco, tiveram seus direitos políticos cassados 167 pessoas, incluindo os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e 40 deputados federais, incluindo Leonel Brizola (PTB-RS)

⁹ É o caso do ex-governador gaúcho e deputado federal por ocasião do golpe, Leonel Brizola, um dos primeiros cassados em 1964, que viria a ser o principal personagem das eleições de 1982 e cujo papel será amplamente discutido neste trabalho.

1.1 – A luta pela anistia e a reforma partidária

“O bêbado e a equilibrista”, canção de Aldir Blanc e João Bosco imortalizada por Elis Regina, tornou-se o hino da campanha pela anistia. Em seus versos, falava de um Brasil que sonhava “com a volta do irmão do Henfil / com tanta gente que partiu / num rabo de foguete...”. A canção se tornaria a trilha sonora das campanhas iniciadas em meados da década de 1970 e unificadas em torno do *slogan* transformado em palavras de ordem a partir de 1978: “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Nesse ano, em diversas cidades brasileiras começaram a ser criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), integrados por entidades ou indivíduos que se dispunham a lutar pela anistia (RODEGHERO, 2014). Os CBAs davam continuidade à luta inaugurada em 1975 em São Paulo, onde a advogada Therezinha Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), defendendo uma “anistia ampla e geral para todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção”, tendo entre os objetivos “pacificar a família brasileira” (Idem, p.178).

Já como presidente desde março de 1979, como parte de sua anunciada proposta de abertura política para o país, o general Figueiredo apresentou o projeto do governo que, desde o ano anterior, admitia conceder uma anistia parcial que excluísse, entre outros casos, presos e exilados acusados de terrorismo. A medida seria recíproca, beneficiando também os agentes da repressão acusados de violação dos direitos humanos (RODGHERO, 2014). Apesar das emendas apresentadas pela oposição, o projeto original do governo foi aprovado em 28 de agosto de 1979¹⁰. A lei aprovada abriu as portas das prisões para os presos políticos e permitiu a volta de exilados e banidos, muitos há mais de dez anos fora do país. O texto não incluía, porém, “195 presos políticos condenados por ações armadas – denominadas pelos militares ‘crimes de sangue’ – nem assegurava reversão aos postos ocupados por quem perdera o emprego ou fora aposentado no serviço público por força da ditadura”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 479). As autoras destacam que os excluídos foram beneficiados por legislações posteriores. Ao mesmo tempo, a lei eximiu de qualquer possibilidade de punição todos os agentes responsáveis por assassinatos e torturas que desde 1964 agiam sob a proteção ou contando com a indiferença do Estado brasileiro.

Além da anistia, Figueiredo deu continuidade ao projeto de abertura conduzindo uma reforma política que, segundo historiadores como Marcelo Ridenti, “buscava preservar um partido de sustentação do governo enquanto dividia a oposição” (RIDENTI, 2014, p.42). No

¹⁰Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acessado em 2/4/2017.

fim de 1979, o presidente enviou ao Congresso um projeto que extinguiu os dois partidos existentes – Arena e MDB – e definia normas para a constituição de novas agremiações, mantendo ilegais as comunistas e determinando que todas as novas siglas se iniciassem com a palavra “Partido”¹¹. O novo quadro partidário começaria a ser traçado com a volta, logo após a aprovação da Lei de Anistia, dos políticos banidos e exilados por sua oposição ao regime instaurado pelo golpe de 1964, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Jânio Quadros (GASPARI, 2016).

Em sua pesquisa sobre os anos finais do regime militar, Elio Gaspari também atribui a iniciativa da reforma à intenção do governo de dividir os opositoristas que se abrigariam em novos partidos: “Cada anistiado que resolvesse recomeçar sua vida política disputaria espaço na oposição” (GASPARI, 2016, p.164). O propósito do regime de dividir a oposição também é identificado por Américo Freire, para quem o regime intencionava “romper a lógica plebiscitária que ocorria no bipartidarismo que contribuía para que o MDB viesse a conquistar a maioria no Congresso e, conseqüentemente, dividir a oposição” (FREIRE, 2016, p. 189).

A reforma partidária começaria com a reformulação dos dois partidos preexistentes. A Arena converteu-se no Partido Democrático Social (PDS), que manteve a maioria governista no Congresso Nacional (RIDENTI, 2014). Por sua vez, como tentativa de não perder a marca de oposição ao regime, o MDB incorporou a letra P, transformando-se em PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – sob a liderança de Ulysses Guimarães e com o propósito de, através da memória da antiga sigla, se manter como principal representante da oposição ao regime. A hegemonia do PMDB como partido de oposição começou a ser questionada mesmo entre lideranças que compunham o antigo MDB. Apontado como o principal líder da ala moderada da sigla, Tancredo Neves fundou o Partido Popular (PP), que reunia não apenas quadros do MDB, mas também da Arena (GASPARI, 2016). Ainda segundo o autor, Tancredo era visto pelos militares como o “chefe do partido de oposição moderada e independente” (Idem, p.165).

Quanto à esquerda, cuja representação fora dizimada ao longo dos anos do regime militar, seu líder mais evidente no momento da reformulação partidária era Leonel Brizola, que desde os últimos anos de exílio vinha articulando a volta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual era um dos principais líderes até o momento em que foi desfechado o golpe de 1964 (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015). A luta de Brizola sofreria um duro golpe ao perder a

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm. Acessado em 2/4/2017

sigla, após batalha na Justiça Eleitoral, para o grupo do antigo partido liderado pela ex-deputada Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas e “figura de confiança do regime militar (FREIRE, 2016)”. Como resposta, o político gaúcho criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), “o qual não só reuniu condições de agregar a maior parte dos trabalhistas como também de se apresentar à opinião pública como o verdadeiro sucessor do velho PTB” (FREIRE, 2015, p.188).

Com a proposta de representar os interesses das amplas camadas de assalariados no país foi criado, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), surgido do “sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional” (FAUSTO, 2009). O cenário partidário inicial com vistas às eleições de 1982 iria se definir em dezembro de 1981 com a fusão do PP ao PMDB. A iniciativa de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães foi justificada como uma forma de evitar a fragmentação da oposição representada pelo PMDB provocada pela reforma partidária implantada pelo regime¹². Os cinco partidos – PDS, PMDB, PDT, PTB e PT – representariam o eleitorado nas eleições de 1982, as primeiras a contemplar o cargo de governador após a extinção, em 1965, dos partidos que votaram a Constituição de 1946. Após um período curto e intenso de negociações, esses cinco partidos lançariam candidatos próprios ao governo fluminense. Esse processo, entretanto, teve seu início nas transformações ocorridas ainda em meados da década anterior.

1.2. Os novos partidos em busca de estrutura

Uma conjunção de fatos históricos na segunda metade da década de 1970, no país e no Estado do Rio de Janeiro, viria a criar as condições para o surgimento dos partidos citados na seção anterior e que concorreriam ao governo fluminense em 1982. Nesse sentido, é importante tentar compreender a importância da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, regulamentada por uma lei apresentada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), aprovada no mesmo ano e implementada em 15 de março do ano seguinte, com a posse do governador indicado pelo regime militar, o vice-almirante Faria Lima (ABREU, et al e 2001, e FERREIRA, 2006). A fusão ocorreu em um momento em que os dois partidos

¹² Memorial da Democracia: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/tancredo-leva-o-pp-de-volta-ao-pmdb>. Acessado em 2/4/2017, BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015, FREIRE, 2016 e GASPARI, 2016.

existentes viviam situações diversas nos dois Estados. Tanto na Guanabara quanto no Rio de Janeiro, a governista Arena era eleitoralmente suplantada pelo MDB, controlado na Guanabara pelo grupo liderado pelo governador Chagas Freitas (1971-1975) e no Estado fluminense comandado pelo senador Amaral Peixoto, eleito em 1971. Com a debilidade de seu partido nas duas unidades da Federação admitida pelo próprio regime, a disputa pelo poder político no Estado ficaria restrito às alas chaguista e amaralista, em embates que impactariam a futura definição do quadro partidário estadual.

1.2.1 – O MDB após a fusão

Até as eleições de 1974, os diretórios do MDB na Guanabara (chaguista) e no Estado do Rio (amaralista) atuaram de forma cooperativa, situação que mudaria em dezembro daquele ano, a poucos meses da implantação da fusão. Com vistas à formação de um diretório estadual unificado, as duas correntes entraram na disputa que resultou, em 1975, no desligamento oficial de Chagas Freitas do partido, que passou ao comando formal de Amaral Peixoto, embora o governador da Guanabara mantivesse o controle da legenda na recém-instituída capital fluminense (FERREIRA, 2006). Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, a maior parte dos deputados eleitos para elaborar e votar a nova Constituição estadual tinha ampla maioria chaguista, com predominância esmagadora na Mesa Diretora, empossada em março de 1975. Era formada por 12 deputados, oito do MDB e quatro da Arena. “Dos oito emedebistas, metade era composta por deputados da Guanabara, todos chaguistas, e a outra metade por deputados do Estado do Rio, mas apenas três eram amaralistas”. (Idem, p.183).

As constantes divergências entre Amaral Peixoto e Chagas Freitas levaram o ex-governador da Guanabara a se afastar do partido em maio de 1975¹³. Apesar da saída de seu líder, os chaguistas permaneceram no MDB, mantendo o controle do partido na capital e em municípios do interior. As eleições municipais de 1976 contribuíram para uma pacificação momentânea entre os dois grupos, com objetivo de derrotar a Arena. Apesar de vitórias pontuais do grupo de Amaral Peixoto, como a eleição do genro Moreira Franco em Niterói, na

¹³ O afastamento de Chagas Freitas do MDB entre 1975 e 1977 é relatado por Vilma Keller e Libânia Xavier In: ABREU e al no verbete dedicado ao político no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, Volume II. Rio de Janeiro, Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2.376-2.380.

capital o triunfo foi do grupo chaguista, que assumiu o controle da Câmara dos Vereadores¹⁴. No plano federal, diante da expectativa de novas derrotas políticas do governo nas urnas e no Congresso, o presidente Geisel decretou, em 1977, o “Pacote de Abril”, com objetivo de garantir a maioria parlamentar e os postos chaves na administração. Com a utilização de decretos, o pacote instituiu a figura do “senador biônico”, eleito indiretamente por um colégio eleitoral formado nas assembleias legislativas que, em sua maior parte, tinham maioria da Arena (FAUSTO, 2009).

A nova conjuntura levou a direção nacional do partido oposicionista, representada pelo vice-presidente Tancredo Neves, a iniciar articulações com vistas à pacificação do MDB fluminense, já visando às eleições de 1978. O primeiro passo foi uma costura política que resultou no reingresso de Chagas Freitas no partido, em julho de 1977. Os dois líderes acertaram que o partido marcharia unido para as eleições, com ambos concorrendo indiretamente: Chagas para governador e Amaral Peixoto para senador. Eleitos, tornaram-se os únicos representantes do partido no país como governador de Estado e senador “biônico”. A vitória dos líderes, porém, não significou o fim da disputa entre as duas correntes emedebistas no estado. Com ampla maioria na Assembleia Legislativa, Chagas era considerado um político dócil para o regime militar: controlava o Executivo e o Legislativo, além de ser dono de *O Dia*, jornal de maior tiragem na capital do Estado. Ele recebia críticas dos “autênticos”, políticos de centro-esquerda e esquerda que se abrigavam no partido, muitos ligados ao grupo amaralista. As transformações provocadas pela transição políticas viriam, mas uma vez, a afetar a legenda oposicionista.

1.2.2 – PMDB e PDS: os herdeiros do bipartidarismo

As eleições legislativas de 1978 cumpriram, de alguma forma, o principal objetivo do regime militar ao impor ao país o “pacote de abril”, no ano anterior: conquistar para a Arena a maioria parlamentar no Congresso, graças à votação obtida na Câmara: 231 cadeiras contra 189 do MDB. No entanto, o governo teve que amargar uma derrota no Senado, onde a oposição obteve 57% dos votos válidos, não conquistando a maioria devido à presença, no

¹⁴ A legislação da época impedia a eleição direta para prefeitos das capitais, que eram indicados pelo governador do Estado.

pleito, dos senadores biônicos (FAUSTO, 2009). Também perdeu nos estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades. Como exemplo, na votação para o Senado, o MDB obteve 83% dos votos, em São Paulo, 63%, no Estado do Rio de Janeiro, e 62%, no Rio Grande do Sul¹⁵. O desempenho dos dois partidos nas eleições, que indicava o crescimento da oposição concentrada no MDB, foi um dos fatores que levaram setores importantes do regime a gestar o fim do bipartidarismo. Segundo o jornalista Elio Gaspari, desde 1975 o então chefe do Gabinete Civil do presidente Geisel, general Golbery do Couto e Silva, “pensava em quebrar o bipartidarismo, criando siglas que funcionariam como fiéis de uma nova balança de poder” (GASPARI, 2016, p.164). Ao ser mantido no cargo pelo sucessor de Geisel, empossado em 15 de março de 1979, Golbery poderia atuar na continuidade de seu projeto, que seria concretizado no segundo semestre do ano, com a aprovação das leis da anistia e da reforma partidária.

No Rio de Janeiro, no mesmo dia da posse do presidente João Figueiredo, em Brasília, Chagas Freitas assumia o cargo de governador com uma confortável maioria de 80% na Assembleia Legislativa do Estado. Entretanto, a divisão do MDB fluminense se refletia na Câmara dos Deputados, onde “candidatos amaralistas, autênticos e independentes somavam 60% da bancada federal” (ABREU et al., 2001, p.2379). A divisão apontava a crise no partido oposicionista iniciada com o rompimento dos dois líderes em outubro do ano anterior, quando a comissão executiva do MDB fluminense divulgou nota anunciando o rompimento do acordo firmado meses antes entre Chagas e Amaral (Idem, idem). A disputa pelo poder no Rio de Janeiro ocorria paralelamente ao desenvolvimento dos planos do regime de criar um partido, sucessor da Arena, que garantiria a hegemonia política no Congresso e nos estados, apostando na divisão da oposição que ocorreria com a aprovação de outro projeto em gestação, o da anistia política. Em âmbito estadual, a concretização desses projetos impactaria no destino dos então únicos partidos existentes desde 1965.

Dentro do novo quadro partidário, a intenção do governo era dar o comando do partido oficial, no Rio de Janeiro, a Chagas Freitas, que chegou a ser convidado por Golbery e Figueiredo. No entanto, o governador preferiu aderir à proposta do vice-presidente do MDB, Tancredo Neves, de criação de um partido de oposição moderada. Dessa forma, Chagas levaria seu grupo no ano seguinte ao PP de Tancredo. A formalização ocorreu em dezembro

¹⁵ Conforme artigo As Eleições de 1978 no Brasil, de Marcio Moreira Alves e Artur Baptista em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1979. Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf, acessado em 09/04/2017.

de 1979, quando se filiaram ao novo partido o governador, 22 deputados federais, 37 deputados estaduais e 12 vereadores do MDB fluminense (ABREU et al., 2001). A antiga legenda oposicionista seria abandonada também pelo principal adversário de Chagas no partido. Em busca de um espaço próprio, o senador Amaral Peixoto aceitou o convite do presidente Figueiredo para ser um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS), o sucessor da Arena na sustentação do regime. O ingresso foi condicionado à aprovação da Emenda Lobão, que estabelecia a convocação de eleições diretas para governador em 1982.

A estratégia do senador “estava prioritariamente orientada pela possibilidade de contribuir para a carreira de seu virtual herdeiro político – seu genro, Wellington Moreira Franco – barganhando com maior desenvoltura na legenda governista recursos federais para a prefeitura de Niterói” (SARMENTO, 2008, p.47). De acordo com o pesquisador, com a saída das correntes chaguistas e amaralistas, o PMDB fluminense, sucessor da sigla oposicionista, “se constituiu tendo por base o núcleo ‘autêntico’ do MDB, do qual se aproximaram integrantes de partidos ainda mantidos na ilegalidade”. (Idem, p.48). Com essa configuração, o partido trabalhava com a possibilidade de lançar a candidatura do senador Saturnino Braga ao governo do Estado em 1982.

A intenção dos remanescentes “autênticos” no Rio de Janeiro seria frustrada com a iniciativa de Tancredo Neves de extinguir o PP, que se fundiria ao PMDB como proposta de aglutinar o campo oposicionista. Após debates e negociações, o grupo chaguista retomou o controle sobre o partido e impôs o deputado federal Miro Teixeira, herdeiro político do governador, como candidato pemedebista ao governo fluminense em 1982. Desta forma, os dois líderes da política fluminense, que ao longo da década de 1970 representavam a oposição no Estado ao regime militar chegariam à disputa pelo poder por meio de seus herdeiros: Miro Teixeira (PMDB) e Moreira Franco (PDS). (FERREIRA, 2006 e SARMENTO, 2008).¹⁶ A volta dos exilados por força da anistia e o surgimento de novos atores no cenário político viriam a promover a definição final dos personagens da disputa eleitoral no Estado em 1982.

¹⁶ Este último, no entanto, teve sua candidatura lançada apenas após a desistência do partido de lançar um outro candidato, processo que será analisado no segundo capítulo deste trabalho.

1.2.3 – A disputa do legado trabalhista: surgem o novo PTB e o PDT

Criado por Getúlio Vargas após o fim do Estado Novo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) esteve intimamente ligado a personagens que desempenharam papel fundamental na política brasileira no período 1946-1964 e que se tornariam os primeiros alvos dos militares que assumiram o governo com o golpe. Depois do presidente deposto João Goulart, seu cunhado, Leonel Brizola, era o mais visado, o que o obrigou a seguir para o exílio nos primeiros dias do novo regime. Ao voltar ao país quinze anos depois, na esteira da anistia, deu início ao trabalho de organizar o partido em todo o território nacional. Era o início de um intenso trabalho do ex-governador gaúcho de reconquista da sigla do PTB. (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015).

As primeiras dificuldades vieram com a tentativa frustrada de atrair para a sigla nomes importantes do antigo MDB, então abrigados no PMDB. Ao mesmo tempo, o grupo de Brizola começou uma batalha jurídica pela sigla com outra petebista histórica, a ex-deputada Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pôs fim à disputa. Em maio de 1980, o registro definitivo da legenda foi entregue a Ivete e seu grupo, consumando uma estratégia que recebeu apoio do regime, em especial do ministro Golbery. (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015). Com a perda da legenda histórica, Brizola começava a construir o partido que, em dois anos, teria importância fundamental no Rio de Janeiro: o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A primeira convenção nacional foi realizada no dia 12 de julho de 1981, quando foi formado o diretório nacional, com 71 membros efetivos, dois terços deles integrados por cassados e ex-exilados. Ao fim da convenção, Brizola anunciou sua decisão mais importante: o lançamento de candidato próprio ao governo do Rio de Janeiro. Na avaliação de Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro, dentro de um ambiente de liberdade, nada impediria o PDT de assumir candidatura própria no Estado que era “o tambor de ressonância do Brasil”. (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015, p. 229). Já com o domicílio eleitoral no Estado, Brizola seria o candidato natural do PDT em 1982.

Apesar da existência de candidatos potenciais ao Palácio Guanabara – Miro Teixeira (no primeiro momento pelo PP e já em 1982 pelo PMDB), Moreira Franco (PDS) e Leonel Brizola (PDT), o PTB de Ivete Vargas foi o primeiro partido a lançar candidatura oficial. A

candidata escolhida refletia bem o distanciamento do novo PTB da antiga agremiação da era anterior ao golpe de 1964. Sandra Cavalcanti, ligada aos movimentos da direita católica da década de 1950, “se tornara uma liderança-símbolo da União Democrática Nacional (UDN) lacerdista nos anos 1960” (SARMENTO, 2008, p.51). Adversária ferrenha dos antigos petebistas na Guanabara e no Rio de Janeiro, após o golpe Sandra filiou-se à Arena carioca. Carlos Eduardo Sarmento destaca sua participação nos polêmicos processos de remoção de favelas para recém-criados conjuntos habitacionais que marcaram o governo de Carlos Lacerda (1960-1965)¹⁷. Em 1979, antes da extinção da Arena, Sandra Cavalcanti se desfilou do partido e buscou alguns diferentes caminhos políticos, incluindo uma tentativa de ingressar no PMDB, pleito rejeitado pelo partido sob alegação de que ela queria apenas usufruir da legenda por interesse próprio. (ABREU et al., 2001). Também tentou criar sua própria agremiação, o Partido Democrático Republicano (PDR), pelo qual pretendia se lançar candidata ao governo em 1982. Chegou a obter o registro provisório em 1981 e já estava em campanha quando, em 1982, o TSE decidiu cassar todos os registros de partidos que estivessem nessa condição. Com a campanha estruturada, Sandra Cavalcanti acertou com Ivete Vargas a candidatura ao governo fluminense pelo PTB.

1.2.4 – Um novo personagem na política fluminense: a estreia do PT

A origem do Partido dos Trabalhadores, fundado oficialmente em fevereiro de 1980, remonta às greves dos metalúrgicos do ABC paulista que sacudiram o regime militar nos últimos anos da década de 1970. Em 1978, o líder sindical Luiz Inacio da Silva, o Lula, passou a usar como tribuna o Estádio Municipal de São Bernardo, na Vila Euclides, de onde comandava a luta por salários e estabilidade no emprego contra as maiores empresas do setor automobilístico do país. O movimento, iniciado no último ano do governo Geisel, foi desde o início combatido pelo regime. (GASPARI, 2016). A onda de greves, que recebeu a adesão de importantes setores da Igreja e da sociedade civil, prosseguiu no governo do presidente Figueiredo. Em 1979, em meio a novas paralisações, Lula chegou a ser preso com base na Lei de Segurança Nacional (Idem).

¹⁷ Alguns fatos seriam explorados na campanha eleitoral, como será relatado no próximo capítulo.

Com a reforma partidária, os sindicalistas reunidos em torno de Lula, reforçados por “intelectuais socialistas, comunistas, militantes católicos e pequenas organizações esquerdistas que agiam clandestinamente” (GASPARI, 2016, p.167) promoveram a reunião que formalizou a criação do PT, no Colégio Sion, em São Paulo. No campo da esquerda, o novo partido surgia com uma proposta que se opunha ao representante histórico da corrente marxista, o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). “Adotando uma postura contrária ao PCB e ao culto da União Soviética, o PT evitou definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito a ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas” (FAUSTO, 2009, p. 506). Boris Fausto destaca que entre essas correntes o novo partido abrigava desde os simpatizantes da social-democracia até partidários da ditadura do proletariado. Mas coube aos sindicalistas o papel relevante na formação do PT. (FAUSTO, 2009 e GASPARI, 2016).

No Rio de Janeiro, ao contrário de São Paulo, o PT surgiu de forma modesta, embora o fosse um dos quatro partidos com maior número de filiados em 1981, ano seguinte à fundação. Era um dos únicos com 20 mil, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (SECCO, 2011). Assim como os demais estados, seus militantes apresentavam diferentes perfis profissionais. Segundo Lincoln Secco, entre eles estavam operários da indústria, petroleiros e funcionários públicos, como professores das redes municipais e estadual de ensino. O partido também reunia simpatizantes com pouco acesso ao consumo, como jovens estudantes e desempregados e moradores da favela. O autor lembra que, eleita vereadora em 1982, Benedita da Silva teve dificuldades em conseguir um carro oficial da Mesa Diretora da Casa, sob a alegação de que um automóvel teria dificuldades de subir à favela onde ela morava¹⁸. (SECCO, 2011).

O novo partido também enfrentou dificuldades para atrair políticos tradicionais da esquerda para compor seus quadros no Estado, uma vez que a maioria procurava espaço no PMDB e no PDT. O próprio candidato do partido só seria formalizado em fevereiro de 1982, no ano das eleições. O escolhido foi Lysâneas Maciel, antigo opositor do regime militar e organizador, em 1971, do grupo “autêntico” do MDB. Eleito em 1970 e reeleito em 1974 deputado federal pela Guanabara, foi cassado em 1976 pelo presidente Ernesto Geisel, perdendo seus direitos políticos por 10 anos. (ABREU et al., 2001). Anistiado em 1979, Lysâneas acompanhou Leonel Brizola em sua luta pela criação do PTB. Com a perda da

¹⁸ Quando eleita, Benedita da Silva era líder comunitária na Favela Chapéu Mangueira, no bairro do Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

legenda por decisão da Justiça, participou da fundação do PDT, tornando-se vice-presidente do diretório regional fluminense (Idem).

A passagem de Lysâneas Maciel pelo PDT duraria poucos meses. Em entrevista concedida em 1998 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)¹⁹, ele revelou que deixou o partido por discordar da grande concentração de poder nas mãos do líder trabalhista. No depoimento, Lysâneas Maciel disse que condicionou sua entrada no PT, em outubro de 1981, à decisão de não ser o candidato do partido ao governo fluminense. No entanto, teve que aceitar a candidatura para não prejudicar o partido, já que uma alteração na lei eleitoral promovida pelo regime obrigava que os partidos apresentassem candidatos para todos os cargos em disputa, cabendo ao eleitor votar em postulantes da mesma legenda para todos os postos²⁰. As alterações na legislação serão abordadas ainda neste capítulo.

Em entrevista para este trabalho, o então candidato a senador, Vladimir Palmeira, reiterou a identificação de Lysâneas com Brizola e o PDT ao lembrar declarações recorrentes do postulante petista de que o ex-governador gaúcho era o melhor candidato para o governo fluminense. Um dos principais líderes do movimento estudantil de 1968, Palmeira lembrou seu banimento do país e posterior volta com a anistia, quando já encontrou antigos companheiros trabalhando na organização de um partido que viria a ser o PT. No entanto, afirma que em 1982 o partido não tinha candidato e que ele chegou mesmo a resistir a participar da eleição: “Mesmo sendo fundador, do partido, não queria participar, mas fiz por um favor ao PT. Primeiro quiseram que fosse candidato a governador, mas como não quis, pediram para eu ser senador depois que o Lysâneas aceitou a concorrer ao governo”²¹.

¹⁹ A entrevista é parte da coleção “Conversando sobre Política”, do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre o CPDOC e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Esta entrevista foi realizada pelos pesquisadores Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marieta Ferreira e Marly Motta. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista432.pdf>. Acessado em 15/04/2017.

²⁰ O tema será detalhado ao longo deste trabalho.

²¹ Entrevista dada a mim por Vladimir Palmeira, em 31/07/2017, no Rio de Janeiro.

1.3 - A resistência dos esquemas de repressão

O processo de abertura política cuja liderança fora reivindicada pelo presidente Figueiredo enfrentou percalços provocados por setores remanescentes do esquema de repressão do regime implantado em 1964 antes e durante a realização das eleições de 1982, apesar dos avanços resultantes da anistia e da reformulação partidária. O novo presidente tomou posse em março de 1979 mantendo na chefia do Gabinete Civil o mesmo Golbery do Couto e Silva que fora um dos principais defensores junto a Geisel da distensão política. A situação indicava como definitiva a saída de cena dos agentes da repressão a partir da demissão, em outubro de 1977, do ministro do Exército, Sylvio Frota, apoiado por militares ligados aos aparelhos de repressão. Na gestão de Frota ocorreram episódios como as mortes, em instalações do II Exército, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. A decisão de afastar Frota teria restabelecido os princípios da hierarquia militar no Exército (GASPARI, 2004). No entanto, o segundo ano do governo Figueiredo seria sacudido por atos de terrorismo planejados dentro de instalações militares que ameaçariam a ainda frágil abertura política brasileira.

Ao propor e iniciar a implementação do processo de abertura, o presidente Figueiredo evitou enfrentar uma ameaça latente que já fustigara seu antecessor, ao deixar intacta a estrutura de repressão mantida em instalações do Estado, especialmente as militares. Com a impunidade garantida pela Lei da Anistia, policiais e agentes das Forças Armadas conservaram suas posições na estrutura estatal. Órgãos como o Centro de Informação do Exército (CIE) e os Destacamentos de Operações de Informação-Centros de Operação de Defesa Interna (DOI-Codis) continuavam a abrigar alguns mais importantes personagens ligados à morte e à tortura de inimigos do regime, contra quem passariam a manifestar sua insatisfação pelas concessões que passaram a ser feitas a antigos adversários. Enquanto o governo mantinha-se em silêncio oficial sobre as violências cometidas (JOFILLY, 2014), esses agentes planejavam ações com características terroristas.

A violência explodiu em 1980. Nos primeiros oito meses do ano, foram registrados 46 atentados terroristas (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Os primeiros alvos foram bancas de jornais que vendiam publicações da imprensa alternativa, em ações que ocorriam durante a madrugada, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Também houve atos contra indivíduos historicamente ligados à esquerda, como o sequestro do jurista Dalmo Dallari, a

depredação da casa do líder camponês Manuel da Conceição e a tentativa de explosão de uma bomba no quarto de hotel onde estava hospedado, em São Paulo, Leonel Brizola. A escalada de terror teve seu auge no mês de agosto, no Rio. No dia 27, três bombas foram detonadas em menos de doze horas no Centro da capital fluminense. A primeira delas destruiu a oficina onde era impresso o jornal *Tribuna da Luta Operária*. A segunda explodiu na Câmara dos Vereadores, ferindo seis pessoas. E no ataque de mais graves consequências, a terceira bomba foi detonada na sede do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), matando a secretária da entidade, Lyda Monteiro da Silva, e mutilando o servente José Ribamar (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A nação só conheceria a verdadeira face dos terroristas no ano seguinte, em consequência de um erro. Uma bomba explodiu no colo de um sargento do Exército dentro de um automóvel Puma parado no estacionamento do Riocentro, na Zona Oeste do Rio, no momento em que ocorria um espetáculo em homenagem ao Dia do Trabalho reunindo os mais renomados artistas da Música Popular Brasileira. A explosão, na noite de 30 de abril de 1981, matou o sargento Guilherme do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Machado. Ambos estavam lotados no DOI-Codi do I Exército, no Rio de Janeiro (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Já livre da censura que marcou os “anos de chumbo”, a imprensa passou a divulgar informações de que o objetivo da ação era provocar pânico entre o público que assistia ao espetáculo e atribuir o atentado a grupos de esquerda. O Exército teve que confirmar a identidade dos dois agentes, mas no Inquérito Policial Militar aberto para esclarecer o caso, isentou os militares de culpa afirmando que ambos encontraram a bomba supostamente deixada no local por militantes esquerdistas.

Os fatos que se sucederam tiveram ampla cobertura da mídia nacional, que através de diferentes fontes revelou que os planos do atentado chegaram ao conhecimento de chefes militares, inclusive do próprio presidente Figueiredo. A flagrante farsa na apuração do fato levou o general Golbery a se demitir do governo. Após a ampla exposição dos rostos do sargento morto e do capitão ferido, os atentados iniciados em 1980 cessaram definitivamente no país. No entanto, personagens que estariam intimamente ligados aos fatos relacionados à campanha e à realização das eleições de 1982 afirmam que o sistema repressivo teria trocado os atos de violência pela ação política, cujo exemplo mais marcante resultaria no Caso Proconsult. Diferentes pesquisadores, como Schwarcz e Starling (2015), apontam a presença do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Polícia Federal no processo eleitoral, em especial no Estado do Rio de Janeiro. Em outubro de 1982, o jornalista Elio Gaspari

denunciava na coluna Coisas da Política, do *Jornal do Brasil*, a existência da atividade de “pessoas ligadas ao Serviço Nacional de Informações em favor do PDS e de seu candidato Wellington Moreira Franco”²². Nos planos político e jurídico, a movimentação do regime indicava a complexidade das eleições marcadas para novembro de 1982.

1.4 – As mudanças das regras nas eleições de 1982

Com a definição das candidaturas de todos os partidos, candidatos e eleitores preparavam-se para a batalha eleitoral de 1982, uma das mais importantes do processo de redemocratização política do Brasil, ainda durante o mandato do último presidente imposto pelo regime de 1964. No entanto, a nova eleição trazia novidades, interpretadas por pesquisadores como forma de garantir uma vitória governista. Os fatos novos não se restringiam à ampliação do quadro partidário, mas também à implantação de uma legislação que incluía novas dificuldades para o eleitor, desde o grande número de cargos em disputa, o modelo de cédula existente e a obrigação de que todos os candidatos escolhidos fossem de um mesmo partido – o voto vinculado. Conforme será visto ao longo deste trabalho, essas características peculiares do pleito de 1982 viriam a favorecer tentativas de fraudes durante a votação, marcada para o dia 15 de novembro daquele ano e, sobretudo, no período de apuração, quando as fragilidades na fiscalização levariam desconfianças a todo o processo eleitoral, em especial no Rio de Janeiro.

1.4.1 – Proibição de coligações e voto vinculado

O código eleitoral instituído em 1965 interferiu basicamente na eleição para cargos do Executivo, introduzindo eleições indiretas, alteração do calendário e duração do mandato (NICOLAU, 2012), atingindo também o Senado, com a criação, em abril de 1977, do cargo de senador indireto, apelidado pelos eleitores e pela imprensa de “biônico”. (GASPARI, 2004). Manteve, entretanto, as regras para os cargos proporcionais (deputado federal, deputado estadual e vereador), com uma única modificação: “a proibição dos partidos se

²² *Jornal do Brasil*, 22/10/1982, p.11.

coligarem nas eleições, e dessa forma terem seus votos somados” (NICOLAU, 2012, p.116). Com o bipartidarismo instituído pelo regime, a nova regra não prejudicava os dois partidos existentes. Quanto ao processo de votação durante o regime militar, as regras eram as mesmas da Constituição de 1946. Munido do título de eleitor, cujo modelo foi instituído em 1956, o eleitor comparecia à sua seção eleitoral, recebia a cédula oficial e dirigia-se à cabine de votação onde, em sigilo, a preenchia e a depositava na urna (Idem, idem).

Aguardadas com expectativa desde a extinção dos partidos criados em 1945, as eleições de 1982 receberam inovações que afetavam a ação dos partidos e a escolha dos eleitores (NICOLAU, 2012 e SOARES, 1988). Os partidos foram obrigados a apresentar candidatos para todos os cargos que estivessem em disputa nos estados em que concorressem, sem possibilidade para se aliar nos estados. Na avaliação de Glaucio Ary Dillon Soares, ao proibir alianças partidárias no afã de garantir uma vitória fácil no pleito, “o governo pretendeu impedir que dois ou mais partidos unissem suas forças e, em certo sentido, reconstituíssem o MDB”. (SOARES, 1988, p. 110). Jairo Nicolau argumenta que a medida afetou particularmente o PDT, o PTB e o PT, “que precisaram transferir suas principais lideranças da disputa de cargos proporcionais (onde tinham grandes chances de se eleger) para a disputa por governos de Estado e por vagas no Senado”. (NICOLAU, 2012, p 117).

O “voto vinculado” obrigava o eleitor a votar em um único partido para todos os cargos em disputa. Isso significa que o eleitor que optasse por um governador de uma agremiação como o PTB, teria que votar no partido para todos os demais cargos em disputa. Ainda segundo o autor, os partidos que mais se beneficiaram daquelas regras – utilizadas pela primeira e única vez – foram os dois maiores, PMDB e PDS, “que possuíam nomes mais competitivos para a disputa”. (Idem, idem). Outra consequência das mudanças das regras foi a extinção do recém-criado PP. Como enfatiza Glaucio Ary Dillon Soares, sem poder fazer alianças, o partido tornou-se minoritário em todos os estados, o que levaria à derrota nos pleitos para governador e senador. Segundo o autor, “o PP optou, então, por anexar-se ao PMDB, quase reconstituindo o número original de deputados e senadores do MDB” (SOARES, 1988, p.110).

Outra característica exclusiva das eleições de 1982 foi a proibição do voto de legenda, válido desde 1945 para fins de distribuição de cadeiras no Legislativo. A legislação passou a contar como nulos os votos dados na sigla partidária, sem a identificação do candidato. Ao lembrar que na eleição de 1978 a grande maioria dos votos de legenda foi para o MDB,

garantindo para o partido oito deputados federais, só em São Paulo, Jairo Nicolau defende que a proibição foi provocada pelo temor do regime que “tal fenômeno se reproduzisse em 1982 e favorecesse novamente a oposição”. (2012, p.117).

No entanto, no caso do Rio de Janeiro, as características peculiares das regras estabelecidas em 1982 acabaram produzindo para o regime o que Gláucio Ary Dillon Soares classifica como um “tiro pela culatra”. (SOARES, 1988). O pesquisador sustenta que o voto vinculado foi introduzido com o objetivo de “transferir a superioridade do PDS nas eleições municipais para os demais níveis”. (Idem, p.110”). Isso realmente aconteceu nas zonas rurais e pequenas cidades, onde as eleições municipais têm tanto ou mais importância do que as estaduais e federais. Já nas zonas metropolitanas, principalmente no caso dos governadores, essa prioridade se inverte, o que na visão do autor acabou prejudicando o PDS e favorecendo outras legendas, como PDT e PTB, para as quais o voto vinculado criou, artificialmente, bancadas importantes. (SOARES, 1988).

1.4.2. – A imposição da cédula de 1982

Jairo Nicolau (2012) lembra que, durante o regime militar, a legislação previa que nas disputas para os cargos majoritários (prefeitos e senadores), a cédula traria o nome de todos os candidatos para que o eleitor assinalasse os candidatos de sua preferência. No entanto, para eleger seus favoritos aos cargos proporcionais em 1982, o eleitor teria que escrever o nome ou número do candidato ou do partido (caso optasse em votar na legenda). O voto em partidos diferentes para deputado federal e estadual anulava o voto, regra que valeu nas eleições de 1966 a 1978. A cédula da eleição de 1982, imposta pelo regime, seria entregue ao eleitor totalmente em branco, conforme reproduzida na imagem a seguir:

JUSTIÇA ELEITORAL	
PARA GOVERNADOR	
NOME _____	OU Nº _____
PARA SENADOR	
NOME _____	OU Nº _____
PARA PREFEITO	
NOME _____	OU Nº _____
PARA DEPUTADO FEDERAL	
NOME _____	OU Nº _____
PARA DEPUTADO ESTADUAL	
NOME _____	OU Nº _____
PARA VEREADOR	
NOME _____	OU Nº _____

Figura 1 - Cédula eleitoral –Eleições de 1982. Fonte TSE²³

A escolha da cédula, porém, provocou um intenso debate – reproduzido pela imprensa – no Congresso e na Justiça Eleitoral. A cédula, elaborada pelo presidente da Câmara, Nelson Marchezan (PDS-RS), com base na sugestão do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), foi apresentada no dia 4 de agosto aos líderes do PMDB, Ralph Biasi, e do PT, Airton Soares, que se declararam contrários à proposta. No mesmo dia, um “alto funcionário” do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ouvido pelo *Jornal do Brasil*, afirmou que a nova cédula iria contribuir para o aumento dos votos nulos nas eleições. O próprio deputado Bonifácio de Andrada admitiu ao jornal que “o que induziu o governo a optar pelo modelo foi o receio de que os partidos de oposição forçassem o voto na sigla partidária, embora tivesse sido extinto o voto na legenda”²⁴.

²³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/cedula-eleitoral-1>. Acessado em 8/8/2017.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 5/8/1982, p.4.

A insistência do governo ignorou a decisão do TSE que, no dia 5 aprovou por unanimidade a cédula que já havia proposto. O documento aprovado pelos ministros da Corte trazia impressas “as siglas dos partidos e os nomes dos candidatos a todas as eleições majoritárias, inclusive prefeitos²⁵”. Como reação, o chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Leitão de Abreu, disse que a decisão do TSE não alteraria a decisão do governo de fazer aprovar no Congresso o modelo que propôs. Por sua vez, o presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou que a proposta do governo era “inegociável”²⁶. Na edição do dia 6 de agosto, *O Globo* publicava reportagem enfatizando que em dois artigos, o Código Eleitoral conferia ao Tribunal poder para, a qualquer momento, definir o modelo de cédula para as eleições. De acordo com o jornal, o Artigo 103 dispunha que as cédulas seriam feitas “de acordo com modelo aprovado pelo Tribunal Superior”, enquanto o 104 determinava que elas seriam “confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral²⁷”. A edição trazia ainda declarações de apoio à cédula do TSE feitas por juristas e líderes opositores.

Também no dia 6 de agosto, o *Jornal do Brasil* publicou editorial intitulado “Voto a Rogo” em que classificava como erro o modelo de cédula do governo. Além de apontar a dificuldade do sistema de votação em um eleitorado que representava “uma sociedade ainda estigmatizada por alto percentual de analfabetos”, o editorial denunciava que além de dificultar o exercício do voto, nenhum novo elemento fora introduzido na cédula para “resguardá-lo dos expedientes capazes de lhe quebrar o sigilo para mantê-lo em conformidade com a consciência livre do eleitor²⁸”. A conclusão do jornal sobre a cédula era de que apesar da obrigação de votar em todos os candidatos de um mesmo partido, a cédula não dava ao eleitor, por maior que fosse seu nível de instrução, nenhuma pista para a identificação da sigla, nomes ou números.

A batalha jurídica ainda se estenderia por mais alguns dias de agosto. No dia 6 o TSE enviou seu modelo de cédula aos Tribunais Regionais Eleitorais, ao mesmo tempo em que o governo remetia seu projeto ao Congresso, com a preocupação de todos os envolvidos na eleição de que fosse aprovado pelo instrumento do decurso de prazo, que garantia a aprovação automática dos projetos que não fossem votados dentro de um prazo determinado pelos parlamentares. O mecanismo seria excluído da Constituição de 1988²⁹. A queda de braço

²⁵ *O Globo*, 6/8/1982, manchete da primeira página.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Jornal do Brasil*, 6/8/1982, p. 10.

²⁹ *Folha de S.Paulo*, 25/8/1988

terminaria no dia 8 de agosto, quando o TSE decidiu desistir de seu modelo de cédula e aguardar a decisão do Congresso. Ao fazer o anúncio, o presidente do Tribunal, ministro Moreira Alves, justificou a decisão afirmando que ela foi fruto da “prudência³⁰”. O presidente do TSE afirmou ainda que os ministros cumpriram a lei, mas acatariam a decisão do Congresso caso outra legislação fosse aprovada em torno do tema³¹”. Por sua vez, o diretor-geral do TSE, Geraldo Costa Manso, insistia em defender a cédula do Tribunal. Ele alegava que “a cédula eleitoral do governo é mais complicada e irá atrapalhar tanto o eleitor quanto os mesários durante a apuração dos votos, porque poderá confundir sobre o partido a que pertence determinado candidato³²”.

A decisão sobre a polêmica recebeu críticas do jornalista Ricardo Noblat, em artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*. Com o título “Agora a cédula. E depois?” o colunista afirmava que o governo escolheu o modelo de cédula capaz de trazer mais benefícios eleitorais para seu partido, “pouco ligando se ele será capaz ou não de permitir a livre manifestação do eleitorado e, por consequência, fortalecer a construção da democracia no país”. Noblat apontou o decurso de prazo como um dos instrumentos de arbítrio que sobreviveram à extinção do AI-5³³. Por fim, depois de pressões que partiam de todos os partidos, incluindo candidatos do PMDB, a cédula do governo foi finalmente aprovada no último dia de agosto. Apesar de uma tentativa de obstrução dos trabalhos por parte da liderança do PT, o Congresso aprovou o documento, em votação simbólica, após duas sessões com mais de seis horas de debates. Estava garantida a cédula que tantas polêmicas provocaria, em especial no processo de apuração dos votos no Rio de Janeiro.

Com a definição das novas regras pelo regime, os candidatos se lançaram à campanha que decidiria a eleição. Uma corrida que ganharia aspectos dramáticos, com alternância de candidatos na liderança das pesquisas e o uso de recursos como os “showmícios”, o marketing eleitoral e, principalmente a televisão, que entrou em cena como um fator decisivo com intensidade até então inédita na história política do país.

³⁰ *O Globo*, 9/8/1982

³¹ *Idem*.

³² *Idem*, p.3.

³³ *Jornal do Brasil*, 9/8/1982.

2 – A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS E A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982

O calendário eleitoral fluminense com vistas à corrida para as eleições de 1982 fora inaugurado no ano anterior com seis partidos, um a mais dos que chegariam à disputa após a incorporação do PP ao PMDB. A primeira candidatura já estava consolidada entre o eleitorado. Indicada pela presidente do partido, Ivete Vargas, Sandra Cavalcanti já ocupava os veículos de comunicação como virtual candidata do PTB em 1981, chegando ao ano seguinte com importantes índices de popularidade entre os eleitores (SARMENTO, 2004). Segundo o autor, a candidata – uma das principais colaboradoras do governador da Guanabara Carlos Lacerda (1960-1965) – teve depois a trajetória marcada por suas “íntimas vinculações com os militares golpistas de 1964 e sua radical defesa do credo arenista durante todo o regime militar” (Idem, p.166). Por esse motivo, Carlos Eduardo Sarmento avalia que Sandra teria pouco interesse em conduzir as discussões para temas ligados à política nacional, na medida em que representaria um regime abertamente questionado pelos setores oposicionistas que ganharam força com a abertura política e com a participação cada vez mais determinante da sociedade civil.

O perfil conservador de Sandra e sua estratégia de não nacionalizar a campanha acabou por provocar mudanças significativas no discurso político do então candidato oficial do governador Chagas Freitas (PP), o deputado federal Miro Teixeira. Ainda na avaliação de Sarmento, Miro passou a assumir uma “inérita legitimidade oposicionista com respeito ao regime (...)”. (SARMENTO, 2004, p.166). A íntima ligação de Chagas com Miro havia se consolidado na década de 1970, quando o jovem jornalista chegou ao Congresso Nacional com apoio decisivo do proprietário do jornal *O Dia*, transformando-se no herdeiro político do único governador oposicionista no regime militar. Esta condição, no entanto, não fazia de Chagas Freire um adversário do regime. Ao tomar posse no cargo em março de 1979, depois de ser eleito indiretamente pelo MDB no ano anterior para governar Estado, Chagas anunciava ao governo federal sua intenção de colaborar com a fusão pedindo a continuidade do envio dos recursos necessários por parte de Brasília. Américo Freire destaca que, em seu pronunciamento, “Chagas Freitas passou praticamente ao largo das questões políticas e partidárias que naquele momento chamavam a atenção da classe política e da opinião pública” (FREIRE, 2012, p.154). O autor destaca que no discurso de posse, “não há qualquer menção ao processo de abertura apregoado pelo governo ou à luta emedebista pela redemocratização do país” (Idem, idem, p. 154).

A mudança de atitude de Miro Teixeira e a o início da estratégia de nacionalização do discurso vieram a público no lançamento de sua candidatura à sucessão do padrinho político, ainda pelo PP, em novembro de 1981. Em comício realizado no bairro de Madureira, Zona Norte da capital, Miro proferiu um discurso classificado pelos observadores como radical no qual, além de prometer “virar a mesa” com votos, repudiava os atentados perpetrados a partir de 1980 e afirmava que “nenhuma ameaça, nenhuma bomba, nenhum atentado, nem essa maldita comunidade de informações, nada disso vai me parar”.³⁴ A veemência do discurso chamou a atenção de aliados de Chagas Freitas. Em depoimento ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, o ex-deputado Gilberto Rodrigues manifestou, anos depois, o desconforto dos chaguistas e do próprio governador com a mudança de atitude do candidato (SARMENTO, 2004). As mudanças no discurso e a opção por assessores críticos do estilo chaguista resultariam no afastamento definitivo de Chagas Freitas da campanha de Miro, já pelo PMDB, em outubro de 1982, episódio que será detalhado neste capítulo.

A aventura eleitoral do PP terminaria ainda em 1981, com o chamado Pacote de Novembro, que promovia mudanças na legislação, instituindo, entre outros pontos, a vinculação de votos. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares, o partido – que dispunha de uma frágil estrutura nacional – apostava nas coligações que faria nos estados com outras siglas, em especial o PMDB, o que lhe daria a possibilidade de eleger alguns governadores e senadores (SOARES, 1988). A resposta do PP, anunciada em fevereiro de 1982, foi incorporar-se ao PMDB, fortalecendo assim o principal partido de oposição e neutralizando, parcialmente, a estratégia governista (SENTO-SÉ, 1999). A iniciativa provocou consequências no quadro eleitoral fluminense.

Antes da incorporação, o PMDB procurava se apresentar à sociedade como o mais importante representante da oposição ao regime, já tendo lançado, no Rio, a candidatura ao governo do Estado do senador Roberto Saturnino Braga, eleito pelo extinto MDB. Em entrevista concedida para este trabalho, Saturnino Braga revelou ter recebido dos chaguistas a confirmação de que teria mantida sua indicação para concorrer à reeleição ao Senado, desde que apoiasse Miro para governador. Depois de rejeitar o convite – alegando que sempre foi um crítico do governador – recebeu sondagens de Leonel Brizola para entrar na chapa do PDT, segundo ele um partido ideologicamente próximo a seu pensamento político de orientação socialista. Saturnino disse que foi advertido por amigos de que estaria cometendo

³⁴ *Jornal do Brasil*, 15/11/1981, 1ª página.

“suicídio político” por ter aceitado o convite: “O Brizola tinha realmente um Ibope muito baixo naquela ocasião e o Miro era tido como imbatível. Além disso, candidato a senador com o Miro, eu teria todas as condições para a reeleição”³⁵.

O “Ibope baixo” de Leonel Brizola, identificado por Saturnino Braga, ganhou números na primeira pesquisa eleitoral divulgada em 1982 pelo instituto de opinião, realizada em parceria com o *Jornal do Brasil* e divulgada no dia 14 de março. Sandra Cavalcanti colhia os frutos de suas frequentes aparições nos veículos de comunicação registrando 51,7% das intenções de voto, superando por ampla margem Miro Teixeira, que obteve 23%, na primeira sondagem realizada após seu ingresso no PMDB. Brizola aparecia com modestos 5,4%, à frente do então candidato do PDS, o engenheiro Emílio Ibrahim, que recebeu 3,2% das intenções de voto. Fechando a lista vinha o petista Lysâneas Maciel, com 2,2%. Na mesma edição, em sua página 4, o *Jornal do Brasil* ressaltava que o percentual de Brizola, terceiro colocado, era superado pelo índice dos eleitores que declararam que não iriam votar em nenhum dos candidatos.³⁶ Os resultados da primeira pesquisa eleitoral para o governo fluminense em 1982 estão descritos no quadro abaixo:

Candidatos	% de voto
Sandra Cavalcanti (PTB)	51,7
Miro Teixeira (PMDB)	23
Leonel Brizola (PDT)	5,4
Emilio Ibrahim (PDS)	3,2
Lysâneas Maciel (PT)	2,2
Nenhum	8,4

Figura 2: Quadro pesquisa de 14/03/1982.

A pesquisa também apresentou a preferência dos eleitores em relação aos partidos, trazendo informações importantes, segundo a avaliação do pesquisador João Trajano Sento-Sé. Entre elas, a de que o PTB, embora sendo apontado como preferido, não acompanhava o desempenho de Sandra, registrando apenas 32,7% das intenções de voto. Já o PDT teve o pior desempenho, com 3,6% das preferências. O PT, do último colocado Lysâneas, foi o terceiro

³⁵ Entrevista concedida no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 2017.

³⁶ *Jornal do Brasil*, 14/03/1982

melhor partido, com 18%, superado pelo PMDB, que manteve os índices de seu candidato. O penúltimo, PDS, obteve 8,4% da preferência, manteve o quarto lugar de Emílio Ibrahim, mas com um desempenho melhor do que o do candidato. Naquele momento, em que a campanha mal se iniciava, “tanto Brizola, com 5,4%, quanto o PDT, com 3,6%, apresentavam um desempenho desalentador”(SENTO-SÉ, 1999, p.220).

O péssimo desempenho na pesquisa começou a desestruturar a candidatura de Emílio Ibrahim, ex-secretário de Obras do governo Chagas Freitas, que havia sido lançada na semana anterior à divulgação da sondagem, sob o patrocínio do ministro do Interior, Mário Andreazza. A crise no partido do governo federal tornou-se pública no dia 19 de maio, quando *O Globo* e o *Jornal do Brasil* publicaram reportagens em que parlamentares anunciavam o descontentamento do Palácio do Planalto com a candidatura e especulavam sobre possíveis substitutos. Segundo *O Globo*, o próprio Andreazza admitia o afastamento de Ibrahim. O jornal relatava ainda reuniões entre parlamentares do partido coordenadas pelo presidente do PDS no Rio de Janeiro, senador Amaral Peixoto, destinadas a encontrar um novo candidato³⁷. Naquele momento começavam as articulações para a substituição de Emílio Ibrahim pelo ex-prefeito de Niterói Wellington Moreira Franco, genro de Amaral Peixoto.

Na edição do dia 20 de maio, o *Jornal do Brasil* reproduzia uma declaração de Ibrahim de que “o sonho acabou” e informava que o partido já pensava em outros candidatos. Além de Moreira, o jornal apurou a preferência de parlamentares pedessistas para o deputado federal Rubem Medina. O jornal revelou ainda que a o fator determinante para o afastamento do candidato fora uma pesquisa feita pelo SNI segundo a qual, se mantida a candidatura Ibrahim, o PDS elegeria, no máximo, de quatro a cinco deputados federais, contrariando as expectativas do comando nacional do partido, para quem o PDS tinha potencial para eleger nove parlamentares no Rio. Vale lembrar que tanto para o governo quanto para a oposição, estava em jogo não apenas a luta pelos governos estaduais, mas também pela maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o sucessor do presidente João Figueiredo, em janeiro de 1985³⁸. Por sua vez, *O Globo* publicava a declaração do porta-voz do governo, Carlos Átila, afirmando que o Planalto atuava apenas como observador na eleição fluminense. No entanto, logo depois o líder do governo na Câmara, deputado Cantídio Sampaio, admitiu que como

³⁷ *Jornal do Brasil e O Globo*, 19/05/1982.

³⁸ A preocupação com a futura composição do Congresso Nacional foi manifestada na entrevista concedida a mim pelo deputado federal Miro Teixeira, em 06/10/2017.

fiador do processo de abertura, o presidente poderia influir nas escolhas de candidatos do PDS, embora negasse que isso tivesse acontecido no Rio³⁹.

O processo de escolha do candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo PDS se estenderia ainda por cerca de mais de 20 dias. Em reportagens diárias, a imprensa narrava as articulações que envolviam integrantes do governo federal, deputados estaduais e federais, com intensa coordenação do senador Amaral Peixoto. Além do deputado Rubem Medina, outro nome surgiu: o do empresário Mauro Magalhães, que ainda em maio passou a se apresentar como pré-candidato. Nos últimos dias do mês, Amaral Peixoto realizou uma sondagem entre os candidatos a deputado federal e deputado estadual pelo PDS fluminense, na qual foi apurada preferência de 90% para Moreira Franco. No início de junho o ex-prefeito de Niterói finalmente admitia concorrer ao governo, até finalmente ser oficialmente indicado por seu sogro no dia 11 de junho⁴⁰. A chapa majoritária do partido governista foi fechada após a conclusão de um processo de negociações: Moreira Franco, para governador, o engenheiro Francisco de Melo Franco para vice-governador e o deputado federal Célio Borja para senador.

Ao mesmo tempo, os demais partidos fechavam suas chapas: O PTB de Sandra Cavalcanti trazia Ário Teodoro, para vice, e Paiva Muniz, senador; o PMDB de Miro Teixeira tinha Jorge Gama, como vice-governador e Artur da Távola, senador; Leonel Brizola lançava como companheiros de chapa Darcy Ribeiro, para vice, e Saturnino Braga, senador; e o PT, escolheu Wilson Farias e Vladimir Palmeira como candidatos a vice-governador e senador. As cinco chapas majoritárias seriam homologadas nas convenções regionais dos partidos realizadas, em sua maioria, nos dias finais de julho.

2.1 – A TV e o início da virada no jogo eleitoral

A partir da divulgação da primeira pesquisa eleitoral de 1982, um novo personagem entrou de forma decisiva na campanha: a televisão. Os programas de entrevistas e os debates ganham importância crucial na estratégia dos candidatos, principalmente aqueles que se encontravam em piores condições na corrida naquele início de ano. O primeiro objetivo

³⁹ *O Globo*, 21/05/1982

⁴⁰ *O Globo e Jornal do Brasil*, 12/06/1982

passou a ser o de conquistar o direito de se apresentar ao eleitor como claro representante das forças que disputavam o poder no plano nacional – governo e oposição – papéis que no princípio campanha eram desempenhados respectivamente por Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira. Foram justamente os dois quem abriram a temporada dos debates, no programa “Sem Censura”, realizado pela TV Globo na noite de 20 de abril. Durante o debate, a preocupação dos candidatos foi convencer os espectadores de que cada um era, de fato, oposição: Miro acusando Sandra de ligações com o Planalto e ela atribuindo ao adversário a tentativa de continuidade do governo Chagas Freitas. Ao mesmo tempo, Miro apostava na nacionalização do discurso, enquanto Sandra defendia a necessidade de “arrumar a casa”, numa referência à situação do Rio.⁴¹

No início de maio começava a mais bem-sucedida relação entre candidato e TV das eleições, com a apresentação, no dia 4, do programa partidário do PDT em cadeia nacional de rádio e televisão. Único a requerer o direito, o partido conseguiu autorização do TSE, o que não acontecia desde 1977, quando por meio do Ato Complementar nº 4 o presidente Ernesto Geisel suspendeu as transmissões partidárias em reação ao programa do MDB que, em junho daquele ano, denunciou o desaparecimento de pessoas no Brasil. O programa resultou na cassação do líder do partido na Câmara, deputado Alencar Furtado (SKIDMORE, 1988). Com Leonel Brizola como apresentador, o programa procurou demonstrar o caráter socialista do PDT aos eleitores e fazer críticas ao regime. Sem fazer referências diretas às eleições de novembro, Brizola contou com participações de importantes personagens da campanha no Rio de Janeiro, como Darcy Ribeiro, Saturnino Braga e o cacique xavante Mário Juruna, que viria a ser um dos candidatos com maior votação para deputado federal na eleição. Após a transmissão do programa, Leonel Brizola comemorou o fato de que o público potencial do programa seria de 50 milhões de pessoas⁴².

A confiança no desempenho que teria frente às câmeras animava Brizola mesmo diante do mau resultado da primeira pesquisa. A seus aliados e colaboradores, dizia para que não se impressionassem com os primeiros números. “Estamos ainda nas preliminares, a população vai reconhecer quem é o candidato natural da oposição com o início do debate na TV” (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015, p.236). Segundo os autores, o candidato do PDT previa que seu principal adversário não seria Miro ou Sandra, mas o candidato que viesse a ser

⁴¹ *Jornal do Brasil*, 21/04/1982

⁴² *Jornal do Brasil*, 5/5/1982

apoiado pelo governo federal. “Ele será um candidato forte, com todo o apoio da máquina do governo. Será com ele que vamos concorrer” (Idem, Idem).

Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro lembram que a declaração ocorreu antes do lançamento da candidatura de Moreira Franco pelo PDS. Os autores destacam que este, que seria o grande adversário na fase final da campanha, tornou-se um aliado na montagem da estratégia dos primeiros debates com a participação de todos os candidatos – o primeiro ocorreria no dia 2 de agosto. Em uma reunião em um hotel no Rio, Brizola e Moreira identificaram Miro Teixeira como o adversário principal de ambos e, com base nisso, estabeleceram um pacto: “A estratégia era a de Brizola bater no Lysâneas e Moreira na Sandra e depois, resolvidos esses dois casos, iriam partir para cima do Miro”. (BRIGAGÃO E RIBEIRO, 2015, p. 239)

Brizola ganhou oportunidade de intensificar o ataque a Miro Teixeira em um novo debate, desta vez no programa “O Povo na TV”, da extinta TVS. O oponente foi o candidato a senador pelo PMDB, Artur da Távola, que procurou defender o “voto útil” dos opositoristas em Miro, enquanto Brizola criticava a vinculação do adversário ao chaguismo. Os dois debatedores tiveram que ouvir o produtor anunciando o apoio do programa “ao candidato que o governo federal indicou para o Estado do Rio de Janeiro (Moreira Franco, do PDS)”⁴³. Ao comentar o debate, em sua coluna política, *O Globo* reproduziu críticas à “linguagem ultrapassada” do candidato do PDT⁴⁴. Os microfones das emissoras de rádio também foram amplamente utilizados por Brizola, como na entrevista concedida à *Rádio Jornal do Brasil*, em 27 de julho. Miro e Lysâneas, candidatos apoiados por setores da esquerda, receberam as maiores críticas do pedetista.

Os debates na televisão também contribuíram para a sensível melhora no desempenho de Moreira Franco nos meses finais da campanha. Ele foi considerado, pelo Ibope, o vencedor do primeiro embate entre todos os candidatos ao governo fluminense realizado pelo “O Povo na TV” no dia 2 de agosto. Ao divulgar a pesquisa no dia seguinte, o *Jornal do Brasil* publicou matéria considerando que juntamente com Moreira, Brizola foi o candidato mais beneficiado pelo debate. No dia 4 de agosto, o jornal divulgou a repercussão do debate junto ao governo federal, revelando a animação do Planalto com o desempenho do ex-prefeito de Niterói, manifestada pelo porta-voz Carlos Atila. Na reportagem, o jornal citava que “uma

⁴³ *Jornal do Brasil*, 8/7/1982

⁴⁴ *O Globo*, 9/7/1982

importante fonte ligada ao PDS fluminense” garantira que depois de convencer-se das boas possibilidades de Moreira Franco, o governo federal decidiu não estimular mais a candidatura de Sandra Cavalcanti. Na avaliação dessa fonte, o Planalto considerava que a candidata do PTB dividia votos com Moreira Franco⁴⁵. Ainda de acordo com a reportagem, naquele momento o governo acreditava que a polarização se dava entre Moreira e Miro Teixeira, em razão das fortes estruturas partidária e financeira de que ambas as candidaturas dispunham.

A campanha teria outros dois programas de debates reunindo os cinco candidatos ao governo fluminense, ambos apresentando aspectos polêmicos. O primeiro também foi promovido pelo programa “O Povo na TV”, da TVS, no dia 29 de agosto. O momento mais tenso foi quando Miro Teixeira responsabilizou Sandra Cavalcanti por omissão na chacina de mendigos no Rio da Guarda. A declaração provocou como reação a iniciativa da petebista de obrigar o adversário assinar uma declaração reafirmando o que havia dito, o que se tornaria a principal peça de acusação do processo que ela viria a mover contra Miro. O candidato fazia referência a um episódio, em 1962, que marcou o governo Carlos Lacerda na Guanabara (1960-1965), que tinha Sandra como secretária de Serviços Sociais: a matança de mendigos – efetuada pelo Serviço de Recuperação de Mendigos – cujos corpos foram jogados no Rio da Guarda. Mesmo tendo punido os culpados, Lacerda continuou sendo acusado por seus adversários como responsável pelo caso⁴⁶. Sandra realmente abriu o processo contra Miro, mas ele acabaria sendo arquivado por decisão do TSE.

Depois da emissora de Silvio Santos, os candidatos só voltariam a se encontrar diante das câmeras em um último debate no dia 13 de setembro, a dois meses das eleições. O motivo foi a decisão do governo, com respaldo legal do TSE, de manter em vigor a Lei Falcão, repetindo as regras das eleições de 1978 para a propaganda eleitoral gratuita. A partir do dia 14, os partidos só poderiam mencionar a legenda, o currículo e o número de registro dos candidatos, que teriam divulgados pela televisão somente suas fotografias. Também poderiam anunciar o horário e o local de seus comícios. A legislação impedia que as emissoras de radiodifusão exibissem propaganda política ou difundissem opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer candidato ou partido.

A lei em questão foi aprovada pelo Congresso no dia 25 de julho de 1976, por 221 votos contra cinco, sem contar com a participação do MDB, cujos parlamentares se retiraram

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 4/8/1982

⁴⁶ Cf. Verbete “Carlos Lacerda”, escrito por Vilma Keller no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Volume III, coordenado por Alzira Alves de Abreu (2001, p. 2.979-2.990).

em protesto antes da votação. O Projeto de Lei da Reforma da Propaganda Eleitoral foi batizado com o nome de seu idealizador, o ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão, como forma de impedir o livre debate, considerado um dos fatos determinantes para a vitória da oposição nas eleições de 1974⁴⁷. A manutenção da Lei Falcão, anunciada pelo TSE, gerou críticas por parte dos partidos oposicionistas. Na coluna Informe JB, o *Jornal do Brasil* publicou declarações do presidente do Senado, Jarbas Passarinho (PDS-PA), culpando a oposição pela manutenção da lei ao afirmar que “eles puseram fora a oportunidade de alterá-la com ofensas, agressões e retaliações”⁴⁸. A coluna ironizou as declarações de Passarinho, destacando o interesse da oposição de “abrir o verbo” para repetir o desempenho de 1974 e atribuindo a permanência da Lei Falcão à “exclusiva vontade do governo”⁴⁹.

Realizado pela *TV Globo* no programa “Desafio Final”, o último debate da campanha, foi marcado por tumultos e discussões entre os candidatos, provocaram a irritação do vice-presidente de Operações e principal executivo da emissora, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que determinou a retirada do programa do ar durante três minutos. O clima de nervosismo foi explorado por Leonel Brizola, que constantemente ironizava seus adversários classificando-os como “bonitinhos, mas sem a necessária credibilidade de autores”⁵⁰. No dia seguinte, o Ibope confirmou o bom desempenho de Brizola ao divulgar que ele vencera o debate na opinião de 24,1% dos entrevistados, em pesquisa encomendada pela própria *TV Globo*. Moreira Franco ficou em segundo lugar, com 19,2%. A avaliação dos eleitores que acompanharam o último debate televisivo da campanha confirmava o sucesso da estratégia dos dois candidatos que, a aquela altura, já polarizavam a opinião pública a 60 dias da eleição.

⁴⁷ Cf. Verbete “Armando Falcão”, escrito por Maria Cristina Guido, no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Volume II, coordenado por Alzira Alves de Abreu (2001 p. 2.068-2.072).

⁴⁸ *Jornal do Brasil*, 7/9/1982, p. 6.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Jornal do Brasil*, 14/9/1982, p. 4.

2.2 – O protagonismo dos assessores e estrategistas

A campanha de 1982 trouxe um fator a mais para diferenciá-la das que se seguiram ao pleito de 1965, marcadas pelas restrições impostas pela legislação do regime militar: a intensificação da participação dos assessores na formulação de estratégias para a conquista de votos na batalha eleitoral e na elaboração de planos de governo. Aos poucos, a imprensa passava a noticiar não apenas a rotina dos candidatos e sua alternância na preferência do eleitorado medida pelas pesquisas, mas também o papel dos estrategistas, que se tornavam personagens conhecidos. Por afinidades ideológicas e partidárias ou por contingências profissionais, os partidos arregimentavam nomes conhecidos – ou não – em suas áreas específicas de atuação. A estrutura do partido determinava as dimensões das equipes encarregadas de desenvolver as campanhas para os candidatos.

Em sua edição de 30 de maio o *Jornal do Brasil* publicava reportagem revelando o papel dos técnicos na campanha eleitoral, que ainda se encontrava no início. Naquele momento a maior estrutura era a do PMDB, que contava com quadros egressos do PP de Chagas Freitas e recebia a adesão de técnicos e intelectuais oriundos de setores da esquerda. Onze grupos de trabalhos estavam formados para elaborar o programa de governo de Miro Teixeira: Economia, Saúde, Educação, Transportes, Orçamento, Meio Ambiente, Agricultura, Mulher, Ciência e Tecnologia, Comunidade e Justiça/Segurança. Segundo o jornal, esses grupos haviam sido constituídos em 1980 pelo antigo PMDB – então separado do PP – para elaborar a plataforma de governo do candidato do partido na época, Saturnino Braga.

Faziam parte do grupo original seu coordenador, o ex-deputado Rafael de Almeida Magalhães; o ex-presidente do Sindicato dos Médicos João Carlos Serra; o sociólogo Antonio Rangel Bandeira; o educador Edgar Flexa Ribeiro; o médico Hésio Cordeiro; e os economistas Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa. Outros nomes que apareciam na equipe de Miro eram as líderes feministas Branca Moreira Alves e Leonor Nunes de Paiva, a antropóloga Alba Zaluar, o médico Carlos Gentile de Melo e a socióloga Ely Diniz⁵¹. Ao grupo incorporaram-se nomes pertencentes à máquina do governo Chagas Freitas, como o secretário estadual de Planejamento, Waldir Garcia, e o secretário municipal de Desenvolvimento do Rio, Vicente Barreto, encarregados de dar aos assessores amplo acesso

⁵¹ *Jornal do Brasil*, 30/5/1982.

às informações de todos os órgãos estaduais ligadas a cada área de estudo⁵². Na entrevista que concedeu para este trabalho, Miro Teixeira destacou a excelência do grupo e afirmou que ainda guarda o programa de governo que, segundo ele, devido à sua qualidade, poderia ser aplicado ainda nos dias de hoje⁵³. Esta situação persistiria até o afastamento de Chagas Freitas da campanha do partido, em consequência da preferência do candidato por um grupo especial de nove assessores – os chamados “luas pretas” – que reforçaram o discurso esquerdizante com críticas ao perfil clientelista do chaguismo, tema que será abordado na próxima seção.

Com uma estrutura muito menor do que a do PMDB, o PDT já contava com os grupos de trabalho na ocasião da publicação da reportagem do *Jornal do Brasil*. Eles eram 18 no total, com a seguinte composição: Economia e Finanças Públicas (coordenação de Saturnino Braga); Saúde e Educação (coordenação de Darcy Ribeiro); Abastecimento e Agricultura (coordenação de Teodoro Buarque de Holanda). Os outros grupos de assessoramento de Leonel Brizola eram os de Solo Urbano e Favelas; Meio Ambiente e Saneamento; Trabalho; Justiça; Problemas Municipais; Divulgação e Imprensa; Habitação e Urbanismo; Funcionalismo; Menor; Movimento Negro; Mulher; e Juventude. Uma comissão central coordenava os grupos de trabalho, constituída por Cibilis Viana, Vivaldo Barbosa, Luiz Alfredo Salomão e Cesar Maia. A comissão era supervisionada por Saturnino Braga e Darcy Ribeiro, mas a palavra final era sempre a de Brizola⁵⁴. Também integravam os grupos do PDT o médico e ex-deputado Jamil Haddad – futuro prefeito do Rio nomeado por Brizola – o jornalista e sindicalista Carlos Alberto de Oliveira, o promotor Nicanor Fisher e o ex-deputado Jonas Baiense.

Antes de se tornar um dos principais personagens do processo de apuração das eleições, o economista Cesar Maia ganharia importância durante a campanha, por meio de sua participação na campanha eleitoral. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), começou a prestar assessoria a Brizola quando este ainda tentava articular a legenda do PTB. A relação se estreitou com a criação do PDT e o posterior convite ao economista para trabalhar na campanha. Cesar Maia foi encarregado de fornecer ao candidato informações sobre os municípios que seriam visitados. “Brizola conhecia muito pouco o Rio de Janeiro e, por isso, eu fazia fichas para as viagens dele. Por exemplo, se fosse fazer um comício em

⁵² Idem.

⁵³ Entrevista de Miro Teixeira em 6/10/2017

⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 30/5/1982.

Porciúncula ou Teresópolis, eu fazia a ficha com informações sobre a população, produtos principais, resultados das últimas eleições, etc”⁵⁵. Entre os principais assessores de Brizola também estavam o médico Eduardo Costa e o advogado Vivaldo Barbosa, para quem o grande mérito da equipe foi garantir que o candidato não fosse transformado em um boneco nas mãos da equipe: “Nunca quisemos pretender transformá-lo. E ficamos muito satisfeitos quando nos debates da TV e nos comícios, ele vai soltando as ideias que damos para ele”⁵⁶.

Sem muitas ilusões quando às possibilidades de vitória, na época da reportagem do *Jornal do Brasil*, no fim de maio, o PT fluminense estava empenhado em sua estruturação. Na ocasião, o partido contava com 40 mil filiados, com idade média entre 25 e 30 anos. Assim como outros partidos, o PT também contava com núcleos de trabalho, que se reuniam em constantes discussões no gabinete do deputado estadual José Eudes, único representante do partido na Assembleia Legislativa do Estado. Os assessores petistas citados na reportagem eram Roberto Fonseca, o *Beto Borel*, do grupo de favelas; o médico Luís Tenório e a professora Isabel Pitaluga, na área de saúde; Carlos Wainer, planejamento urbano. O jornal também se referia a um ativo grupo formado pela socióloga Lélia Gonzalez, o poeta Carlos Henrique Escobar e Cecília Loylola, conhecida como *Xixa*. Entre os coordenadores do grupo estava o sociólogo Jair Ferreira de Sá, que anunciava entre os principais objetivos do PT a mobilização dos profissionais liberais⁵⁷.

O único partido que abriu mão de montar grupos de trabalho para a campanha de 1982 foi o PTB, cuja candidata liderava as pesquisas com folgada maioria. Ainda na edição de 30 de maio, o *Jornal do Brasil* revelava que toda a plataforma de Sandra Cavalcanti estava sendo elaborada pelo pouco conhecido Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos Getúlio Vargas, cujo presidente, citado na reportagem, era Celso Brant⁵⁸. Na entrevista ao jornal, Brant disse que a maior preocupação da campanha era a criação de um “exército de voluntários, pessoas que ensinem o povo a votar”⁵⁹. O coordenador-geral da campanha de Sandra era o economista Maurício Cibulares, para quem os grupos de trabalho eram “coisas do Miro Teixeira”⁶⁰. Apesar da ironia de Cibulares – que segundo o *JB* se orgulhava de ser amigo do ex-Chefe do Gabinete Civil de Geisel e Figueiredo, Golbery do Couto e Silva – na

⁵⁵ Entrevista concedida a mim por Cesar Maia em 7/12/2017.

⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 30/10/1982, p. 4.

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 30/5/1982.

⁵⁸ Ao longo da pesquisa não encontrei nenhuma referência à entidade, nem registros sobre a presidência de Celso Brant, embora sua biografia tenha sido incluída em publicações como o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Volume I, coordenado por Alzira Alves de Abreu (2001).

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 30/5/1982, p.8).

⁶⁰ *Idem*.

prática o PTB dispunha de um conselho consultivo integrado, entre outros, pelo ex-juiz Francisco Horta, o economista Manoel D'Assunção, o ex-ministro João Pinheiro Neto, o ex-deputado Saldanha Coelho e o advogado Fernando Barros de Noronha Filho. O conselho não tinha um esquema de funcionamento definido, prestando assessoria a Sandra Cavalcanti sempre que necessário. Cibulares declarou ainda ao jornal que a campanha tinha como colaboradores funcionários de órgãos ligados ao governo do Estado, cujos nomes não eram revelados para que não se tornassem alvos de represálias.

Último candidato a ter o nome confirmado por seu partido, na primeira quinzena de junho, Moreira Franco, do PDS, fugiu da fórmula seguida pela maioria dos adversários para desenvolver sua campanha. A opção foi a contratação de uma agência de publicidade, a Artplan, cujo dono, o empresário Roberto Medina, já tinha experiência das campanhas que comandou para seu irmão, o deputado federal Rubem Medina. O encarregado da campanha foi o Diretor de Criação da agência, o publicitário Marco Antônio Rocha. Em reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 25 de julho, Rocha explicava que no detalhamento da campanha, o PDS era apresentado como “cliente”, e Moreira como “produto”. O objetivo imediato seria enfrentar os dois candidatos que naquela altura polarizavam a preferência do eleitorado: Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira. E a arma encontrada foi um antigo sucesso do Carnaval de 1951, o samba “Pra seu Governo”, de Haroldo Lobo e Milton de Oliveira. Com a letra do refrão substituída pela sequência “**Você não é / mais meu amor / porque me fez chorar/ Pra seu governo / já tenho outro / em seu lugar**”, o samba ficou conhecido pelos eleitores como “o *jingle* do Moreira”⁶¹.

Quanto ao enfrentamento aos líderes das pesquisas, os estrategistas do PDS partiram para uma peça publicitária que marcou época: um *spot* publicitário mostrava um muro branco onde estavam escritos os nomes dos candidatos do PTB e do PMDB. Em seguida, alguém pichava os nomes e escrevia o do pedessista. Uma voz surgia repetindo do *slogan*: “Nem Miro, nem Sandra. Pra seu governo, Moreira Franco”. Na entrevista ao *Jornal do Brasil*, Marco Antônio Rocha disse que teve a ideia do *slogan* ao procurar uma forma diferente de apresentar o ex-prefeito de Niterói ao eleitorado, principalmente o carioca. A autora da reportagem, a repórter Thaís de Mendonça, arriscou a interpretação de que a campanha publicitária pode ter sido responsável pela rápida subida do candidato do PDS nas pesquisas que se seguiram.

⁶¹ *Jornal do Brasil*, 25/7/1982.

A confirmação viria naquela mesma semana. No dia 30 de julho *O Globo* divulgou pesquisa do Ibope anunciando o crescimento de Moreira Franco, paralelamente à queda de Sandra Cavalcanti. A candidata do PTB continuava na liderança com 30% das intenções de voto, seguida de Miro Teixeira, com 25% e Moreira Franco com 21%. Leonel Brizola, com 10%, já superava os indecisos (8,4%). Lysâneas Maciel, do PT, patinava nos 3%⁶². Entre os profissionais do setor, a campanha publicitária do PDS transformou-se em um caso de sucesso. Durante o I Seminário de Marketing Político, realizado em São Paulo, o professor Reimar Richeres, da Fundação Getulio Vargas, considerou que a Artplan realizou uma façanha ao “trabalhar um candidato que era inexpressivo e colocá-lo na preferência do eleitorado, poucos pontos abaixo de Miro Teixeira e Sandra Cavalcanti”⁶³.

2.3 – Miro, Chagas e os “Luas-Pretas”

Os últimos dias de julho e todo o mês de setembro pareciam confirmar as previsões de que a combinação entre a máquina de governo chaguista e o apoio de importantes setores da esquerda levaria o candidato do PMDB a suceder seu padrinho político no Palácio Guanabara. As boas notícias para Miro Teixeira começaram no dia 30 de julho, quando *O Globo* divulgou pesquisa do Ibope demonstrando uma já esperada queda de Sandra Cavalcanti, agora com 30% das intenções de voto, e a aproximação do pemedebista, em segundo lugar, com 25%. Moreira Franco também subia, com 21%, enquanto Leonel Brizola se posicionava ainda em quarto lugar, com 10% das preferências. Outra pesquisa do Ibope, divulgada no dia 14 de agosto pelo *Jornal do Brasil*, apontava que no Grande Rio, região mais populosa do Estado, Miro ultrapassava Sandra: 28,5% contra 24,9%. A liderança em todo o Estado seria finalmente confirmada novamente pelo Ibope, no dia 20. Miro encabeçava a corrida com 29,5%, enquanto sua adversária caía para 25,1%, ameaçada de perto por Moreira Franco, que subia para 23% das intenções de voto. Brizola permanecia com os mesmos 10% da pesquisa anterior⁶⁴.

Apesar do bom desempenho nas pesquisas, a campanha de Miro Teixeira começou a sofrer de forma intensa as contradições entre as duas correntes que a apoiavam. Desde o início

⁶² *O Globo*, 30/7/1982.

⁶³ *O Globo*, 3/8/1982, p.2.

⁶⁴ *Jornal do Brasil*, 20/8/1982.

do ano, Chagas Freitas, além de colocar a máquina estadual e política a serviço do candidato, entrou na campanha, contrariando suas características pessoais, em que se sobressaía a discrição. A mudança ocorreu após a divulgação de uma pesquisa do Instituto Gallup que apontava a avaliação do eleitorado em relação a Chagas. De acordo com a pesquisa, ele era o mais impopular entre os governadores do Brasil. Ao analisar os dados, o instituto concluiu que naquelas condições, Chagas não só ficaria “destituído do poder significativo de transferência de votos”, como também poderia “provocar riscos de danos aos candidatos majoritários que viesse a apoiar”⁶⁵. A pesquisa provocou irritação entre os integrantes do extinto PP, que iniciaram o movimento de entrar na campanha sem incluir os membros do antigo PMDB. A reportagem que trazia a informação foi o primeiro registro explícito das divergências existentes entre as duas correntes⁶⁶.

Na esteira da divulgação da pesquisa, o governador inaugurou dias depois sua participação na campanha de uma forma inusitada. Para demonstrar a qualidade da água do Rio Paraíba do Sul, Chagas Freitas bebeu água recolhida de uma torneira e entrou de calção no rio, em gestos amplamente registrados pelas câmeras dos jornais e da televisão. Quanto aos objetivos eleitorais da aventura, o colunista Villas-Bôas Corrêa publicou artigo com o título: “Chagas mergulhou no voto”⁶⁷. O mergulho do governador provocou o estranhamento do candidato do PMDB, segundo revelou Miro Teixeira em entrevista para este trabalho. Porém, Miro garante que o gesto nada teve a ver com a campanha, mas apenas como forma de tranquilizar a população⁶⁸.

O apoio de Chagas a seu afilhado político aconteceria em diferentes ocasiões, em entrevistas e inaugurações de obras – estas sem a presença do candidato – até seu rompimento com a campanha, no início de outubro. Antes disso, porém, Miro já havia constituído o grupo de assessores que contribuiria para o afastamento do governador. A primeira reunião ocorreu no dia 19 de abril, num encontro na casa do candidato para a preparação do pemedebista para o debate que teria no dia seguinte com Sandra Cavalcanti, na *TV Globo*⁶⁹. Ao mesmo tempo, Miro continuava ocupando o espaço privilegiado na coluna que assinava diariamente no jornal *O Dia*, de propriedade de Chagas Freitas (FREIRE, 2012). A relação do candidato com o jornal começou em 1964, quando Miro foi contratado como repórter, aos 19 anos. No ano

⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 12/5/1982, p.4.

⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 16/5/1982.

⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 26/5/1982.

⁶⁸ Entrevista de Miro Teixeira, 6/10/2017.

⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 5/9/1882

seguinte conheceu pessoalmente Chagas, que o encarregou da cobertura das eleições para o governo da Guanabara. A relação política começou em 1970 quando, incentivado pelo patrão, concorreu a deputado federal, sendo eleito pelo MDB da Guanabara – o sétimo mais votado do partido para o cargo⁷⁰. Ao analisar o afastamento de Miro de Chagas Freitas, Carlos Eduardo Sarmiento afirmou que ao contrário dos candidatos a cargos proporcionais, que necessitavam das estruturas tradicionais da máquina chaguista, Miro procurava se afastar de “qualquer referência que pudesse associar sua imagem ao modelo clientelista que dera coesão política ao grupo do governador” (SARMENTO, 2004, p. 173). Para o autor, desta forma o candidato procurava “associar sua imagem às posições mais radicalmente oposicionistas encampadas pelo PMDB, forçando, com isto, a busca de uma legitimidade oposicionista radical” (Idem, idem)⁷¹.

Pesquisadores que estudaram o período identificam como um dos fatores que contribuíram decisivamente para a explosão dos conflitos com políticos ligados a Chagas Freitas na campanha de Miro a atuação dos “luas-pretas”, integrantes do grupo de nove assessores que geriam a campanha do pemedebista (SENTO-SÉ, 1999; SARMENTO, 2004; FREIRE, 2012). Com presença discreta na fase inicial da fazenda, os “luas-pretas” passaram a fazer parte do noticiário em setembro, quando Miro já liderava as pesquisas. O grupo teve sua composição apresentada em reportagem do *Jornal do Brasil*:

- Eurico Figueiredo, coordenador-geral (cientista político);
- João Carlos Serra (médico e sindicalista);
- Raulino de Oliveira (administrador de empresas);
- Luiz Henrique Bahia (economista e cientista político);
- Nelson Paes Leme (advogado);
- Maria Augusta Brandão (jornalista e relações públicas);
- Carlos Alberto Scorzelli (publicitário);
- Claudio Mansur (advogado);
- Chico Junior (jornalista e assessor de imprensa da campanha)⁷²

⁷⁰ Entrevista de Miro Teixeira em 6/10/2017.

⁷¹ O conceito do termo “clientelismo”, citado por Carlos Eduardo Sarmiento, pode ser compreendido conforme a definição de José Murilo de Carvalho (2005) como uma prática originária no Império em que, na relação com o cidadão, o Estado é a parte mais forte, distribuindo benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite.

⁷² *Jornal do Brasil*, 5/9/1982.

As fissuras na campanha de Miro Teixeira tornaram-se ainda mais explícitas a partir do fim de agosto. Até o momento, Chagas aproveitava todas as oportunidades para manifestar apoio a Miro, como em uma entrevista que concedeu na Quinta da Boa Vista – parque da Zona Norte da capital – no dia seguinte à divulgação da pesquisa que, pela primeira vez colocava o candidato do PMDB na preferência das intenções de voto⁷³. A crise explodiu em setembro, quando o grupo chaguista fez um apelo ao governador para que assumisse a campanha. Colunista e repórter político do *Jornal do Brasil*, Villas-Bôas Corrêa lembrou, como um dos episódios da crise, que no último debate da campanha, na TV Globo, ao ser provocado por Lysâneas Maciel, Miro admitiu que Chagas era um “subproduto da ditadura”. O jornalista destacou que o “afastamento” do governador evoluiu para um “agastamento”, que o levou a retirar-se da campanha, no momento em que Brizola começava a subir nas pesquisas. A situação levou chaguistas como o deputado Marcelo Medeiros a convencer Chagas a retornar à campanha⁷⁴.

A tentativa duraria pouco tempo. Uma entrevista do “lua-preta” João Carlos Serra colocaria de forma definitiva em rota de colisão os dois grupos que compunham o PMDB. Entre outras declarações, Serra disse que a imagem de Chagas Freitas era um “entrave” à campanha de Miro por manter uma relação fechada com o regime e não divulgar pelos meios de comunicação as obras de seu governo, “usadas marginalmente por alguns setores que utilizam o chaguismo como manobra eleitoral⁷⁵”. Na entrevista, o “lua-preta” admitiu as divergências com Chagas, mas garantiu que a campanha continuaria nas mãos da assessoria do candidato. Serra disse que Miro deveria comparecer a algumas inaugurações do governo estadual que fossem interessantes para a campanha – como o serviço de águas para a Baixada Fluminense – mas não faria a defesa do governo. O assessor destacou o caráter clientelista do governo Chagas Freitas e disse que a administração de Miro Teixeira seria diferente⁷⁶.

As declarações de João Carlos Serra provocaram uma indignada reação dos chaguistas, refletindo o estado de espírito do seu chefe político. Uma das declarações mais contundentes foi a do deputado Gilberto Rodrigues, ex-líder do PP na Assembleia fluminense: “Eu não admito que qualquer cientista político entenda mais de Baixada Fluminense do que eu”, disse Rodrigues ao *Jornal do Brasil*, que reproduziu a insatisfação de outros políticos ligados ao governador. Na mesma edição, do dia 30 de setembro, o jornal revelava que

⁷³ *Jornal do Brasil*, 21/8/1982.

⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 25/9/1982.

⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 28/9/1982.

⁷⁶ *Idem*.

Chagas não iria mais participar dos comícios de Miro. Os desencontros continuaram em outubro, com uma declaração forte do candidato, vazada por um interlocutor do partido, ao rejeitar as pressões dos chaguistas: “Estão tentando me levar para a política de clientela, mas para esta eu não vou”⁷⁷. A mesma fonte disse que Miro Teixeira teria aprovado a entrevista de João Carlos Serra. Na noite do dia 4, o mesmo Serra participaria de um debate sobre o chaguismo, tendo como debatedor o deputado Jorge Leite, um dos políticos mais ligados a Chagas Freitas. Durante o debate, Leite pediu uma trégua para que o PMDB pudesse ganhar a eleição e disse que as discussões só alimentavam “o racha e a divisão”. Mesmo na presença de representantes da esquerda do partido, o deputado foi aplaudido de pé⁷⁸.

O desfecho da crise aconteceu na noite de 6 de outubro, quando o Palácio Guanabara divulgou nota lida aos repórteres setoristas por Jorge Leite anunciando o desligamento de Chagas da campanha de Miro “por não concordar com a linha de conduta e o comportamento de sua assessoria”. Ainda de acordo com a nota, o governador “jamais pretendeu dirigir a campanha do candidato e, em momento algum, interferiu na mesma”⁷⁹. O gesto foi recebido com surpresa pela assessoria de Miro, que acompanhava o candidato em um evento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Um dos pivôs da crise, o assessor João Carlos Serra disse considerar a decisão de Chagas reversível e garantiu que “nunca houve qualquer antagonismo entre a assessoria de Miro e o governador” que, segundo o “lua-preta”, ainda teria um papel importante a desempenhar na campanha⁸⁰. Por sua vez, ainda segundo a reportagem, o coordenador da campanha, Eurico Figueiredo, desautorizou as declarações do colega de assessoria afirmando que só o candidato falaria. Miro recusou-se a fazer qualquer declaração naquele momento.

Mais de três décadas e meia após os acontecimentos, o então candidato do PMDB deu outra versão para o afastamento de Chagas Freitas de sua campanha. Na entrevista que me concedeu, Miro Teixeira garantiu que o rompimento partiu de Chagas Freitas não por divergências com seus assessores, mas devido a pressões que sofreu do regime que, segundo ele, podem ser deduzidas de algumas notícias que circularam na época. Como exemplo, citou uma nota publicada na coluna do jornalista Ibrahim Sued, em *O Globo*, dizendo que Chagas havia sido chamado para uma reunião com um ministro militar em um local que classificou

⁷⁷ *Jornal do Brasil*, 4/10/1982, página 4.

⁷⁸ *Jornal do Brasil*, 5/10/1982.

⁷⁹ *Jornal do Brasil*, 7/10.1982.

⁸⁰ *Idem*.

como “Prefeitura do Galeão”, com objetivo de falar sobre a situação das candidaturas no Rio de Janeiro. Miro disse ter recebido a notícia como um aviso.

Durante pesquisa em *O Globo*, encontrei duas referências à nota citada por Miro Teixeira, ambas na coluna de Ibrahim Sued, na seção cultural que hoje é batizada de Segundo Caderno. A primeira, publicada no dia 2 de outubro, na página 28, trazia o seguinte texto: “O comandante do 1º Distrito Naval, almirante Henrique Saboya, reúne 20 casais para almoço, hoje, na Ilha do Governador”. A outra nota, na mesma coluna, foi publicada na edição do dia 8, na página 32: “Muito concorrido o almoço que o almirante e Sra. Henrique Saboya ofereceram, na Ilha do Governador. Entre as presenças, os casais governador Chagas Freitas, ministro Maximiano da Fonseca, almirante Alfredo Karan, Rafael Branco e Paulo Bonoso, generais Heitor Gomes de Almeida e Mario O’Reilly (o nome cotado nas promoções de novembro), secretário Adyr Velloso, Hermenegildo de Sá Cavalcanti”.

Também na edição do dia 8, *O Globo* publicava reportagem de Brasília informando que o governo federal recebera bem o afastamento de Chagas da campanha de Miro. O jornal citava assessores do Planalto para quem “a retirada do apoio do governador poderá liquidar a candidatura de Miro Teixeira”⁸¹. A mesma reportagem dizia que o governo não considerava a possibilidade de Leonel Brizola vencer a eleição, já que sua vantagem localizava-se apenas na capital.

Outro exemplo de pressão que relatou ter sofrido foi uma visita que recebeu na sede do PMDB do deputado Jorge Leite, então presidente da Assembleia Legislativa. De acordo com o depoimento de Miro Teixeira, Leite foi encarregado por Chagas de entregar uma carta para que fosse assinada pelo candidato. No texto, ele esclarecia que as declarações que havia feito com críticas às “comunidades de informações” – já citadas neste trabalho – se referiam a outras pessoas alheias ao governo federal. Como resposta, Miro disse ter escrito em tom respeitoso uma carta manuscrita a Chagas, entregue a Jorge Leite, dizendo estar ciente das pressões que o governador sofria e que se recusava a assinar a carta que recebeu justificando que, se assim o fizesse, perderia o respeito do governador⁸².

A pressão mais grave, no entanto, de acordo com o então candidato, viria de integrantes do sistema que ele havia repudiado no início de sua campanha. Miro Teixeira denunciou um episódio que nunca havia sido divulgado por ele até a realização da entrevista

⁸¹ *O Globo*, 8/10/1982, página 3.

⁸² Entrevista de Miro Teixeira em 6/10/2017.

para este trabalho: a tentativa de sequestro de sua então mulher, Leonora, pelos ocupantes de um carro da Polícia Civil do Rio. Em seu relato, Miro disse que os homens, de armas nas mãos, chegaram ao prédio onde a família morava, na Barra da Tijuca, cinco minutos depois de sua esposa ter saído com os dois filhos do casal. Os supostos policiais levavam uma intimação para que ela prestasse depoimento em uma delegacia que investigava o roubo de um carro. Ao tomar conhecimento do caso, Miro disse ter telefonado para o delegado. Este disse acreditar tratar-se de um mal-entendido, mas aconselhou o candidato a levar a esposa à Delegacia para “esclarecer” o caso. Como reação, Miro disse ter ameaçado o delegado com a Lei de Abuso de Autoridade e exigido receber certidões atestando que nada havia contra Leonora. Segundo Miro, horas depois havia em seu condomínio “uma fila de delegados” para lhe entregar os documentos exigidos⁸³.

2.4 – O Planalto diante da nova polarização

As contradições no interior do PMDB começaram a afetar a candidatura de Miro Teixeira mesmo no período em que ele ostentava a liderança nas pesquisas. Analistas de diferentes partidos passaram a observar a migração da preferência entre os candidatos, sobretudo no campo da esquerda, beneficiando principalmente a candidatura de Leonel Brizola. Foi o caso do histórico líder comunista Luiz Carlos Prestes, dissidente do então clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoiava Miro Teixeira. No início de setembro, assessores do pedetista constatavam seu crescimento entre os antigos eleitores de Sandra Cavalcanti e também do PT, enquanto previam, no prazo de um mês, a disputa pelos votos com Moreira Franco⁸⁴. O eleitorado também conferia a Brizola a condição de principal opositor, tanto ao governo federal quanto estadual. Uma pesquisa do Instituto Gallup considerava o candidato mais identificado com a oposição: 41% entre 516 eleitores entrevistados. Atrás vinham Sandra (38%), Miro (35%), Lysâneas (19%) e por último Moreira (12%).

A percepção se seguiu ao aumento do tom nas críticas de Brizola aos adversários, juntamente com o discurso em que reivindicava a condição de único candidato

⁸³ Entrevista de Miro Teixeira em 6/10/1982.

⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 4/9/1982.

verdadeiramente oposicionista ao governo fluminense. Ao mesmo tempo, intensificava o contato com universitários e intelectuais⁸⁵. A campanha passava a visar também à conquista do eleitorado de classe média e alta, investindo na criatividade – como o uso do *slogan* “Brizola na cabeça” – e na opção por candidatos a cargos proporcionais que mobilizavam o eleitorado pela curiosidade que despertavam, como o cacique Mario Juruna, o cantor popular Agnaldo Timóteo e o “cafajeste” Carlos Imperial, conhecido produtor musical, compositor e apresentador de TV (SENTO-SÉ, 1999).

Ao mesmo tempo, os pedetistas mantinham o esforço de campanha junto às camadas populares do eleitorado. Como parte dessa estratégia, foi inaugurado o “Brizolão”, um caminhão de som que também servia como palco para os comícios e shows de artistas que aderiram à campanha – artifício amplamente utilizado por Miro Teixeira, que até o fim da campanha manteve o apoio de nomes representativos do meio artístico e musical, como Chico Buarque de Holanda. Além do “Brizolão”, o candidato também contava com o “Brizolinha”, um caminhão menor. Durante um comício em frente a um estaleiro na Ilha do Governador, Brizola apontou para a própria garganta e afirmou: “A nossa máquina eleitoral está aqui, ó!”⁸⁶.

Para Américo Freire, ao voltar do exílio e optar por se fixar no Rio de Janeiro, Brizola já avaliava que o Estado lhe oferecia as melhores condições para a reconstrução de sua carreira política. O autor afirma que para atender ao interesse do ex-governador gaúcho em desempenhar um papel central na política brasileira, “nada melhor do que se posicionar em um território concebido como a síntese na nação, cujo povo, por sua independência, era, segundo ele, a vanguarda social e política do país” (FREIRE, 2012, p.225). Ainda de acordo com o pesquisador, em boa parte do período entre o desembarque no Rio e as eleições de 1982, Brizola tentou estabelecer negociações com diferentes lideranças políticas, mas a carência de quadros do PDT e seu isolamento político nas eleições fizeram que a vitória só viesse a ser alcançada “por seus atributos pessoais e políticos, a despeito da falta de estrutura partidária” (Idem, Idem). A análise confirmaria a declaração do candidato ao classificar sua própria garganta como uma máquina eleitoral.

O sucesso da ofensiva de Brizola junto aos eleitores de Miro Teixeira finalmente seria confirmado no dia 22 de setembro, com a divulgação de uma nova pesquisa do Ibope. Em

⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 21/8/1982.

⁸⁶ *Jornal do Brasil*, 16/9/1982, p. 2.

apenas onze dias, o candidato cresceu 6,7 pontos percentuais, passando a liderar a corrida com 23,1% dos votos. A pesquisa constatou ainda o crescimento de Moreira Franco, agora em segundo lugar, com 22,5%. Até então líder, Miro não resistiu à crise no interior da campanha, caindo para terceiro lugar, com 22,1% – uma queda de 3,5 pontos percentuais em relação à última sondagem. Confirmava-se a derrocada de Sandra Cavalcanti, com 19,3%, em quarto lugar. Lysâneas, com 3,9%, permanecia em último⁸⁷.

A confirmação da liderança de Brizola e do alto desempenho de Moreira provocaria mudanças significativas nos últimos dois meses da campanha no comportamento do Planalto, dos militares e da cobertura da imprensa. As diferenças começariam na própria divulgação da pesquisa, no dia 22. Enquanto o *Jornal do Brasil* trazia em sua primeira página a manchete “Brizola assume a liderança e Moreira ultrapassa Miro”, *O Globo* preferia priorizar, também em sua primeira página, outro aspecto apurado pelo Ibope: “Moreira Franco já em primeiro lugar no voto vinculado”. A manchete trazia um antetítulo, com o corpo das letras muito menor: “Ibope: Brizola individualmente na frente”. Com a vinculação, cujos números foram apresentados pelos dois jornais, Moreira teria 18,5% dos votos. Miro Teixeira seria o segundo, com 18,3%. Já Brizola contaria com 15,5% dos votos, o que aumentaria a especulação amplamente utilizada, durante a apuração, de que o despreparo de muitos de seus eleitores contribuiria para anular os votos que seriam depositados nas urnas.

2.4.1 – Figueiredo e os militares

A vertiginosa subida nas pesquisas deu um novo ânimo à candidatura do PDS, que tentava compensar o melhor desempenho de Brizola no Grande Rio com a máquina do partido no interior do Estado. Já com os sinais captados da polarização entre o antigo adversário do regime e seu próprio candidato, o governo entrou decididamente na campanha, apresentando como principal cabo eleitoral o presidente João Figueiredo. O primeiro grande ato de campanha foi a inauguração da Vila do João – um conjunto habitacional que acaba de ser construída no degradado complexo de favelas da Maré, na Zona Norte do Rio. Diante de um público de 20 mil pessoas animadas por sambistas e artistas simpáticos ao governo, Figueiredo, “em tom dramático”, pediu aos moradores do conjunto que votassem em Moreira:

⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 22/9/1982.

“Assim serei mais carioca do que já sou”, afirmou o presidente, que voltaria ao Rio de Janeiro em mais duas ocasiões⁸⁸. A última seria o derradeiro comício, no dia 12 de novembro.

Apesar de seu engajamento às eleições em todos os Estados, as possibilidades de uma vitória de Brizola no Rio levaram as atenções da imprensa ao presidente, que desde o início procurou se apresentar como fiador do processo de abertura política. Em agosto, em um discurso para políticos do PDS da Paraíba, Figueiredo reafirmou, em João Pessoa, sua determinação na realização das eleições e em perseguir a normalização democrática, mesmo a custo de votos para o partido do governo: “Mais vale uma democracia implantada à custa de uma derrota ou de uma vitória apertada do que o perigo do caos, do que o perigo de uma volta ao passado”⁸⁹. O temperamento explosivo de Figueiredo viria à tona no mês seguinte, após um comício em Natal. O presidente discutiu asperamente com um repórter da *Folha de S. Paulo* em consequência de uma pergunta sobre a eleição no Rio que deu margem ao seguinte diálogo:

Repórter: – Presidente, se o Brizola ganhar, leva?

Figueiredo: – É uma estupidez o que você está me perguntando, ora essa! Se o Brizola ganhar, leva? Você está me convidando a fechar o Congresso e dar um golpe? Não é isso que você quer que eu diga?

Repórter: – Fiz apenas uma pergunta.

Figueiredo: – Você foi infeliz em sua pergunta⁹⁰.

A primeira repercussão do rompante de Figueiredo foi do próprio Leonel Brizola, que elogiou as declarações do presidente. Mesmo ressalvando que em um regime estável seria “chover no molhado”, a confirmação de que quem ganhar a eleição, leva, “neste momento foi uma reafirmação altamente positiva para a nossa reconstrução democrática”⁹¹. Brizola enfatizou que suas declarações não eram de apoio ao governo federal e, sim, “um comentário insuspeito, por partir de quem se considera o candidato mais representativo da oposição em todo o país”⁹². No entanto, a pergunta do repórter em Natal apenas refletiu a curiosidade da área parlamentar, de acordo com a visão do repórter político do *Jornal do Brasil* Fernando Cesar Mesquita, expressa na coluna Coisas da Política. Com base em suas fontes em Brasília,

⁸⁸ *Jornal do Brasil e O Globo*, 10/9/1982.

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 21/8/2017.

⁹⁰ O diálogo foi reproduzido por *O Globo*, 8/10/1982, p. 4.

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 10/10/1982, página 3.

⁹² *Idem*.

o jornalista garantia que “o fenômeno Brizola incomoda o Palácio do Planalto, embora não assuste nem seja passível de provocar mudanças no projeto político do presidente Figueiredo”⁹³. Outro importante colunista, Carlos Castello Branco, por sua vez, também considerou “idiota” a pergunta do repórter e elogiou a disposição de Figueiredo de “desarmar eventuais especulações alarmistas sobre eventuais resultados das eleições”⁹⁴. No entanto, reconheceu que no sistema “se acumulam preconceitos que datam de tempos anteriores ao movimento de 1964”⁹⁵.

Sem manifestar explicitamente o “incômodo” e os “preconceitos” mencionados pelos jornalistas, algumas declarações dos militares ligados ao governo deixavam claro que a possibilidade da vitória de Brizola não era algo facilmente assimilável pelo regime. Durante pronunciamento, em Brasília, por ocasião do Dia do Aviador, os ministros da Marinha, Maximiano da Fonseca, e da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, alertaram os eleitores para não se deixarem influenciar por propostas “demagógicas ou revanchistas”. Diante do presidente Figueiredo, do vice, Aureliano Chaves, e de oficiais superiores das três armas, Maximiano pediu aos jovens para que não se deixassem sensibilizar “por aqueles que hoje se apresentam como acusadores, imbuídos de lamentável sentimento de revanchismo, fazendo promessas de salvação da pátria, utilizando-se, para tal, da mais barata demagogia”⁹⁶.

Por sua vez, o ministro da Aeronáutica também foi enfático ao criticar “os que hoje cabalam votos, travestidos em vítimas da revolução”. Délio Jardim de Matos afirmou que “os artífices da fracassada república sindicalista” faziam parte de um coral que há décadas tentava apresentar, sem sucesso, “o utópico arranjo da Internacional Socialista como Hino Nacional Brasileiro”⁹⁷. Já no coquetel, ao ser perguntado se quando falavam sobre demagogos os militares se referiam a Brizola, o ministro do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), general Alacyr Werner respondeu: “Não é só ele. Há outros”⁹⁸. Também em entrevista, o ministro da Marinha foi ainda mais enfático: “Quem quer que venha a ser eleito tomará posse, mas o regime da bagunça não voltará ao Rio nem em qualquer outro lugar do país”⁹⁹. Perguntado sobre quem era o alvo da declaração, Maximiano da Fonseca disse que não iria citar nomes, embora muitos pudessem “meter a carapuça”. Sobre a possível vitória de

⁹³ *Jornal do Brasil*, 11/10/1982, página 2.

⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 20/10/1982, página 2.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 23/10/1982, primeira página.

⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 23/10/1982, primeira página

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ *O Globo*, 23/10/1982, p. 6.

Brizola, garantiu que a bagunça não voltaria ao Rio, porque “não vamos deixar, em hipótese alguma”, embora fizesse uma ressalva aos jornalistas: “Não vou dizer que ele vai fazer bagunça. Não estou dizendo isso. Cuidado, heim”¹⁰⁰!

O veemente pronunciamento de dois ministros militares mereceu uma meticolosa análise do jornalista Carlos Castello Branco, cuja coluna no *Jornal do Brasil*, no dia 24, tinha como título “Quando falam os moderados”. O colunista destacou que como Délio Jardim de Matos era um “liberal notório” e Maximiano Fonseca um “moderado”, os seus discursos deveriam ser tomados como indícios de problemas no ar. Na avaliação de Castello Branco, “Quando liberais e moderados falam a linguagem dos ‘duros’ é porque eles não querem que os ‘duros’ falem”. O jornalista manifestava sua confiança de que os dois ministros concordavam com a política de abertura do presidente, mas dizia acreditar que persistiam chamados bolsões que “assimilam com dificuldades a experiência democrática, dentro da qual a lei traça as normas e a justiça diz se elas foram obedecidas ou transgredidas”. Ainda de acordo com o colunista, a possível vitória da oposição em importantes Estados era uma hipótese provável para a qual o governo e o sistema deveriam começar a conviver para assimilá-la. Como exemplo, Carlos Castello Branco destacava que, “o Sr. Leonel Brizola, com uma proposta não subversiva de socialismo democrático, ganhou a dianteira no Rio”¹⁰¹. É importante lembrar que, dois dias antes, o *JB* havia publicado o artigo de Elio Gaspari, citado no primeiro capítulo deste trabalho, em que o jornalista denunciava a ação de agentes do SNI na campanha no Rio em favor de Moreira Franco.

Na mesma edição em que publicou o texto de Carlos Castello Branco, o *Jornal do Brasil* trazia reportagem, com chamada de primeira página, em que Brizola respondia aos ministros militares, rechaçando o revanchismo e prometendo moderação. Dizendo que quaisquer que fossem as intenções dos ministros, “nada nos afastará de nossa linha de moderação e firmeza em relação às justas aspirações do nosso povo”. Dizendo que revanchismo era uma palavra que não existia em seu vocabulário, Brizola também reagiu ao termo “demagogia”, presente nos discursos de Maximiano da Fonseca e Délio Jardim de Matos: “Trata-se de uma admoestação que particularmente atinge o candidato apoiado pelo governo federal, que já arrancou prometendo casa, comida e emprego”, em uma referência à campanha de Moreira Franco, com quem naquele momento disputava, voto a voto, a preferência do eleitorado em meio às tensões que marcavam a campanha.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ *Jornal do Brasil*, 24/10/1982, p. 2.

2.4.2 – O esforço em favor de Moreira Franco

Para enfrentar o mais conhecido inimigo dos militares nos idos de 1964, o regime apostava em um político que teve sua origem na oposição. Ainda como estudante universitário, Wellington Moreira Franco começou a militar no movimento estudantil na década de 1960, quando integrou o quadro de dirigentes da Ação Popular (AP), organização cristã de esquerda que, após a vitória do golpe, adotou uma orientação maoísta.¹⁰² Quase duas décadas depois, já na qualidade oficial de candidato oficial do regime que combatera, pedia aos eleitores fluminenses e aos políticos que trabalhassem para “fortalecer as conquistas democráticas, dando apoio ao presidente Figueiredo para que ele possa consolidar e ampliar o processo”¹⁰³.

A declaração fazia parte de uma estratégia que procurava situar Moreira Franco como o autêntico candidato do regime que, no primeiro momento, incentivara a candidatura de Sandra Cavalcanti. Carlos Eduardo Sarmiento identifica que o sucesso foi alcançado na reta final da campanha quando Moreira Franco “soube se apresentar ao eleitorado como o anti-Brizola, granjeando o voto dos descontentes da pregação radicalmente oposicionista do ex-governador gaúcho, fenômeno típico dos processos de polarização” (SARMENTO, 2004, p. 183). O autor avalia que, desta forma, o candidato do PDS conseguiu conquistar o eleitor de perfil eminentemente conservador.

Para consolidar esta conquista, Moreira recorreu reiteradas vezes ao apoio do governo federal, em especial ao presidente Figueiredo, cuja primeira participação ativa em comícios foi relatada anteriormente. Outro apoio inesperado surgiu em função do rompimento entre o governador Chagas Freitas e o candidato de seu partido. Logo depois da saída de Chagas da campanha, Miro Teixeira perdeu a coluna diária no jornal *O Dia*, cujo espaço passou a ser ocupado por Moreira Franco. Naquele momento – no início de outubro – Chagas começou “a abrir acintosamente espaços para a candidatura do governo federal acenando com um possível apoio para Moreira” (FREIRE, 2012, p. 214). O autor ressalva que, por pressão de suas bases, o governador voltou atrás e passou a recompor seu apoio à candidatura do PMDB.

¹⁰² A trajetória política do candidato do PDS está no verbete Wellington Moreira Franco, da FGV CPDOC, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wellington-moreira-franco-1>, acessado em 4 de janeiro de 2017.

¹⁰³ *O Globo*, 20/6/1982.

O engajamento maior do presidente à campanha do PDS fluminense, identificado no mês de setembro, intensificou-se no período até a eleição, com novas idas de Figueiredo ao Rio. No dia 19 de outubro, ao desembarcar na Base Aérea do Galeão, foi recebido pelo candidato, com quem seguiu de carro até a residência oficial da Prefeitura na Gávea Pequena, onde se hospedava no Rio. Na conversa, Figueiredo teria dito a Moreira que considerava consumada a polarização com Brizola e manifestava sua confiança na vitória do PDS¹⁰⁴. No dia seguinte, o presidente participou do comício do candidato em Volta Redonda, no sul do Estado, onde aproveitou a presença de eleitores e da imprensa para promover a reconciliação de sua família com a do ex-presidente Getúlio Vargas, inimigo político de seu pai, general Euclides Figueiredo, um dos combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932. Um abraço na filha de Vargas, Alzira – sogra de Moreira Franco – selou a reconciliação¹⁰⁵.

O apoio do governo federal não se resumiu à presença do presidente. Faltando duas semanas para as eleições, o *Jornal do Brasil* contabilizava que até o dia 15, 14 dos então 22 ministros de Estado estariam no Rio de Janeiro, “num forte indicador da importância que Brasília confere à disputa pelo governo do Estado”¹⁰⁶. Como exemplo, o jornal citava a participação do ministro da Agricultura, Amaury Stábile, na inauguração de seis postos de uma campanha destinada à venda de feijão a preços reduzidos. O próprio presidente participaria de dois atos públicos: um comício no dia 7 na Quinta da Boa Vista – cujos desdobramentos serão analisados ainda nesta seção – e no dia 12, no encerramento da campanha, na Baixada Fluminense. O esforço final do governo para conseguir eleger seus candidatos foi reconhecido pelo colunista Carlos Castello Branco, em especial em três Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No caso do Rio, o jornalista dizia que embora reconhecesse o favoritismo de Leonel Brizola, o governo considerava válido o investimento final da campanha de Moreira Franco, que apresentaria “sintomas de vitalidade”¹⁰⁷.

A percepção geral de que a polarização final da campanha se fixara entre Leonel Brizola e Moreira Franco passou a influir decisivamente na atuação de *O Globo*, um dos jornais utilizados como fonte de pesquisa para este trabalho. Desde a divulgação, em setembro, da pesquisa do Ibope que constatava a tomada da liderança pelo candidato do PDT, o jornal passou a priorizar a cobertura da campanha pedessista por meio de recursos como o

¹⁰⁴ *Jornal do Brasil*, 20/10/1982.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 21/10/1982.

¹⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 3/11/1982.

¹⁰⁷ *Jornal do Brasil*, 4/11/1982, p. 2.

posicionamento das matérias nas páginas com destaque para a cobertura de Moreira Franco e a elaboração de títulos que enfatizavam seus aspectos e discursos positivos, enquanto omitia ou publicava material com conotação negativa para o candidato do PDT. A tendência foi confirmada por repórteres de *O Globo* que participaram da cobertura da eleição.

Luiz Erlanger, repórter de política, com 27 anos era um dos mais jovens da editoria. Em entrevista para este trabalho¹⁰⁸, revelou que em meados da campanha Miro Teixeira era considerado imbatível, além de ser o “xodó” da cúpula da redação, enquanto Leonel Brizola era o preferido pelos repórteres. De acordo com Erlanger, a preferência por Miro era compartilhada por nomes como o do então Diretor de Redação, Evandro Carlos de Andrade – falecido em 2001 – e do Chefe de Redação, Henrique Caban, um dos entrevistados para a pesquisa e que também confirmou a preferência do comando da redação pelo pemedebista. Luiz Erlanger relata, inclusive, que na fase inicial da campanha, quando o candidato ainda se apresentava como o herdeiro de Chagas Freitas, a eleição de Miro não “incomodaria” o dono do grupo *Globo*, Roberto Marinho. O “divisor de águas”, segundo o jornalista, foi o que classificou como “grito de independência de Miro Teixeira” em relação a Chagas, com a subsequente decisão de entregar sua campanha a assessores que estariam “à esquerda de Brizola”.

A cobertura diária da campanha permite demonstrar que, a partir dos dias finais de setembro, o jornal passou a se empenhar em favor de Moreira e contra Brizola. O candidato do PDS passaria a ocupar o alto das páginas da editoria de política, ou em forma de manchete ou indicando a matéria mais forte. Em muitas edições da fase final da campanha, o nome de Brizola simplesmente desapareceu dos títulos, substituído por expressões como “candidato do PDT” ou “pedetista”. Reportagens oriundas de outros estados com ataques e críticas a Brizola passaram a ser publicadas, enquanto o material de Moreira trazia notícias sobre a boa receptividade que recebia em seus atos de campanha. O quadro abaixo demonstra, com alguns exemplos, como *O Globo* estruturou a edição do material de campanha em benefício de Moreira Franco:

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 10 de agosto de 2017.

O Globo – posição dos candidatos na edição do jornal em 1982		
Data	Moreira	Brizola
13/10	Página 3, título no alto da página: “Moreira: Bandeiras do PDS são Democracia e Constituinte”	Não há referência à campanha
14/10	Página 3, título no alto da página: “Moreira acusa governo do Rio de impedir campanha”	Página 3, metade de baixo da página: “Brizola visita hoje Jacarepaguá”
15/10	Página 3, título no alto da página, com foto: “Moreira Franco promete mandar construir penitenciária em Bangu”	Página três, título, matéria em uma coluna e apenas dois parágrafos: “Brizola faz hoje campanha em Teresópolis”
22/10	Página 3, título em alto da página e matéria em 2 colunas: “Moreira condena a demagogia em campanha eleitoral no Rio”	Página 3, título em uma coluna, matéria em uma página e meia: “Candidato do PDT fala hoje em Campos”
24/10	Página 1, título no alto da página, com foto e reportagem em 3 colunas: “Andreazza diz que voto no PDS é melhor arma para garantir paz”	Página 3, título no pé da página, matéria em 1 coluna: “Candidato do PDT: ‘não sou comunista’”
25/10	Página 3, título no alto de página, matéria em 3 colunas com foto: “Moreira promete em comício elevar o padrão de vida no Estado”	Página 3, título, matéria em 1 coluna e 3 parágrafos: “Candidato do PDT visita favelas”
26/10	Página 3, título no alto da página, matéria em 3 colunas com título: “Moreira Franco afirma em Miracema que é certa a vitória do PDS no Rio”	Não há referência à campanha
27/10	Página 3, título no alto da página, matéria em 2 colunas: “Moreira adia visita a Petrópolis e hoje reinicia campanha”	Página 3, título: “Brizolistas tumultuam com pedras e paus”
28/10	Página 4, título no alto da página, matéria em 4 colunas e foto: “Moreira Franco faz visita a Niterói e é levado no ombro por populares”	Página 4, título: “Candidato do PDT se diz caluniado e divulga nota”
30/10	Página 3, título no alto da página, matéria em 3 colunas e foto: “Moreira diz que se eleito garantirá empregos no Rio”	Título, matéria em uma coluna, dois parágrafos: “Candidato do PDT viaja para o Sul”
1/11	Página 4, título no alto da página, matéria em 3 colunas e foto: “Moreira Franco comanda ‘Caravana da Vitória’ do Maracanã ao Leme”	Página 3, manchete de página: “Wilson Vargas: viagem de Brizola ao Sul é sórdida”
4/11	Página 4, manchete de página, matéria em cinco colunas e foto: “Moreira Franco comanda caravana em Niterói”	Página 4, título e matéria no pé da página: “Candidato do PDT suspende viagens”
9/11	Página 3, título no alto de página, matéria em 3 colunas: “Moreira promete mudança no Rio para abertura ter continuidade”	Página 3, título na metade inferior da página, matéria em duas colunas: “Brizola falta a debate em Resende com ex-prefeito”

Figura 3 – Quadro O Globo: candidatos na etapa final de campanha.

Fonte: Elaboração do autor.

A clara ofensiva pró-Moreira Franco levou *O Globo* a omitir de seus leitores um dos maiores acontecimentos da reta final da campanha, quando o maior comício organizado até então para conquistar votos a favor do candidato do PDS, no dia 6 – pouco mais de uma semana antes das eleições – foi marcado por manifestações em favor de seu adversário, que se distanciava na liderança das pesquisas. A última sondagem do Ibope, divulgada no dia 30 de outubro, mostrava uma ampliação da vantagem de Brizola: 38,5% dos votos contra 25,5% de Moreira. Na vinculação dos votos, o candidato do PDT tinha 27,2%, enquanto seu adversário contava com 22,3% das intenções de voto. O percentual dos eleitores que manifestavam intenção de votar nulo era de 17,7%, enquanto 8,2% dos entrevistados se declaravam indecisos¹⁰⁹.

Na cobertura que fez da “Festa da Abertura”, como foi batizado o comício do PDS naquele último sábado de campanha, o *Jornal do Brasil* descreveu em sua edição do dia 8 a dificuldade dos destaques do evento de conseguir falar diante da multidão estimada pelo jornal em 100 mil pessoas. O grande convidado da festa, o presidente João Figueiredo, foi impedido de ler o discurso de uma página e meia que havia preparado ao ser interrompido por vaias e gritos de “Brizola, Brizola”. Apesar das tentativas do animador Sergio Mallandro de liderar um coro a favor de Moreira Franco, ele só recebia de volta um brado uníssono com o nome do pedetista. Como resultado, Figueiredo só conseguiu falar durante três minutos, já Moreira, “nervoso e sob vaias”, conseguiu discursar por cinco minutos¹¹⁰.

Na mesma edição, que circulou numa segunda-feira, o *Jornal do Brasil* trouxe as repercussões apuradas no sábado, quando o governo federal procurou minimizar os acontecimentos. Segundo o porta-voz Carlos Atila, após o comício, o presidente fez uma reunião com assessores para avaliar o episódio. Atila garantiu que Figueiredo gostou e disse esperar que “quem tenha visto aquele espetáculo pondere bem para avaliar quem são os democratas: de um lado, uma demonstração de intolerância e do outro, o respeito pelo direito à livre manifestação”¹¹¹. O porta-voz disse considerar a existência de uma torcida organizada de Brizola infiltrada no público. Já o presidente Figueiredo atribuiu a manifestação contra o PDS “à irreverência do carioca, que tanto o caracteriza e o distingue dos demais patricios”¹¹². O jornal também publicou a reação irônica de Brizola, durante um comício em Barra do Piraí, afirmando que eram seus eleitores mais de um terço dos que foram ao evento do PDS.

¹⁰⁹ *Jornal do Brasil*, 30/10/1982.

¹¹⁰ *Jornal do Brasil*, 8/11/1982.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Jornal do Brasil*, 8/11/1982.

Por sua vez, *O Globo* procurou enaltecer a “Festa da Abertura” que, segundo o jornal, teve 200 mil participantes – o dobro do estimado pelo concorrente. O jornal destacou o que foi possível ouvir dos discursos – Figueiredo pedindo que os eleitores votassem com consciência “em candidatos que conheçam o Rio de Janeiro”, enquanto Moreira Franco afirmava que seu partido iria ganhar as eleições por representar no Estado “a liberdade e a abertura”. Quanto às manifestações pró-Brizola, que impediram os discursos, o jornal se limitou a dizer: “Desde o começo do breve discurso do presidente da República, grupos totalizando cerca de 200 pessoas tentaram tumultuar o ambiente, com vaias e vivas a candidatos de outros partidos”¹¹³. No dia seguinte, em uma análise mais distanciada das consequências da “Festa da Abertura”, o colunista Carlos Castello Branco disse que a presença de Figueiredo no comício não causou o impacto que pretendia, mas “seu comportamento complacente com a irreverência da cidade” poderia trazer dividendos para seu candidato”¹¹⁴. Já *O Globo* publicou no dia 10 editorial com título “A vaia antidemocrática” que, entre outros pontos, afirmava que, “como qualquer das liberdades democráticas, o direito de discordar e vaiar não pode ser exercido ilimitadamente”. Ao denunciar a existência de “vaias com intenções impeditivas do direito de manifestação”, defendia o dever do Estado de “lançar mão dos meios legais a seu alcance para restabelecer o equilíbrio mantido”¹¹⁵.

Depois de promover durante mais de um mês uma cobertura amplamente favorável ao candidato do PDS, *O Globo* tornou explícita sua opção na véspera das eleições. Com o título “Em jogo o destino do Rio de Janeiro”, o jornal publicou na capa um editorial que ocupava três de suas seis colunas, que iam de alto a baixo – a metade de sua primeira página – em que expunha para o leitor os motivos pelos quais ele não deveria votar em Leonel Brizola e sim em Moreira Franco. O editorial fazia uma análise de todas as candidaturas apresentadas ao eleitor fluminense, mas dedicou sua maior parte no esforço de desqualificar Brizola, justamente o primeiro candidato a ser dissecado no texto. Ao todo, foram 13 parágrafos. Os mais representativos do posicionamento de *O Globo* contra Leonel Brizola estão reproduzidos abaixo:

¹¹³ *O Globo*, 8/11/1982.

¹¹⁴ Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 9/11/1982.

¹¹⁵ *O Globo*, 10/11/1982.

A ascensão nas pesquisas:

“Isto se explica: a retórica fácil do oposicionismo generalizado ajustava-se com perfeição ao ambiente acalorado e dinâmico da campanha eleitoral. Some-se a isto a habilidade do candidato na exploração dos sacrifícios que as dificuldades econômicas impõem à população, e está definido o ”fenômeno Brizola”.

O passado como administrador:

“ (...) não se governa de uma tribuna, mas de uma mesa de trabalho. E este deve ser o dado essencial da decisão do eleitor. Não chega a estar em jogo o passado incendiário do candidato, embora não devamos negligenciar qualquer dado esclarecedor sobre sua personalidade e seu senso de responsabilidade. O que sobretudo interessa ao eleitor fluminense no passado de Brizola é a sua performance de administrador: após quatro anos como o seu governador do Rio Grande do Sul, o povo gaúcho revelou o que pensava de sua atuação, derrotando candidato e elegendo o adversário Ildo Meneghetti”.

Desconhecimento do Rio:

“Governa-se de uma mesa de trabalho e sobre esta, no primeiro dia de mandato, devem estar planos e projetos, úteis e realistas. O que esperar de um candidato que confessa não conhecer bem o Rio? Pois esta confissão foi feita por Brizola, em debate com empresários. Prometeu apoio aos objetivos do Pleninco (foro no qual industriais e comerciantes do Estado estabelecem metas e reivindicações), mas admitiu que não os conhecia e que, na verdade, não tinha ainda um plano de governo”.

Projetos demagógicos:

“Baseadas na ignorância e na demagogia, as “ideias gerais” ocupam uma faixa que vai do mirabolante ao grotesco: urbanização indiscriminada de favelas (através de um “plano autossustentável” não formulado), acesso aos morros por elevadores inclinados (em vez dos teleféricos antes prometidos, que caíram no ridículo), creches e escolas com duas refeições diárias para todas as crianças do Estado, presidiários fabricando tijolos para casas que substituirão as do BNH, leite aos borbotões. E por aí a fora”.

“Nenhuma explicação sobre como tudo isso será feito ou de onde sairão os recursos. “O dinheiro está na cabeça do governante”, diz Brizola, como se sua cabeça fosse uma cartola de mágico”.

Cacique Juruna:

“Da mesma cartola ele saca o ex-cacique Juruna para lançá-lo candidato a deputado federal. Exibe-o nos comícios, pondo-o a discursar na língua da sua tribo xavante. E a comédia se completa com os aplausos do público, que conhece tanto de xavante quanto o xavante conhece das instituições nacionais e dos superiores deveres de um representante do povo”.

Vale-tudo na campanha:

“Na caça aos votos para Brizola vale tudo. E mais a palavra fácil e rasa, o carisma ilusório dos lenços vermelhos ao pescoço, do sorriso meigo e dos olhos úmidos – particularmente quando proclama sua “ternura pelas crianças”.

Grosseria e despreparo dos colaboradores:

“Nem se pode dizer que a demagogia rasteira seja redimida pelo otimismo ou a esperança. Segundo Darcy Ribeiro, candidato de Brizola a vice-governador e reconhecidamente o principal teórico da campanha do PDT, o Brasil é “um país que não deu certo” que corre o risco de, no ano 2000, ser “outra vez, um país de m...” (palavra irreproduzível num editorial do *Globo*). Infelizmente, a expressão é textual e consta de artigo seu publicado esta semana em *Isto É*”.

“Este tipo de comportamento grosseiro e irresponsável espelha pelo menos uma realidade: a do despreparo, da falta de assessoria e de quadros. Como poderia ser diferente, se a candidatura existe, mas o partido não? De onde tirar os nomes de alto nível para compor o secretariado, onde encontrar a base legislativa, como estabelecer um relacionamento eficiente com o governo federal?”

Conclusão contra o voto:

“Nada disto existe. Prometer é fácil. Por algum tempo, também é fácil iludir. Mas nem o clima febril da campanha eleitoral pode transformar o candidato Brizola numa hipótese de governador viável e capaz”.

Depois de analisar as candidaturas Miro, Sandra e Lysâneas, o editorial chega à sua parte final, composta de nove parágrafos. No primeiro, faz a apresentação, com elogios, a Moreira Franco: “Nem seus rivais negam ao ex-prefeito de Niterói embasamento teórico e

comprovada capacidade administrativa”. Em seguida, faz uma análise sobre as condições necessárias para se governar o Estado com as características do Rio de Janeiro. Nos três últimos parágrafos, a declaração final de *O Globo* em favor do candidato do PDS:

“Moreira Franco responde a essas exigências com todas as qualificações. Foi bom deputado e bom prefeito; conduziu a campanha com sobriedade, sem personalismo nem promessas fantásticas”.

“E para os compromissos que assumiu com o povo fluminense, conta com decisivo apoio federal, o que significa o respaldo concreto de recursos já garantidos para sermos de fato o polo do desenvolvimento paralelo ao de S.Paulo”.

“Se a nossa principal preocupação, neste momento, é, como deve ser, dar ao Rio um governante capaz de enfrentar com êxito nossos problemas graves e prementes, o voto em Moreira Franco será por certo o mais indicado”¹¹⁶.

O editorial de *O Globo* demonstra uma clara tentativa do jornal de desconstruir a candidatura de Leonel Brizola, listando argumentos para justificar o temor que o candidato deveria despertar entre os eleitores, ao mesmo tempo em que atribuía a Moreira Franco todas as qualidades necessárias ao futuro governador do Estado do Rio. Anos depois, uma outra eleição viria a ser o tema de uma importante pesquisa sobre o papel da mídia em processos eleitorais. O trabalho de Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos analisou a eleição presidencial de 1989, a primeira realizada após o fim do ciclo dos militares no poder. Em 1994, os autores lançaram o livro *A imprensa faz e desfaz um presidente*, em que demonstram o papel da mídia na eleição de Fernando Collor de Mello, um candidato que venceu os mais tradicionais políticos envolvidos na disputa, entre eles o que despontava como favorito no início da campanha, o então ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola. Além da vitória, o livro abordou o processo que resultou no impeachment de Collor. Nos dois episódios, um ponto em comum: a união dos principais veículos impressos do país, tanto no triunfo quanto na derrota de Collor. Na ocasião, *O Globo* teve atuação destacada nos dois momentos. Na orelha do livro, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho pontuou que “a imprensa move-se dentro de mundo de representações, de valores, de criação de sentidos e de mitos em diálogo com uma opinião pública também em fase de construção”.

¹¹⁶ Todo o editorial foi publicado na 1ª página de *O Globo*, 14/11/1982.

Em 1982, no entanto, o jornal da família Marinho não foi seguido pela concorrência no Rio de Janeiro, tanto na fase final da campanha quanto, principalmente, na apuração. A falta de hegemonia foi o que permitiu que outro grupo jornalístico – o *Jornal do Brasil* e sua emissora de rádio – fossem determinantes para impedir que se consumasse uma tentativa de fraude logo no início dos trabalhos de apuração dos votos. De que forma alguns dos principais atores – dentro e fora da imprensa – se posicionaram será abordada no capítulo a seguir.

3 – A BATALHA NAS URNAS, NA CONTAGEM DOS VOTOS E NA IMPRENSA

O temor de que as eleições de 1982 não transcorreriam dentro da normalidade prometida pelo governo começou bem antes da abertura das urnas. As mudanças na legislação – com a instituição do voto vinculado – e a cédula imposta pelo governo deixaram apreensivos os partidos de oposição. O primeiro alerta partiu em junho do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que orientou os diretórios regionais do partido a formar comissões para fiscalizar a apuração das eleições. Na mensagem aos diretórios, Ulysses afirmava que a ausência de fiscalização já havia prejudicado o PMDB em eleições passadas, sobretudo no Norte e Nordeste, em episódios em que teriam havido irregularidades como adulteração de mapas de apuração e alistamento indevido de eleitores. O presidente aconselhava os membros do partido nos Estados e municípios a convidar para a comissão advogados “conhecedores da matéria”¹¹⁷. No mês seguinte, Ulysses começou a organizar um esquema de fiscalização para evitar fraudes em novembro. Como parte do esforço de prevenção, a direção nacional enviou aos diretórios estaduais exemplos das principais fraudes eleitorais que poderiam ser cometidas “durante a campanha, no dia da eleição e principalmente durante a apuração dos votos”¹¹⁸.

Entre os integrantes do PMDB envolvidos nos planos de fiscalização estava o deputado federal e candidato do partido ao governo fluminense, Miro Teixeira. A preocupação, segundo Miro, era fruto da constatação de que “era visível que havia um projeto da tomada de cadeiras no Colégio Eleitoral” que elegeria o sucessor do presidente Figueiredo, em 1985. Na avaliação dele, a eleição dos candidatos do PMDB no Rio de Janeiro (Miro Teixeira), Rio Grande do Sul (Pedro Simon) e Pernambuco (Marcos Freire) representaria de imediato a instituição de eleições diretas para presidente da República¹¹⁹.

O temor de fraudes ficou explícito na cartilha que o PMDB começou a distribuir, em setembro, para seus diretórios. Na introdução, Ulysses Guimarães advertia os filiados contra a cédula que seria utilizada nas eleições afirmar que ela “evidencia o casuísmo, provoca a suspeita da sinceridade do governo quanto à realização das eleições e agrava a responsabilidade do PMDB quanto à fiscalização, pois a possibilidade de fraude aumenta

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*, 11/6/1982.

¹¹⁸ *Jornal do Brasil*, 5/7/1982.

¹¹⁹ Entrevista de Miro Teixeira, 6/10/2017.

assustadoramente”¹²⁰. O partido advertia ainda que a fiscalização seria dificultada pela coincidência de eleições municipais e a “inépcia da vinculação de votos”¹²¹.

Enquanto a oposição manifestava preocupação com os efeitos da vinculação, o governo comemorava sua criação. Ao ser perguntado por um repórter sobre o crescimento de Leonel Brizola no Rio, o secretário particular do presidente Figueiredo, Heitor Ferreira, deu uma resposta emblemática: “Você esquece que o PDS é candidato da Santa Imaculada Vinculação”, enfatizando que “Brizola ganha individualmente, mas perderá com a vinculação”¹²². O candidato do PDT também manifestou sua preocupação ao defender, durante um comício, o voto “barba, cabelo e bigode”, insistindo para que o eleitor preenchesse a cédula com o nome e o número de cada candidato, sem espaços em branco, “para que não anulem os nossos votos”¹²³.

Além do trabalho de esclarecimento junto a seus eleitores, Brizola também começou a articular a tomada de providências para que o PDT contasse com um esquema próprio de apuração paralela das eleições e, para isso, convocou colaboradores com perfil técnico para que apresentassem propostas para esse fim. Depois de analisar os projetos, o candidato ficou dividido entre as propostas de dois assessores: o advogado Vivaldo Barbosa e o economista Cesar Maia. Segundo disse Cesar Maia, na entrevista que concedeu para este trabalho, a proposta de Vivaldo era “manual, clássica”, enquanto a dele era mais cara: exigia um controle dos mapas e sua digitação – o que obrigaria a contratação de digitadores – e um computador. Maia foi então comunicado por Brizola de que o sistema adotado seria o seu. Antes, ele recebeu do assessor especial Cibilibis Viana a informação de que o candidato havia sido informado “por diversas fontes de que haveria fraude na eleição”¹²⁴. O assessor econômico recebeu para a montagem do sistema Cr\$ 5 mil, em valores da época. Ainda de acordo com Cesar Maia, quase todo o dinheiro foi gasto no taxi usado para transportar, de Petrópolis para o Rio, o programador de computador contratado para trabalhar no esquema do PDT¹²⁵. O sistema montado por Cesar Maia começaria a funcionar na abertura dos trabalhos de apuração.

¹²⁰ *O Globo*, 4/9/1982.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *O Globo*, 23/09/1982, p.6.

¹²³ *Jornal do Brasil*, 29/9/1982.

¹²⁴ Entrevista de Cesar Maia em 7/12/2017.

¹²⁵ *Idem*.

Paralelamente à mobilização dos partidos durante a campanha para enfrentar as inevitáveis dificuldades previstas para a apuração, as autoridades estudavam os meios de modernizar o processo de contagem dos votos com o uso do computador. Em julho o Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE) fazia previsões otimistas em relação ao trabalho, ao anunciar que o resultado final das eleições no Estado seria conhecido em uma semana, com a ressalva que de dois a três dias seria possível divulgar os eleitos para prefeito e vereador da maioria dos municípios do interior. A direção do tribunal informava, também, que os serviços de totalização ocorreriam “por conta de firmas especializadas, como o Serpro e a Datamec”¹²⁶. Mesmo temendo uma grande quantidade de votos nulos em consequência da vinculação, os técnicos do TRE se diziam aliviados com o auxílio dos computadores.

O alívio duraria pouco. No início de setembro, com o título “Problema na apuração”, a coluna política de *O Globo* informou que o Serpro havia comunicado ao TRE sua incapacidade de apurar as eleições em todo o Estado do Rio pelo processo eletrônico, alegando que para prefeito e vereador a apuração teria que ser manual. Já a Datamec renunciou ao trabalho justificando uma sobrecarga da empresa no processamento semanal da Loteria Esportiva e da Loto – jogos administrados pela Caixa Econômica Federal. A nota revelava ainda que a única empresa privada a se apresentar na concorrência do TRE, a Proconsult – em sua primeira aparição na imprensa –, “ainda não tem ‘*know how*’ nesse tipo de programação”¹²⁷. O tribunal ainda insistiria com o Serpro, temendo a inexperiência da Proconsult, mas ainda em setembro encaminhou para o TSE seu plano para totalização por computador, informando que seria mesmo a Proconsult a firma encarregada do trabalho¹²⁸.

No livro que publicaram com denúncias sobre o Caso Proconsult, os jornalistas Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos deram outra versão para a saída do Serpro. Segundo os autores, o gerente de modernização da empresa, Carlos Eduardo Oberlaender Alvarez, alegou não concordar com o Plano de Apurações elaborado pelo juiz aposentado Dalpes Monsore, membro do grupo de licitação do TRE fluminense. Isso porque, “legalmente, o Serpro podia ser contratado sem concorrência por qualquer órgão público, mas não podia participar de uma” (AMORIM e PASSOS, 2005, p. 24). Ainda de acordo com os autores, Alvarez revelou em uma entrevista, em 1983, que o presidente do Tribunal, desembargador

¹²⁶ *O Globo*, 12/7/1982. A reportagem se referia ao Serpro, empresa pública de processamento de dados ligada ao Ministério da Fazenda, e à Datamec, responsável pela apuração dos resultados da Loteria Esportiva, jogo criado pelo governo em 1970, muito popular durante décadas no país.

¹²⁷¹²⁷ *O Globo*, 5/9/1982.

¹²⁸ Idem, 21/9/1982.

Marcelo Santiago Costa, havia se sentido pressionado pelo juiz Monsorez a contratar a Proconsult (Idem).

A apresentação da Proconsult à opinião pública aconteceu em uma reportagem dominical do *Jornal do Brasil*, em outubro. O vice-presidente da Proconsult, Racimec & Associados – vencedora da licitação – Dawi Wahrsager apresentava como principal personagem da eleição após a votação o computador Univac 9480, “o único a dar o resultado das urnas”. Na reportagem, o executivo fez uma série de promessas ambiciosas: “totalização dos votos em cinco dias, resultados de cada urna, os votos de todos os candidatos e ainda, uma estatística sócio-política, com informações sobre redutos eleitorais, abstenções e votos nulos”¹²⁹. Outra promessa foi a entrega do resultado final das eleições até 20 de novembro, com a garantia de que na totalização “a fraude é impossível, pois os digitadores, infelizmente, tem um trabalho praticamente de robô e o computador verifica e corrige os dados”¹³⁰.

Na reportagem, ao divulgar detalhes sobre a empresa, Dawi Wahrsager admitiu que ela nunca atuou em eleições, “mas tem experiência em grandes serviços e trabalha para 500 firmas em São Paulo, Rio, Salvador e Recife”, incluindo Vale do Rio Doce, Banerj, Embrafilme e Petrobras, *além de prestar serviços para as Forças Armadas*¹³¹. O jornal descrevia a firma como um bureau de serviços de computação integrado “pela associação da Proconsult, que atuava em São Paulo, da Racimec, que detém a patente da Loteria Esportiva e da Loto, e da união dos empresários cariocas Dawi Wahrsager e Arcádio Vieira” – este último personagem central dos acontecimentos que marcariam a apuração dos votos, episódio que será tratado ao longo deste capítulo. Descartado das eleições do Rio, o Serpro atuaria na totalização dos votos em seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará, Pará e Espírito Santo, abrangendo 27,1 milhões de eleitores, ou seja, 46,2% do eleitorado nacional. Quanto à Proconsult, o trabalho ficaria restrito ao Estado do Rio¹³².

¹²⁹ *Jornal do Brasil*, 10/10/1982, p. 7.

¹³⁰ *Jornal do Brasil*, 10/10/1982, p. 7.

¹³¹ Idem. Grifo meu.

¹³² *O Globo*, 11/11/1982.

3.1 – Os preparativos para a apuração na mídia

Ao abrir a edição de *O Globo* no dia 15 de novembro de 1982, o leitor do jornal foi às urnas com a certeza de que mesmo em meio às complexidades tão discutidas durante a campanha daquela eleição, seria possível acompanhar a marcha da apuração com a maior rapidez possível para as circunstâncias do período. Em sua página 14, o jornal trazia uma reportagem com a manchete: “Resultados serão conhecidos antes do anúncio oficial” em que reiterava a montagem de seu esquema próprio de apuração, ao mesmo tempo em que descrevia as providências do TRE para garantir a velocidade dos trabalhos. Na mesma edição, o jornal publicava, na página 8, uma propaganda institucional em que detalhava o seu esquema: “Centenas de repórteres, redatores e técnicos estarão enviando diretamente para o Centro de Processamento de Dados do *Globo* os boletins que darão a você o mais completo e real andamento das apurações em todo o Brasil”. Entre as promessas também constavam a utilização de “computadores, aviões, ônibus, carros, motos, centrais telefônicas e de telex”. Os leitores contariam com a “última palavra em tecnologia”, pois o jornal anunciava a ampliação de seu Centro de Processamento de Dados: “cinco computadores estarão em ação 24 horas por dia utilizando 320 digitadores, que trabalharão sobre os dados coletados na boca de cada urna aberta”. Fariam parte do aparato tecnológico, de acordo com o anúncio institucional de *O Globo*, seu computador de 4ª geração ao qual estariam interligados quatro COBRAS 520, “última palavra em tecnologia nacional de computadores e uma vasta rede de terminais”¹³³. Com tudo isso, o jornal garantia que iria se antecipar com precisão aos resultados oficiais.

Com estrutura muito mais modesta, a *Rádio Jornal do Brasil AM* começou a se preparar meses antes, com a chegada do jornalista Procópio Mineiro ao comando da redação da emissora. Para coordenar a cobertura, inicialmente da campanha e depois da apuração, Procópio convidou o jornalista Pery Cotta, na época com 43 anos. A equipe foi formada inicialmente por repórteres especializados em política que já estavam na emissora e, em seguida, recebeu o reforço dos experientes jornalistas da área econômica Ricardo Bueno e Randolpho de Souza. Em entrevista que concedeu para este trabalho, Pery Cotta afirmou que as duas contratações viriam a ser fundamentais para o trabalho de apuração dos votos: “Eles

¹³³ *O Globo*, 15/11/1982.

eram da área econômica, lidavam com números, o que seria um fator diferencial no momento de fazer a análise e projeção dos votos a partir dos locais de votação”¹³⁴.

Na parte operacional, segundo Pery Cotta, foi montada uma central telefônica no estúdio principal da Rádio JB, onde foram instalados ramais telefônicos para receber ligações da equipe especialmente contratada para a cobertura: 20 estagiários de Comunicação distribuídos pelas sedes das Zonas eleitorais (ZEs) na capital e nos mais importantes municípios da Região Metropolitana do Rio. Segundo o jornalista, os estudantes tinham como tarefa repassar para formulários próprios os resultados dos boletins que eram liberados pelos juízes eleitorais e afixados por funcionários do TRE em paredes das ZEs, um trabalho marcado por dificuldades. “Eles tinham que recorrer a telefones fixos que viessem a ser disponibilizados nos locais ou nos telefones públicos existentes na época – os ‘orelhões’”. Outra dificuldade apontada por Pery Cotta: “Os estagiários tiveram que enfrentar a ação de candidatos e fiscais de partidos que, em muitos casos, arrancavam da parede os boletins do TRE”¹³⁵. O problema, de acordo com o jornalista, provocou uma perda aproximada de 30% no total de votos liberados, amenizada pela experiência de trabalhar com projeções adquirida nas editorias de economia por parte dos profissionais que estavam no comando da cobertura”¹³⁶. Ao contrário de *O Globo*, a apuração da *Rádio JB* se concentraria nos candidatos majoritários. Já no processo de apuração, o esquema da rádio passou a ser usado pelo *Jornal do Brasil*.

3.1.2 – O início da apuração

“Ibope aponta vitória de Brizola”. A manchete, estampada na primeira página de *O Globo*, trazia última pesquisa do Ibope realizada antes das eleições e divulgada na véspera pela *TV Globo*, mostrando os seguintes percentuais de intenção de voto: Leonel Brizola (PDT): 31,3%; Moreira Franco (PDS): 26,8%; Miro Teixeira (PMDB): 14,1%; Sandra Cavalcanti (PTB): 8,9%; e Lysâneas Maciel (PT): 3%. Na reportagem em que detalhava os números, o jornal procurou chamar a atenção para três índices que considerou significativos: os percentuais de Brizola e Moreira e, como terceiro dado, os 9,7% de indecisos, índice

¹³⁴ Entrevista concedida a mim por Pery Cotta, em 28/4/ de 2017.

¹³⁵ Entrevista de Pery Cotta em 28/4/2017.

¹³⁶ Idem.

“capaz de evitar algumas disparidades entre os números estabelecidos pela sondagem e os resultados reais da eleição”. Na cobertura do voto dos favoritos, *O Globo* divulgava a declaração de Moreira Franco, de que faria o melhor governo que o Estado já teve e, em relação a Brizola, a reportagem informava no título que o candidato quebrou os óculos na seção eleitoral onde votou. Por sua vez, na edição do mesmo dia, o *Jornal do Brasil* já trazia como manchete declarações do candidato do PDT prometendo governar até com seus adversários. Mesmo com a última pesquisa favorável, Brizola não quis se declarar vencedor antes que as urnas começassem “a falar”. O *JB* também publicou matéria com as declarações otimistas de Moreira Franco.

Já pressentindo a derrota, o candidato do PMDB fez as declarações mais contundentes ao ser entrevistado em seu local de votação. Miro Teixeira acusou o SNI de ter deflagrado “campanhas de demolição, nos moldes da *Central Intelligence Agency (CIA)*”, contra ele e outros candidatos do partido, através da difusão de boatos entre diversas categorias profissionais. Em tom de desabafo, Miro classificou o SNI de “obscuro e fantasmagórico”, repetindo a imagem criada em outubro por Elio Gaspari ao classificar o órgão como “uma nova sigla partidária em jogo no pleito”¹³⁷. No mesmo dia, o militar responsável pela criação do SNI, general Golbery do Couto e Silva, minimizava o possível resultado da eleição no Rio de Janeiro, mesmo reconhecendo que se Leonel Brizola fosse eleito, “muita gente ficaria aborrecida, mas a eleição acabaria sendo assimilada”¹³⁸.

Uma hora depois da abertura oficial das urnas, a *Rádio Jornal do Brasil* começou, às 9h30min daquele dia 16, a fazer sua apuração paralela dos votos, trabalho que seria iniciado pelos computadores de *O Globo*, no início da tarde (AMORIM e PASSOS, 2005). O primeiro boletim divulgado pela emissora apresentava vantagem de Brizola, com 1.124 votos contra 827 para Moreira, que ultrapassaria o adversário no início da tarde, resultado atribuído à maior velocidade da contagem de votos no interior do Estado. Em seu último boletim do dia 16, porém, divulgado no fim da noite, a *Rádio JB* apontava uma vantagem para Brizola superior a 10 mil votos (Idem). No mesmo dia, ainda no início da apuração, o juiz do TRE Dalpes Monsore, responsável pela implantação da computação eletrônica na apuração eleitoral, prometia a divulgação do primeiro boletim oficial do Tribunal entre 16h e 17h, prevendo que o primeiro dia seria lento, devido à falta de prática dos apuradores.

¹³⁷ *Jornal do Brasil*, 16/11/1982, p. 3

¹³⁸ *O Globo*, 16/11/1982, p.7.

O sucesso da apuração paralela da *Rádio Jornal do Brasil* começou com uma decisão tomada logo na manhã do primeiro dia, conforme revelou o então repórter político Xico Teixeira, em entrevista concedida para este trabalho: concentrar o esforço na apuração dos cargos majoritários e abrir mão dos votos proporcionais – deputado federal e estadual. Com isso, segundo o jornalista, a apuração da emissora disparou em relação à oficial e de outros veículos concorrentes. “Só a partir daí começamos a perceber que estava havendo alguma coisa esquisita, ou do nosso lado ou do lado deles. Era estranho porque não havia um único veículo que estivesse acompanhando os números da *Rádio JB*”¹³⁹. O jornalista destacou que no primeiro momento, nem mesmo o *Jornal do Brasil* – veículo mais importante do grupo – acompanhou o trabalho da emissora, optando por divulgar os números oficiais do TRE, totalizados pela Proconsult. De acordo com Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos, a apuração paralela do *Jornal do Brasil* teve um problema grave com seu sistema de computação. Até o início da noite do dia 16, das 111 urnas que chegaram ao jornal, apenas nove haviam sido processadas, o que provocou a decisão de que, no dia seguinte, o *JB* publicaria os números da rádio (AMORIM e PASSOS, 2005). De fato, na edição do dia 17, o *Jornal do Brasil* apresentou na página 3 a manchete “Levantamento mostra Brizola liderando no Rio”. Na abertura da matéria, apontava a apuração da Rádio JB indicando a liderança de Brizola, com 53.071 votos contra 37.983 de Moreira, em um total de 447 urnas – 343 na capital e 104 de diferentes municípios do interior¹⁴⁰.

O primeiro boletim oficial do Tribunal só seria divulgado às 23h30min do dia 17, com a apuração de apenas 52 urnas, 25 delas do interior, 25 da capital e duas de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Nesse primeiro boletim oficial, o primeiro colocado era Moreira Franco, com 4.222 votos, enquanto Leonel Brizola vinha em segundo, com 3.914¹⁴¹. As discrepâncias identificadas por Xico Teixeira acabaram por gerar uma crise que, segundo depoimento dos jornalistas da emissora, quase interrompeu definitivamente o trabalho realizado pela *Rádio JB*. Os problemas começaram com um telefonema do vice-presidente da Proconsult, Joaquim Arcádio Vieira Filho, para o chefe de Redação da emissora, Procópio Mineiro. O objetivo declarado foi alertar ao jornalista que, “ao não computar os votos nulos e em branco, as projeções da rádio resultavam erradas, indicando a vitória de Brizola”, enquanto a empresa projetava a vitória de Moreira de 60 mil a 70 mil votos. Nesse momento, Arcádio Vieira expôs sua teoria sobre o “diferencial delta”, um percentual de 30%, ideia que passou a ser

¹³⁹ Entrevista de Xico Teixeira, em 4/5/2017.

¹⁴⁰ *Jornal do Brasil*, 17/11/1982.

¹⁴¹ *O Globo*, 18/11/1982.

defendida pelo gerente de métodos e sistemas do *Jornal do Brasil*, Tadeu Lanes (AMORIM e PASSOS, p.53).

Na entrevista que me concedeu para o presente trabalho, o jornalista Pery Cotta trouxe outras informações a respeito das pressões que a equipe da *Rádio JB* teria sofrido da direção da Proconsult. Assim como relatou Xico Teixeira, Pery disse que o comando da redação estranhou, logo nos primeiros dias, a defasagem entre os números da rádio e dos demais veículos, que se baseavam em dados oficiais. Ele disse ter recebido, juntamente com Procópio Mineiro, a informação de que o diretor da empresa Arcádio Vieira daria prioridade na divulgação dos dados oficiais de apuração para as Organizações Globo¹⁴². Diante da informação, os dois jornalistas marcaram um almoço com o executivo em um restaurante no Centro do Rio, onde questionaram Arcádio sobre o repasse dos dados ao concorrente. Este, por sua vez, trouxe à tona o “diferencial delta”, insistiu nos erros na apuração da *Rádio JB* e reafirmou que Moreira Franco venceria as eleições. Segundo Pery Cotta, foi ao fim deste almoço que Arcádio ameaçou Procópio com uma das frases que marcariam todo o caso: “Dependendo do resultado das eleições, um de nós dois terá que ir para Paris”¹⁴³.

As pressões contra o trabalho da *Rádio Jornal do Brasil* atingiram o clímax quando o próprio veículo líder do grupo tornou-se sensível aos argumentos de Arcádio Vieira, respaldados pelo gerente do *Jornal do Brasil* Tadeu Lanes. Na madrugada do dia 20, Procópio Mineiro e Pery Cotta foram convocados para uma reunião com a direção da empresa. Chamado por seus chefes, o repórter Xico Teixeira também participou da reunião. Nas entrevistas que me concederam, separadamente e em momentos diferentes, Pery e Xico relataram ter sofrido grande pressão para que se limitassem a divulgar os números do jornal. Com base nos argumentos tecnológicos de Tadeu Lanes, o comando da empresa começou a desqualificar os números de sua própria emissora. Entre as frases reproduzidas por Xico, um dirigente do jornal chegou a dizer que o comando da rádio fazia com que o jornal corresse o risco de “virar galhofa”¹⁴⁴. Como resposta, os representantes da rádio passaram a explicar como estava sendo feita a apuração, com a opção de divulgar apenas o resultado para governador, descrevendo a metodologia que, segundo Xico Teixeira, “ao lado da deles, era uma coisa arcaica, simples, banal – e que não tinha erro”¹⁴⁵. Ainda de acordo com o jornalista,

¹⁴² As relações entre a Proconsult e os dois grupos jornalísticos foram duramente explorados por ambos no último fim de semana de novembro, conforme será detalhado neste capítulo.

¹⁴³ Entrevista de Pery Cotta em 28/4/2017.

¹⁴⁴ Entrevista de Xico Teixeira em 4/5/2017.

¹⁴⁵ Entrevista de Xico Teixeira, 4/5/2017.

o comando da emissora fez uma declaração ousada: a eleição terminaria quando a rádio apontasse o governador; e um apelo: com a permissão da empresa, continuar a fazer a apuração¹⁴⁶.

Tanto Pery Cotta quanto Xico Teixeira foram enfáticos ao declarar que a reunião com a direção do *Jornal do Brasil* foi o momento decisivo na cobertura e um dos mais importantes das carreiras de ambos. Na avaliação de Xico, “naquele momento havia apenas uma opção: ou continuávamos a fazer aquilo ou éramos demitidos”. Pery Cotta foi ainda mais enfático: “Depois eu soube que se não tivéssemos explicado o que estávamos fazendo, quem iria ‘rodar’ éramos nós”. Quem rodou, na verdade, como consequência daquela reunião, foi o gerente de tecnologia Tadeu Lanes, que havia se tornado defensor da metodologia da Proconsult junto à direção do *JB*. A demissão que ocorreu no dia 24, seria tornada pública pelo jornal em sua edição de 27 de novembro. Outra consequência da reunião, segundo observou Pery Cotta, foi a mudança na estratégia do jornal:

“O *JB* se convenceu do acerto de nossa apuração e assumiu a cobertura, pedindo que repassássemos nossos dados. O jornal foi o grande beneficiado do trabalho da rádio. Eles perceberam a segurança que nós tínhamos em relação aos dados, que afinal, eram apurados pelos mapas do TRE. Isso não existiria se não tivéssemos instituído aquele sistema”.

A discrepância dos números e a lentidão na divulgação dos resultados também mereceram estranhamento por parte dos profissionais de *O Globo*. O então repórter político Paulo Cezar Pereira recorda que, como coordenador da apuração na Baixada Fluminense, dispunha de uma grande estrutura para a tarefa. Assim como a *Rádio Jornal do Brasil*, o jornal havia contratado estagiários para repassar para o escritório do jornal os números disponibilizados pelo TRE nas Zonas Eleitorais e que seriam levados de motocicleta para a redação, no Centro, em questão de minutos. Contudo, para surpresa de Pereira e outros colegas, o jornal publicava os dados desatualizados. “Os números não ficavam de fora, mas o processo era muito lento. Assim como eu, outros colegas foram deslocados para a região do Grande Rio. Eles também perguntavam: onde estão os números que nós mandamos?”. Passados 35 anos, jornalista ainda manifesta inquietação pelo fracasso de *O Globo* nos primeiros dias de apuração dos votos das eleições de 1982: “A estrutura não funcionou pelo gigantismo dela ou havia algum interesse em não dar velocidade à informação?”. Apesar das

¹⁴⁶ Idem.

dúvidas que carregou ao longo dos anos, Pereira é enfático ao testemunhar sobre o “profissionalismo e honradez” dos profissionais envolvidos na cobertura do pleito¹⁴⁷.

Os problemas na apuração do jornal também foram percebidos pela cúpula da redação de *O Globo*, como reconhece o então chefe de redação do matutino, Henrique Caban. Em entrevista concedida para este trabalho, o jornalista assumiu pessoalmente o erro que resultou no atraso em relação à divulgação dos números, ao insistir na opção de priorizar os votos para os cargos proporcionais, enquanto, naquela altura, o *Jornal do Brasil* se distanciava na divulgação da marcha dos votos para os candidatos majoritários. Quase 35 anos depois, Henrique Caban analisa seu erro de forma enfática: “A defasagem na apuração ocorreu por uma razão: Foi ‘burrice’ minha. Eu devia ter abandonado a proporcional e apurado apenas a majoritária”¹⁴⁸.

Em meio às divergências dos dados divulgados pelos dois principais jornais cariocas naquele começo de apuração, os políticos envolvidos na eleição davam início a uma intensa movimentação, que seria determinante para o processo. Na noite do dia 17, o candidato do PMDB, Miro Teixeira, deu uma entrevista à *TV Globo* em que, com base na apuração extraoficial, admitia a derrota e considerava Leonel Brizola o vencedor das eleições. A notícia foi publicada com destaque, no dia seguinte, pelo *Jornal do Brasil*, que em sua manchete de primeira página previa a vitória de Brizola de 34% a 29% sobre Moreira Franco¹⁴⁹. No mesmo dia, *O Globo* trazia, também em manchete, a informação atribuída a “técnicos” de que o resultado das eleições só seria conhecido nas últimas urnas. Apesar da ressalva de que as projeções do jornal também apontavam para uma vitória de Brizola, as fontes ouvidas – e não identificadas – na reportagem explicavam que qualquer previsão estava sujeita a “ponderável margem de erro”¹⁵⁰. As diferenças nos enfoques da cobertura dos dois jornais serão amplamente discutidas ao longo do próximo capítulo.

Ao recordar as circunstâncias de sua iniciativa de reconhecer a vitória de Leonel Brizola, Miro Teixeira disse que seu anúncio foi feito, no primeiro momento, na entrevista à *TV Globo*, na noite do dia 17. Logo após a entrevista, o candidato do PMDB recebeu um telefonema do advogado Wilson Mirza que lhe pediu, em nome do pedetista, que enviasse um telegrama a Brizola reafirmando suas declarações. De acordo com Miro, foi de posse do

¹⁴⁷ As informações de Paulo Cezar Pereira foram dadas em entrevista a mim, em 3/5/2017.

¹⁴⁸ Entrevista de Henrique Caban em 15/9/2017.

¹⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 18/11/1982.

¹⁵⁰ *O Globo*, 18/11/1982.

telegrama que Leonel Brizola convocou, para o dia seguinte, uma entrevista com os correspondentes estrangeiros¹⁵¹. Na entrevista, realizada no Hotel Glória, o candidato do PDT afirmou diante dos representantes da imprensa internacional que só a fraude ameaçaria a sua vitória. Brizola atribuiu a certeza de que tinha de vencer as eleições por uma diferença de 300 mil votos às avaliações realizadas pelo partido em municípios das diferentes regiões do Estado. Ele disse ter indícios de fraude em favor do candidato do governo federal e citou como exemplo uma urna onde só foram apurados votos para Moreira Franco, no município de Magé, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Brizola pediu a uma assessora que lesse o telegrama de Miro Teixeira e elogiou o gesto do candidato do PMDB por “seu conteúdo democrático, significativo¹⁵²”.

As declarações que o candidato do PDT fez aos correspondentes internacionais sobre a possibilidade de fraudes nas eleições tinham respaldo em diferentes frentes de trabalho realizado paralelamente à apuração oficial. A primeira veio do próprio partido, através do esquema montado por Cesar Maia, que desde o início concentrou o trabalho nos mapas oficiais liberados ao partido pelo próprio TRE. Todos os números recebidos dos fiscais eram digitados por uma equipe e enviados por pessoas de confiança para o computador de uma empresa, colocado à disposição do partido. No local, os dados eram processados da forma que o responsável pela tarefa orientava, ou seja, seção a seção, para que depois pudesse ser montada uma projeção sobre os resultados das Zonas Eleitorais correspondentes¹⁵³. Em sua entrevista para este trabalho, o então assessor Cesar Maia foi enfático ao afirmar que o PDT se baseava em números oficiais das urnas para contestar os dados da Proconsult, que passaram a ser divulgados pelo TRE.

Naquele momento da apuração, houve uma troca de informações entre o PDT e a *Rádio JB*. O editor de política da emissora, Pery Cotta, revelou que à medida que sua apuração avançava, já projetando a vitória de Brizola, ele e o chefe de redação Procópio Mineiro começaram a percorrer os partidos para saber como estavam seus sistemas de apuração. Segundo Pery, foi depois das explicações da equipe da rádio que o candidato do PMDB, Miro Teixeira, decidiu divulgar a declaração reconhecendo a vitória de Brizola. Em seguida, a equipe passou a trocar informações com Cesar Maia, responsável pela apuração do

¹⁵¹ Entrevista de Miro Teixeira, 6/10/1982.

¹⁵² *Jornal do Brasil*, 19/11/1982.

¹⁵³ Entrevista de Cesar Maia, em 7/12/1982.

PDT e que, segundo Pery Cotta, em um primeiro momento chegou a duvidar do acerto do trabalho da rádio.¹⁵⁴

O economista recebeu da cúpula da redação os resultados de 70% do trabalho realizado em que se confirmava a vitória de Leonel Brizola e uma recomendação, que partiu do jornalista Pery Cotta: “Nós paramos de apurar, agora é com vocês”¹⁵⁵. Na avaliação de Cesar Maia, o trabalho da *Rádio JB* foi o segundo fator a dar respaldo às denúncias de Brizola. O então assessor reconheceu que, durante todo o processo eleitoral, o PDT era muito pequeno e só quem tinha projeção era seu candidato a governador. Por isso, segundo Cesar Maia, o trabalho da emissora foi fundamental: “Uma coisa é você ter razão sozinho. Outra coisa é você ter razão acompanhado da opinião pública. E a *Rádio Jornal do Brasil* produziu esta opinião que permitiu que um grupo muito pequeno de pessoas pudesse basear seu argumento”¹⁵⁶.

No dia seguinte às declarações de Miro Teixeira reconhecendo a vitória de Brizola e no mesmo dia em que o pedetista denunciava aos correspondentes estrangeiros seu temor quanto à possibilidade de fraude na apuração, o candidato do PDS se dizia pessoalmente cauteloso em relação ao resultado. Moreira Franco afirmava que, naquela altura, não era possível prever quem venceria a disputa entre ele e Brizola. Os jornais noticiavam que o pedessista se mantinha em intensa atividade, fazendo projeções com seus assessores sobre os dados divulgados pelas seções eleitorais. Apesar da cautela, no entanto, em entrevista à Rádio Tupi, Moreira acusou o *Jornal do Brasil* de, com suas projeções, fazer a campanha de apuração de Brizola¹⁵⁷. Moreira garantia que venceria por uma diferença de 70 mil votos¹⁵⁸. Na edição do dia 20, o candidato do PDS reagiu à entrevista de Brizola à imprensa internacional classificando como “lamentável” a declaração o do pedetista de que só não ganharia as eleições se houvesse fraude. Ele também criticou Miro Teixeira afirmando que o pemedebista “jogou a toalha cedo demais”¹⁵⁹.

A disputa retórica entre os favoritos duraria apenas mais alguns dias. Em entrevista que concedeu nos estúdios da *Rádio Jornal do Brasil*, no dia 21, um domingo, Brizola se declarou vencedor das eleições – logo depois de receber os últimos dados apurados pela

¹⁵⁴ Entrevista de Pery Cotta, em 28/4/2017.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 19/11/1982.

¹⁵⁸ *O Globo*, 19/11/1982.

¹⁵⁹ *O Globo*, 20/11/1982.

emissora¹⁶⁰. Dois dias depois foi a vez de Moreira Franco, finalmente, reconhecer a derrota através de um telegrama enviado ao adversário. Em entrevista coletiva na casa do sogro, o senador Amaral Peixoto, Moreira explicou que não havia se manifestado anteriormente por ser “um homem de lutas, que não joga a toalha no meio”. Ele destacou que a derrota ocorreria por uma diferença mínima e classificou como vitoriosa a campanha do PDS no Estado do Rio¹⁶¹. Na edição do dia 24, o *Jornal do Brasil* anunciou ter encerrado, na véspera, seu esquema de apuração prevendo a vitória de Leonel Brizola por 173 mil votos. Os pronunciamentos dos dois candidatos reconhecendo respectivamente a vitória e a derrota não puseram fim às polêmicas em torno das eleições nos dias finais de novembro e no mês de dezembro. A lentidão da apuração oficial – que resultaria na abertura de um inquérito por parte da Polícia Federal – foi tema diário de cobertura da imprensa. E as discrepâncias na divulgação provocaram um embate entre os principais jornais do Rio que culminaram em uma pesada troca de acusações. Esses dois aspectos da apuração serão discutidos no decorrer deste trabalho.

3.2 – A apuração oficial: uma “operação desastrada”?

“Esse negócio vai ‘embananar’¹⁶². O desabafo feito no início da noite do dia 15 de novembro pelo coordenador da apuração das eleições no Rio de Janeiro, o juiz aposentado Dalpes Monsore, acabou por se tornar uma profecia do que se tornou o processo de apuração dos votos do pleito de 1982 no Estado. Descrito pela reportagem do *Jornal do Brasil* como “suado, mangas arregaçadas e nervoso”, o juiz alertava a quem estava presente no TRE para a possibilidade de problemas no processamento nas juntas de apuração. O motivo das preocupações, naquele momento, era a informação de que os funcionários do Tribunal não sabiam cortar os boletins emitidos em papel sanfonado pelas juntas de apuração, o que faria com que um trabalho com duração prevista para uma hora viesse a levar dez horas. O TRE ainda previa em seis dias a conclusão dos trabalhos, que começariam às 8h do dia 16. Em sua edição, também no dia 16, *O Globo* publicava informações da cúpula do Tribunal de que os primeiros resultados oficiais seriam divulgados às 22h, com votos de 1,5 mil das 17.484 urnas

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 22/11/1982.

¹⁶¹ *Jornal do Brasil*, 24/11/1982.

¹⁶² *Jornal do Brasil*, 16/11/1982.

dos 64 municípios fluminenses¹⁶³. O próprio Dalpes Monsores admitia que o primeiro dia seria lento, por falta de prática dos escrutinadores¹⁶⁴.

Anunciado para a noite do dia 16, o primeiro boletim não foi divulgado. Ao comunicar o adiamento por 12 horas, o presidente da Comissão de Apuração do TRE, desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, atribuiu o atraso aos erros cometidos em muitos boletins de urna mandados para os centros de digitação e para a totalização por computador¹⁶⁵. O desembargador afirmava que o número de boletins digitados era tão insignificante que não justificava a divulgação do primeiro resultado parcial. Já o juiz Telio de Barros, auxiliar de apuração, informava que nenhum boletim chegara à Proconsult para processamento. Por sua vez, o presidente do TRE, Marcelo Santiago Costa, comemorava que nenhuma denúncia havia sido feita por partidos e garantia que a apuração transcorria “sem maiores problemas”¹⁶⁶. O presidente do Tribunal dizia acreditar que não havia atraso na apuração¹⁶⁷.

O primeiro boletim oficial do TRE foi finalmente divulgado no fim da noite de 17 de novembro, um dia marcado por grande efervescência política provocada justamente pela lentidão na apuração oficial. Depois de um atraso de 24 horas seguido de sete adiamentos, o primeiro boletim trazia o resultado de apenas 32 urnas, 15 do interior, 15 da capital e duas de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O boletim apresentava Moreira Franco em primeiro lugar, com 4.222 votos, e Leonel Brizola em segundo, com 3.914 votos. Horas antes, Brizola rompeu um silêncio de dois dias e se disse apreensivo, primeiro pela falta de comunicação oficial da Justiça Federal e segundo pela lentidão na apuração¹⁶⁸. Outro fato determinante naquele dia foi a declaração de Miro Teixeira reconhecendo a vitória do candidato do PDT antes mesmo da divulgação do primeiro boletim do TRE.

Conforme já apresentado neste capítulo, o dia 18 de novembro foi marcado pela entrevista de Leonel Brizola aos correspondentes estrangeiros denunciando que só uma fraude impediria sua vitória nas eleições, fato amplamente abordado no dia seguinte pelos jornais. Quando o candidato do PDT recebeu os jornalistas, o TRE havia divulgado seu segundo boletim, com os números apurados em 109 urnas: Brizola era superado tanto por Moreira Franco quanto por Miro Teixeira. Por sua vez, o desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte

¹⁶³ *O Globo*, 16/11/1982.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ *O Globo*, 17/11/1982.

¹⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 17/11/1982.

¹⁶⁷ *O Globo*, 17/11/1982.

¹⁶⁸ *O Globo*, 18/11/1982.

repelia qualquer possibilidade de fraude e protestava porque “algumas pessoas estão com a impressão de que o TRE ‘escolheu gente nos presídios’ para compor as juntas apuradoras”¹⁶⁹. Numa tensa entrevista coletiva, o desembargador culpou os fiscais dos partidos por não conseguirem acompanhar os cálculos dos computadores. Da Fonte também foi questionado sobre a empresa contratada e como resposta disse que “a culpa não é só deles. Muitos boletins vêm errados do interior e precisam ser corrigidos”¹⁷⁰. Quanto ao terceiro boletim, a divulgação ficou adiada para o dia 19, quarto dia de apuração. O motivo, segundo o TRE: um defeito no computador da Proconsult¹⁷¹.

Em sua edição do dia 19 de novembro, dia em que também publicou a entrevista coletiva de Leonel Brizola à imprensa internacional, o *Jornal do Brasil* dedicou atenção especial à Proconsult. Ao noticiar a divulgação atrasada do segundo boletim, o jornal informou que a empresa, àquela altura, não sabia quando terminaria a apuração no Rio. Depois de relembrar o fracasso de todas as previsões feitas até o momento, o *JB* revelou queixas dos delegados dos partidos em relação ao trabalho na Proconsult: falta de informação e acesso às salas de totalização e ao computador. Uma das maiores queixas era quanto à ausência de informação sobre os votos nulos e em branco de cada uma das urnas apuradas e divulgadas nos boletins da empresa. Como resposta, o juiz Télió de Barros dizia que o importante, naquele momento, era a apuração dos votos válidos e que os nulos e brancos seriam divulgados no final¹⁷².

Entre os dirigentes do Tribunal, as reações eram de perplexidade. O presidente do órgão, desembargador Marcelo Santiago Costa, reconhecia que a apuração eletrônica apresentava um problema técnico ao qual não sabia explicar. Já o presidente da Comissão de Apuração, Jalmir Gonçalves da Fonte, dizia desconhecer até o número de urnas apuradas e digitadas¹⁷³. Ainda na edição do dia 19, o *Jornal do Brasil* lembrou a origem da Proconsult, o processo licitatório que resultou em sua contratação – em detrimento de empresas mais experientes – os nomes de seus diretores e seus compromissos estabelecidos em contrato. Entre eles, a entrega de um boletim diário ao TRE, com resultados parciais – total por urna e total por candidato. A reportagem lembrava também que, além da totalização dos votos, a Proconsult deveria fornecer uma estatística sócio-política com informações sobre redutos

¹⁶⁹ O Globo, 19/11/1982.

¹⁷⁰ O Globo, 19/11/1982.

¹⁷¹ O Globo, 19/11/1982.

¹⁷² *Jornal do Brasil*, 19/11/1982.

¹⁷³ Idem.

eleitorais, votos nulos e abstenções. A relação tranquila com os partidos, comemorada pelo presidente do Tribunal, chegaria ao fim no dia 18, quando o PDT e o PT protestaram contra o indeferimento dos pedidos de recontagem de voto. O advogado do PDT, Wilson Mirza, solicitou “urgentes e enérgicas medidas no sentido que sejam preservadas a inviolabilidade e a segurança nos intervalos das apurações”¹⁷⁴.

Os problemas da Proconsult ganharam dimensão ainda maior nas edições dos jornais de 20 de novembro, dia em que, baseados em suas apurações extraoficiais, o *Jornal do Brasil* mostrava a ampliação da vantagem de Brizola e *O Globo* anunciava o avanço do candidato pedetista. Em relação à apuração oficial, *O JB* anunciava que a rejeição dos boletins pelos computadores da Proconsult era superior a 80%, de acordo com fiscais e delegados dos partidos credenciados junto à empresa. A estimativa dos técnicos envolvidos é que, mantendo-se aquele ritmo, os resultados oficiais só seriam fornecidos dentro de oito meses¹⁷⁵. O jornal informava ainda que até a noite do dia 19, o TRE só havia divulgado o resultado referente a 1,4% das urnas. Diante desses dados, ao ser questionado por jornalistas sobre a percentagem de rejeição de boletins pelos computadores da Proconsult, o juiz Dalpes Monsore se limitou a responder: “Ora, vocês me fazem cada pergunta. Não tenho a menor ideia”¹⁷⁶. Ao mesmo tempo, o PDT, PT e PMDB pediram ao TRE uma auditoria técnica no trabalho da Proconsult.

Os principais jornais noticiaram, também no dia 20, um caso comprovado de fraude em oito urnas da 83ª Zona Eleitoral, em Mesquita, então um dos distritos de Nova Iguaçu: votos corretos em favor de Leonel Brizola foram rasurados por caneta e caligrafia iguais. Ao ser alertado por fiscais do PDT, o juiz Herculano Varela, um dos responsáveis pela apuração, decretou que “houve fraude por parte do mesário durante a votação ou então a urna foi violada posteriormente”¹⁷⁷. As críticas à apuração oficial foram reforçadas veementemente por *O Globo* em sua edição do dia 20, que denunciou a “desorganização, demora, desrespeito à legislação eleitoral e má vontade da grande maioria das juntas apuradoras” como principal obstáculo para a divulgação dos resultados oficiais do pleito¹⁷⁸. Ao destacar que o atraso no boletim é crime eleitoral, o jornal relacionou a situação com os problemas que enfrentou em seu próprio trabalho de apuração:

¹⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 19/11/1982.

¹⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 20/11/1982.

¹⁷⁶ *Idem*.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ *O Globo*, 20/11/1982.

“Essa atitude irregular da grande maioria das juntas apuradoras fez com que a Central de apurações do *Globo* – já prejudicada desde o início com a falta de divulgação de boletins da capital e da periferia, dobrasse a carga de trabalho, na tentativa de compensar a falta de informações do TRE. O sistema de apuração do *Globo* está usando boletins semelhantes aos do TRE, onde são transcritos os números oficiais apurados para os candidatos a todos os níveis (governador, senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador)”.

O fracasso do sistema implantado pela Proconsult foi oficialmente admitido no dia 21 pelo TRE, quando decidiu alterar a programação do computador da empresa, que havia rejeitado 90% dos mapas das juntas apuradoras. Durante reunião com representantes dos partidos, o Tribunal determinou que o computador passaria a aceitar todos os mapas que chegassem à sede da empresa. A decisão foi tomada após a divulgação, no início da madrugada, do quinto boletim oficial, que trazia o resultado de apenas 804 urnas, cinco dias após o início da apuração oficial. No mesmo dia, o TRE divulgou o sexto boletim, com um aumento insignificante: 880 urnas apuradas¹⁷⁹. Na reunião, convocada pelos partidos, foi tomada outra decisão: os partidos políticos passariam a acompanhar, na sala de computação, os trabalhos de totalização de votos. Essa fiscalização passava a ocorrer através do revezamento, por turnos, de um representante de cada partido¹⁸⁰.

No dia em que divulgou mais um boletim oficial, referente a 1.324 urnas – ainda com a liderança de Moreira Franco, o Tribunal Regional Eleitoral declarou o que, naquele momento, já era considerado fato consumado por todos os envolvidos – políticos e eleitores: os números oficiais deveriam confirmar o que a imprensa já divulgou. Durante uma tensa entrevista coletiva, o presidente da Comissão de Apuração, desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, irritou-se com um repórter que perguntou se o atraso não poderia “denegrir a imagem do TRE”¹⁸¹. No mesmo dia, mesmo sem querer fazer previsões do término da apuração, o juiz Dalpes Monsoreos garantia que “a coisa” iria “deslanchar pra valer”¹⁸². Após a reunião, o delegado do PDT na Proconsult, M.J. Villanova, disse que o partido não tinha nenhuma dúvida quanto à seriedade da empresa, acrescentando que “a Proconsult é respeitadíssima no mercado”¹⁸³.

¹⁷⁹ *O Globo*, 22/11/1982.

¹⁸⁰ *Jornal do Brasil*, 22/11/1982.

¹⁸¹ *O Globo*, 23/11/1982.

¹⁸² *Jornal do Brasil*, 23/11/1982.

¹⁸³ *Jornal do Brasil*, 23/11/1982.

No dia 23 a eleição estava virtualmente decidida. Brizola era tratado por aliados e adversários como governador. A exemplo do que atribuiu a Miro Teixeira no início da apuração, o próprio Moreira Franco “jogou a toalha” naquele mesmo dia. No TRE, porém, a tensão permanecia. Depois de se reunir por quase cinco horas com analistas de sistemas da Proconsult e demais integrantes do órgão, o presidente do Tribunal, Marcelo Santiago Costa, admitiu que a computação eletrônica dos votos continuava com problemas técnicos. Demonstrando nervosismo, o presidente limitou-se a informar que os técnicos estavam procurando soluções para agilizar a totalização, mas insistiu em lembrar que, de acordo com a legislação eleitoral, o TRE tinha 30 dias, prorrogáveis por mais 15, para fornecer o resultado das eleições¹⁸⁴. Na edição do dia 24, que reproduzia as declarações de Marcelo Santiago Costa, o *Jornal do Brasil* anunciava o encerramento de sua apuração oficial, com 83,6% das urnas apurada, com a previsão de vitória de Leonel Brizola por 137 mil votos sobre Moreira Franco: 34,5% contra 31,1%¹⁸⁵. Já a apuração parcial do TRE, divulgado no mesmo dia, abrangia apenas 10% dos votos, apresentando Moreira na liderança, seguido de Miro Teixeira e Brizola apenas em terceiro lugar¹⁸⁶.

A pesquisa apresentada neste capítulo até aqui permite acompanhar a reconstituição dos fatos que marcaram pouco mais de uma semana de apuração dos votos. Ela possibilita também uma reflexão sobre os impactos e consequências dos fatos que marcaram a segunda quinzena de novembro de 1982 no Rio de Janeiro. No plano político, a apuração começou em meio a um clima de incertezas provocado pelas desconfianças da lisura do processo alimentadas pelas discrepâncias entre os dados divulgados pela apuração inicial da *Rádio Jornal do Brasil* e a estagnação da apuração oficial. As suspeitas de fraude foram o combustível para que o candidato do PDT reagisse a ponto de mobilizar inclusive a opinião pública internacional. Depois da certeza de que sua vitória seria confirmada, Leonel Brizola amenizaria seu discurso, numa atitude que pode ser interpretada como uma tentativa de evitar rupturas com o regime que ainda permaneceria no país, esgrimindo com alguns de seus representantes que aparentemente não se conformavam com sua vitória – como será apresentado ainda no decorrer do trabalho. A pesquisa também leva a considerações sobre o papel da Justiça Eleitoral fluminense – fortemente questionada – e da empresa encarregada da totalização, exposta em seus erros e posterior alvo de investigações. Finalmente, a atuação de uma imprensa que, pelo menos naquele contexto, apresentou aspectos de diversidade que

¹⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 24/11/1982.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ *Idem*.

viriam a ser fundamentais no processo eleitoral, conforme também será discutido posteriormente.

3.2.1 – A Proconsult passa à defensiva

No dia 26 de novembro, o *Jornal do Brasil* chegou às bancas com a manchete de primeira página em duas linhas que resumia o que vinha acontecendo desde a abertura das urnas, dez dias antes: “TRE do Rio admite que errou boletins e vai reprogramar computador”. Na chamada de primeira página, o jornal trazia o resumo da reportagem assinada por Heraldo Dias e Antero Luís, relatando que o próprio presidente do órgão, desembargador Marcelo Santiago Costa, levou a equipe ao Centro de Computação da Proconsult. No local, Heraldo Dias foi apresentado a um importante personagem do episódio, o responsável-técnico pelo trabalho de totalização da empresa, Haroldo Lobão – tenente-coronel do Exército. Diante do presidente do TRE, do coordenador da apuração (Dalpes Monsores), de um dos vice-presidentes da empresa (Dawi Wharsager) e de vários juízes, Lobão assumiu para o repórter a responsabilidades pelos erros da Proconsult: “O erro foi meu. O senhor está falando com a pessoa que errou”¹⁸⁷.

O motivo do erro assumido por Lobão foi o fato de que o programa feito por ele estava misturando os votos brancos e nulos, nos diversos cargos. Para tentar se explicar, o responsável-técnico fez questão de ditar para o repórter – e depois conferir a anotação – no que consistiu seu erro: “Os votos brancos e nulos para deputado estadual apareciam, no relatório oficial, na votação para governador; os brancos e nulos de governador, por sua vez, eram lançados na listagem dos deputados estaduais”¹⁸⁸. Na prática, o erro apontado pelo jornal resultou na diminuição dos votos nulos e brancos de determinada urna apurada para a seguinte, o que foi apresentado ao desembargador Marcelo Costa Santiago que, por sua vez, agradeceu ao repórter e afirmou que ninguém sabia do erro, até aquele momento. Diante das principais autoridades do TRE, os executivos da Proconsult garantiram que o erro no programa havia sido corrigido.

¹⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 26/11/1982.

¹⁸⁸ *Jornal do Brasil*, 26/11/1982.

No mesmo dia da publicação da reportagem do *Jornal do Brasil*, a crise da Proconsult ganhou um novo capítulo. A Racimec, associada à Proconsult, assumiu o controle das operações de processamento dos resultados das eleições, dentro do centro de computação da empresa no Rio, com o envio de 33 técnicos. O presidente da Racimec, Simão Brayer, informou que sua empresa era fornecedora das máquinas eletrônicas onde eram feitos os jogos da Loteria Esportiva e da Loto e detinha 35% de participação na Proconsult. Até a véspera a Racimec não participava da totalização dos votos, mas para “resguardar o conceito do grupo e apressar a totalização dos votos”, Brayer acertou com Arcádio Vieira, da Proconsult, a participação no trabalho¹⁸⁹. Dias depois, o próprio Simão Brayer anunciou que Arcádio foi afastado no momento em que a Racimec assumiu a operação e não entrou mais na sede da Proconsult¹⁹⁰.

Ainda no dia 26, ao mesmo tempo em que a empresa recebia críticas de seus sócios, as relações entre a Proconsult e o TRE fluminense chegavam a seu ponto de maior tensão. O juiz Dalpes Monsores teve uma discussão com Arcádio Vieira na qual acusou o executivo de contratar “gente incompetente para fazer a conferência de boletins já digitados”. Segundo reportagem de *O Globo*, a irritação da cúpula do TRE com os erros e o cansaço dos funcionários – contratados com a expectativa de trabalhar cinco dias e que haviam entrado no 12º, contaminavam ainda mais o ambiente¹⁹¹.

A combalida imagem da Proconsult ficaria definitivamente destruída com uma detalhada reportagem do *Jornal do Brasil* publicada no dia 27 relatando as pressões do vice-presidente da empresa, Arcádio Vieira, sobre a *Rádio Jornal do Brasil* – tema já abordado neste trabalho através das entrevistas dos jornalistas Pery Cotta e Xico Teixeira. A reportagem relatava o cerco sobre a direção da emissora durante cinco dias (da madrugada do dia 17 às 7h do dia 21) para que mudasse o resultado de sua apuração paralela que indicava a vitória de Leonel Brizola. A reportagem detalhava a argumentação do executivo apresentando o “diferencial delta”, que pressupunha o crescimento dos votos brancos e nulos, retirando votos de Leonel Brizola e favorecendo Moreira Franco. Também relatava os esforços de Arcádio Vieira, a partir do dia 21, de convencer o PDT de que o sistema de apuração do partido estava errado – episódio já abordado neste trabalho na entrevista de Cesar Maia. Nas conversas com

¹⁸⁹ *O Globo*, 27/11/1982.

¹⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 29/11/1982.

¹⁹¹ *O Globo*, 27/11/1982..

o jornalista Procópio Mineiro, relatadas pelo jornal, Arcádio argumentava que os eleitores de Brizola eram mais propensos a cometer erros e anular os votos no momento da votação.

A reportagem do *Jornal do Brasil* também relatava os contatos mantidos entre Arcádio Vieira e o comando da *Rádio Jornal do Brasil*, iniciados na segunda quinzena de outubro. Segundo Procópio Mineiro, o executivo o procurou dizendo que tinha interesse em passar os números da apuração de novembro para uma rádio, já que um jornal e uma emissora de televisão tinham combinado utilizar os números da Proconsult. Ainda de acordo com o *JB*, os contatos se repetiram até às vésperas da eleição, quando a emissora decidiu manter seu esquema próprio. A citação atribuída a Arcádio de que a Proconsult já havia combinado repassar dados para um jornal e uma emissora de TV provocou uma violenta reação de *O Globo* em sua edição do dia seguinte, em que fazia graves denúncias contra o concorrente, além de abrir amplo espaço para a defesa do vice-presidente da Proconsult¹⁹².

A Reportagem do *Jornal do Brasil* teve resposta imediata do TRE, que no próprio dia 27 decidiu pedir à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar as denúncias. O Tribunal também anunciou a decisão de realizar auditoria na Proconsult para verificar se a empresa teria condições de corrigir os erros e continuar a computação dos votos. Se a conclusão da auditoria fosse contrária à empresa, o Tribunal encarregaria o Serpro da Apuração¹⁹³. Em meio às denúncias, porém, a Proconsult continuou emitindo relatórios oficiais com erros graves, distribuídos sem ressalvas pelo TRE. Alertada por repórteres do *Jornal do Brasil*, a direção do Tribunal constatou o novo erro e determinou que a totalização fosse suspensa de vez, até o acerto final do programa de computação¹⁹⁴. Ainda por determinação do TRE, técnicos do Serpro iniciaram, no dia 29, a auditoria na Proconsult, ao mesmo tempo em que o Departamento de Polícia Federal (DPF) abria o inquérito para apurar as irregularidades na apuração das eleições, prometendo ouvir testemunhas – incluindo o próprio candidato do PDT, jornalistas, fiscais de partidos e diretores e técnicos da Proconsult. Entre as primeiras decisões anunciadas pelo DPF estava a designação de um delegado para acompanhar a auditoria do Serpro na Proconsult¹⁹⁵.

¹⁹² A atuação dos jornais durante o período de apuração das eleições será tema do próximo capítulo.

¹⁹³ *Jornal do Brasil e O Globo*, 28/11/1982.

¹⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 28/11/1982.

¹⁹⁵ *Jornal do Brasil e O Globo*, 30/11/1982.

No primeiro dia de dezembro – 15 dias após o início das apurações – os jornais introduziram um novo personagem no caso: o promotor Celso Fernando de Barros, indicado pela Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro para acompanhar, em caráter especial, o inquérito da Proconsult. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal decidiu manter em sigilo suas investigações, embora tivesse prometido que a imprensa teria “amplo acesso” ao que fosse apurado¹⁹⁶. No dia seguinte o promotor especial reuniu-se pela primeira vez com o presidente do inquérito, delegado Waldir Zacharias Silveira e, na saída, disse que a partir da auditoria feita pelo Serpro, a PF teria condições de descobrir se houve ou não fraude na apuração. No entanto, um técnico ouvido pelo *Jornal do Brasil* disse que na teoria isso seria possível, mas na prática era praticamente impossível, porque o programador encarregado dos comandos no computador poderia “desfazer-se do programa, apagá-lo e destruí-lo”¹⁹⁷. A opinião não era a mesma dos profissionais da área de processamento que, no dia seguinte, se reuniram com representantes de partidos políticos na sede de sua entidade profissional. Os especialistas consideravam fácil descobrir se tinha havido fraude ou intenção de fraude por alguém envolvido no processo. Segundo esses especialistas, para isso bastaria que se “rolasse novamente o programa e se fosse comparando com os resultados de uma nova totalização”¹⁹⁸.

A perícia realizada pelo Serpro foi concluída no dia 4 e divulgada no dia seguinte pelo *Jornal do Brasil*, que teve acesso às suas conclusões, descritas em uma linguagem técnica. Sem nenhuma interpretação do relatório, o jornal destacou, como informação principal, o trecho em que os auditores afirmavam que “reconhecidamente ocorreram erros de programação, cujos resultados se tornaram públicos”¹⁹⁹. Ainda de acordo com o relatório, após a intervenção da Racimec, os erros foram corrigidos e a Proconsult ficou em condições de “levar a bom termo os serviços de totalização dos resultados das eleições de 15 de novembro”²⁰⁰. A reportagem sobre o fim da perícia foi publicada no dia seguinte pelo *Globo*, trazendo mais detalhes do relatório. Entre eles, a recomendação de que o TRE deveria adotar medidas rigorosas de proteção dos boletins de urna com a votação dos candidatos e “para a integridade dos arquivos magnéticos dos programas do computador que faz a totalização das eleições”. Esse cuidado incluía até o controle do uso das canetas dentro da Proconsult”²⁰¹.

¹⁹⁶ *O Globo*, 1/12/1982.

¹⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 2/12/1982.

¹⁹⁸ *O Globo*, 3/12/1982.

¹⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 5/12/1982.

²⁰⁰ *Idem*.

²⁰¹ *O Globo*, 6/12/1982.

Ao mesmo tempo em que a Proconsult retomava a totalização e divulgava os resultados oficiais das eleições, a Polícia Federal prosseguia com a tomada de depoimentos do inquérito aberto no fim de novembro. Sem saber sobre o que falaria, segundo assessores, o secretário-geral do PDT foi convocado para depor no dia 9, segundo reportagem publicada no mesmo dia pelo *Globo*. Na mesma edição, o jornal publicou entrevista com o presidente da Racimec, Simão Brayer, que repelia a hipótese de fraude afirmando que ela só poderia “caber na cabeça dos ingênuos, pois seria impossível alterar tais resultados diante de tamanha fiscalização: dos cinco partidos, dos juízes eleitorais, do TRE e dos próprios eleitores”²⁰². Na mesma página, *O Globo* publicou reportagem com o apelo feito pelo presidente da seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Francisco Costa Neto, para que “o atentado ao processo eleitoral” no Rio não permanecesse impune “como o do Riocentro e da OAB, marcado pelo sacrifício de Lida Monteiro da Silva”²⁰³.

Em suas edições do dia 10 de dezembro, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* deram destaque aos depoimentos prestados na Polícia Federal por Cibilis Viana e por Procópio Mineiro, da *Rádio JB*. Segundo as fontes ouvidas pelos dois jornais, os dois reafirmaram as acusações de que Arcádio Vieira pressionou para que fossem modificados os resultados da apuração. No dia seguinte, foi a vez do depoimento de Pery Cotta, que confirmou todas as investidas que sofreu por parte de Arcádio Vieira. Na saída da Polícia Federal, o jornalista repetiu para *O Globo* as declarações que deu ao delegado, com as mesmas denúncias apresentadas no dia 27 de novembro pelo *Jornal do Brasil*²⁰⁴.

No dia previsto para a divulgação do resultado oficial das eleições no Rio de Janeiro, 13 de dezembro, quase um mês depois do início das apurações, o vice-presidente da Proconsult voltaria a ser citado de forma surpreendente em uma reportagem do *Jornal do Brasil*. A polêmica atitude de Arcádio Vieira de pressionar representantes da imprensa e dos partidos para que mudassem suas projeções foi classificada como “um gesto patriótico” por um dos donos da empresa, Simão Brayer. O empresário disse que a intenção de Arcádio era evitar um problema “seríssimo”, baseado em suas próprias previsões de que Moreira Franco venceria, contrariando as projeções que indicavam Leonel Brizola como vencedor. No entanto, Brayer não soube explicar porque Arcádio Vieira usou como justificativa, em vez das

²⁰² *O Globo*, 9/12/1982.

²⁰³ *O Globo*, 9/12/1982.

²⁰⁴ *O Globo*, 11/12/1982.

projeções, os votos brancos e nulos que não estavam sendo divulgados²⁰⁵. Na reportagem, assinada por Bruno Cartier-Bresson, Brayer procurou usar vários argumentos técnicos para justificar os erros da empresa. O empresário admitiu também que seria muito difícil para a Polícia Federal reconstituir os programas-fontes da totalização, o que levou o repórter a uma conclusão: “Concluída a totalização dos votos no Rio de Janeiro, (...) apenas a sigilosa investigação da Polícia Federal separa a falta de credibilidade dos números da Proconsult, Racimec & Associados”²⁰⁶.

As edições de 14 de dezembro dos jornais trouxeram para seus leitores os números finais e oficiais das eleições, praticamente um mês depois de sua realização. Apuradas 17.564 urnas, Leonel Brizola estava agora oficialmente eleito com 1.709.264 votos. Moreira Franco somou 1.530.728, uma diferença de 178.536 mil votos para o vencedor. Miro Teixeira chegou em terceiro lugar (1.075.471), seguido de Sandra Cavalcanti (536.388) e Lysâneas Maciel (152.116). As manchetes apenas confirmavam o resultado que a imprensa havia antecipado quase 15 dias antes, sem provocar nenhum impacto na população. A cobertura do caso continuaria nas páginas dos jornais, restrita ao acompanhamento do inquérito policial e das tentativas do promotor Celso Fernando de Barros de levar a Proconsult à Justiça.

No dia 29 de dezembro, data da diplomação de Leonel Brizola como governador, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, os jornais trouxeram reportagens com denúncias, queixas e pedidos de providência junto ao TRE apresentadas pelo promotor especial Celso Fernando de Barros. Ao *Jornal do Brasil*, o promotor revelou que decidiu não mais voltar à sede da Polícia Federal no dia 20, quando foi impedido pelo delegado Waldir Zacharias de fazer qualquer pergunta às testemunhas. Barros também encaminhou requerimento ao Tribunal questionando se foram feitas sindicâncias internas para apurar os fatos “gravíssimos” apontados no relatório dos técnicos do Serpro²⁰⁷. Pediu ainda ao presidente da corte, Marcelo Santiago Costa, uma série de documentos e informações: boletins de urnas, as razões por que não eram contados, inicialmente, os votos brancos e nulos, explicações sobre o desaparecimento do programa fonte da Proconsult. Segundo o promotor, isso permitiria que prosseguisse com as investigações sem dispor da perícia que pediu – e foi negada – pelo TRE²⁰⁸. O promotor ainda manifestou dúvidas sobre seu trabalho:

²⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 13/12/1982.

²⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 13/12/1982.

²⁰⁷ *O Globo*, 29/11/1982.

²⁰⁸ *Jornal do Brasil*, 29/11/1982.

“Será que estou fazendo tudo o que posso? Imagina se eu tiver que pedir o arquivamento do processo sem ter lutado até o fim por uma apuração correta?”²⁰⁹

O ano de 1982 chegou ao fim sem que as perguntas do promotor Celso Fernando de Barros fossem respondidas. Os desdobramentos do caso prosseguiriam no ano seguinte, mas em referências cada vez mais escassas na imprensa. Ainda em dezembro, a Polícia Federal pediu o arquivamento do inquérito, o que foi negado pelo Ministério Público (AMORIM e PASSOS, 2005). O arquivamento definitivo viria em 1987, sem que ninguém viesse a ser responsabilizado pelas irregularidades (Idem). Também não foi provado o envolvimento do SNI, apesar das fortes suspeitas que assombraram o processo eleitoral desde seu início. Ao se referir sobre o Caso Proconsult em sua obra, Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro citaram um bilhete a mão enviado em fevereiro de 1983 ao então procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, pelo general Newton Cruz, um dos principais chefes do órgão. No bilhete, Cruz reclamava da atuação do Ministério Público no caso. Para o general, segundo os autores, os promotores e procuradores pretendiam desmoralizar o SNI e a Polícia Federal (BRIGAGÃO E RIBEIRO, 2005).

O relatório enviado a Coelho fazia duros ataques ao então chefe da Procuradoria no Rio, Carlos Roberto Siqueira Castro. Como resposta, o procurador afirmou que ouvia as críticas com muita honra, pois “as denúncias impediram uma fraude para desviar votos do ex-governador Brizola”. Brigagão e Ribeiro esclarecem que os arquivos do SNI não apontavam vínculos entre o órgão e a Proconsult que, conforme lembram, tinha um tenente-coronel do Exército (Haroldo Lobão) como diretor de computação. Os autores destacam o depoimento do procurador Siqueira Castro para quem “a fraude ficou comprovada, mas não foi possível apontar o envolvimento direto de agentes da ditadura” (BRIGAGÃO e RIBEIRO, p.249).

A exemplo do que aconteceu na reta final da campanha, o processo de apuração das eleições de 1982 trouxe diferenças marcantes na forma como foi coberto pelos dois principais jornais formadores de opinião do Rio de Janeiro no período pesquisado. Essas diferenças foram percebidas tanto nas metodologias utilizadas na apuração paralela dos votos, quanto na edição das matérias – reportagens, artigos, editoriais e anúncios institucionais – o que acirrou ainda mais a concorrência entre o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, culminando com uma disputa pública pelas páginas dos jornais, com fortes doses de agressividade e ironia. No próximo capítulo procuro apresentar como se manifestaram essas diferenças utilizando a análise do

²⁰⁹ *Jornal do Brasil*, 29/12/1982.

material pesquisado e, em situações específicas, recorrer à memória de alguns personagens que participaram de episódios da época e, com seus depoimentos, contribuíram para este trabalho.

4 – DAS URNAS ÀS PÁGINAS: A DISPUTA DOS JORNAIS

As dúvidas e desconfianças em torno das apurações das eleições de 1982 no Rio de Janeiro, em especial nas duas primeiras semanas, expuseram diferenças nas coberturas dos dois principais grupos jornalísticos do Estado naquele período. Essas diferenças já eram flagrantes durante a campanha, como foi discutido no segundo capítulo deste trabalho, mas se tornaram ainda mais explícitas no início das apurações. Embora reconhecendo o papel crucial das mídias eletrônicas no processo – os diferentes resultados obtidos pela *Rádio Jornal do Brasil* e pela *TV Globo* – esta pesquisa se concentrou nos jornais dos dois grupos editoriais que, em alguns momentos, abordaram o trabalho realizado por suas emissoras de radiodifusão. Neste capítulo, pretendo apresentar e discutir as atuações desses jornais que, ainda hoje, fazem parte da memória institucional de ambas as organizações.

Como ilustração, serão apresentados quadros comparativos com as manchetes de primeira página de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* para que seja possível identificar a natureza das notícias priorizadas pelos jornais, com o detalhamento da cobertura nas páginas internas. Em alguns momentos, ambos priorizaram a mesma informação em suas manchetes, mas logo passaram a divergir em relação ao desempenho dos candidatos que no fim da campanha polarizavam as preferências do eleitorado – Leonel Brizola (PDT) e Moreira Franco (PDS). Com a leitura, porém, será possível perceber o momento em que as diferenças se transformam em disputa e troca de acusações, principalmente em torno das relações dos dois grupos com a Proconsult. Ainda neste capítulo, será possível perceber como as instituições jornalísticas apresentam a leitores e pesquisadores as versões para o que entrou na história como o Caso Proconsult.

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
16/11	IBOPE aponta vitória de Brizola	IBOPE dá vitória a Brizola no Rio

No dia seguinte às eleições, os dois jornais estamparam praticamente a mesma manchete refletindo o interesse óbvio do leitor: quem seria o vencedor, com base no resultado das pesquisas de boca de urna. Segundo o Ibope, Brizola teria 31,3% dos votos, contra 26,8%

de Moreira²¹⁰. As diferenças editoriais começariam nas páginas internas dos dois jornais. Na capa de seu caderno de eleições, o *JB* trazia declarações dos dois candidatos, na ordem de colocação da pesquisa. A primeira era “Brizola promete governar até com adversários” e, a segunda “Moreira reafirma que será governador do Rio”. A primeira manchete reflete o favoritismo assumido pelo candidato do PDT enquanto a segunda demonstrava a disposição do adversário do PDS de se manter na luta. Já *O Globo* transfere o otimismo para o pedessista em seu título principal na página 5 do primeiro caderno: “Moreira: ‘Vou fazer o melhor governo que o Estado já teve’”. Brizola, por sua vez, recebeu um espaço na parte inferior da página com um título deslocado do assunto principal: “Brizola quebra óculos na hora de votar em Ipanema”.

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
17/11	Brizola lidera no Rio e Moreira no interior	PDT lidera primeiras urnas no Rio

Na primeira página das edições do dia 17, os dois jornais reproduzem os números processados por seus esquemas paralelos no primeiro dia de apuração das eleições. As diferenças aparecem nos títulos das reportagens internas. Enquanto o *JB* priorizava a divulgação dos números apurados pela *Rádio Jornal do Brasil*, destacando a liderança de Leonel Brizola (“Levantamento mostra Brizola liderando no Rio”), – episódio já analisado no capítulo anterior) – *O Globo* destacava o “desaparecimento” do candidato do PDT (“Brizola aparece na janela e se nega a dar entrevista”). As diferenças se tornaram explícitas nas primeiras páginas do dia seguinte:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
18/11	Decisão de eleição só nas últimas urnas	Brizola deve vencer Moreira por 34% a 29%

²¹⁰ A manchete com o resultado do Ibope é amplamente utilizada por *O Globo*, tanto pela memória institucional do jornal, quando por profissionais que atuavam na empresa para justificar seu desempenho. A questão será detalhada ao longo do capítulo.

Em um dia que se tornou crucial para o destino das eleições, o *Jornal do Brasil* foi categórico ao prever a vitória de Leonel Brizola, enquanto *O Globo* citava “técnicos” para garantir que a eleição continuaria indefinida até o fim. Na véspera, o jornal havia anunciado o início, no dia 16, da apuração dos votos em seu centro de processamento montado especialmente para o trabalho e amplamente divulgado em um anúncio institucional no dia 15. A inauguração dos trabalhos teve a presença do presidente da empresa, Roberto Marinho. Quanto aos candidatos, em suas páginas internas, *O Globo* anunciava que “Brizola se diz apreensivo com o andamento da eleição” e Moreira afirma que “Ainda é cedo para saber quem vencerá”. Aquela que seria a principal notícia da véspera recebeu pouco destaque na edição: “Miro reconhece derrota e diz que Brizola está eleito”. Esta notícia, por sinal, foi manchete da página 2 do *Jornal do Brasil*: “Miro admite derrota e anuncia que fica na política”.

Os motivos da lentidão de *O Globo* naqueles primeiros dias de apuração começaram a ser discutidos no capítulo anterior, com as entrevistas do repórter Paulo Cezar Pereira, que coordenava os trabalhos em Nova Iguaçu, e do então diretor de redação, Henrique Caban. Na entrevista, Pereira demonstrou a surpresa com a lentidão na divulgação dos votos que, segundo ele, eram enviados pela redação. Por sua vez, Caban assumiu pessoalmente o erro por ter optado por uma apuração mais sofisticada – eleição proporcional – em vez de escolher a mais simples – majoritária – como fez a *Rádio JB*.

Com o distanciamento dos anos, o então repórter político Paulo Cezar Pereira tem outras impressões sobre os motivos da lentidão no trabalho de *O Globo*: a preocupação em esperar os dados oficiais do TRE totalizados pela Proconsult e não ter feito uma correta ponderação do peso demográfico das diferentes regiões do Estado ao jogar no sistema dados do interior antes dos da Baixada Fluminense e da Capital.

Três dias depois das eleições, a data de 18 de novembro registrou acontecimentos marcantes, reproduzidos nas edições dos jornais no dia seguinte. Na primeira página, a marcha da apuração no ritmo de cada jornal:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
19/11	Brizola mais próximo de Moreira	Brizola, em 7 mil urnas, tem 40 mil votos a frente

As manchetes da primeira página daquele dia confirmavam a defasagem nas apurações e a análise feita para este trabalho pelo jornalista Paulo Cezar Pereira. O *Jornal do Brasil* avançava em sua apuração, enquanto *O Globo* ainda mantinha a dianteira de Moreira Franco, com base no processamento inicial das urnas no interior. O fato mais importante da véspera mereceu destaque dos dois jornais: a entrevista de Leonel Brizola a correspondentes internacionais na qual afirmou que só a fraude impediria sua vitória nas eleições. A novidade, porém, surgiu no anúncio institucional do *Jornal do Brasil* que ocupava toda a página 3 – uma das mais nobres dos jornais. Com o título em grandes letras maiúsculas “A verdade, até a última urna”, o *JB* trazia um texto em que exaltava sua cobertura em toda a eleição:

– Desde o primeiro movimento da primeira campanha do primeiro candidato, o *Jornal do Brasil* começou a noticiar, descrever, analisar, fotografar e revelar as eleições. Com toda a força e grandeza deste momento fundamental para a história do país. Sem omitir, torcer ou tendenciar os fatos. Colocando o leitor frente a frente com a verdade dos acontecimentos. Em cada reportagem, em cada artigo, em cada editorial, em cada linha, em cada palavra. Porque o *Jornal do Brasil* tem o mesmo compromisso e o mesmo respeito que o leitor tem com o seu voto. E irá com este compromisso até ser retirado o último voto da última urna deste país. Em busca de outras eleições, de outras notícias, de outros fatos, de novos dias, novas esperanças e novas realizações. Continuando sempre a levar a verdade do mundo para todos os seus leitores. Porque se não for assim, um jornal não merece ser chamado de jornal.

Na assinatura, o *JB* completava: “Um jornal é tão bom quanto as verdades que ele diz”.

Outro anúncio foi veiculado no dia seguinte, desta vez numa clara referência ao desempenho do jornal na cobertura da apuração. Com o título “Quem lê o *Jornal do Brasil* está ganhando as eleições” ocupando quase toda a página 5, o *JB* trazia o texto

– Quem lê o *Jornal do Brasil* está vendo as eleições de frente. Com todos os detalhes, urna por urna, palavra por palavra, notícia por notícia. Sem omissões, sem falsas interpretações, sem deformações. Os números como eles são. A verdade, doa a quem doer. Porque este é um velho e sempre renovado compromisso do *Jornal do Brasil*. Um compromisso que construiu a credibilidade que ele sempre teve com seus leitores. **Porque os leitores do *Jornal do Brasil* sabem que ele não publica informações truncadas, notícias de interesse ou opiniões distorcidas.** O que o *Jornal do Brasil* publica é o que é. A realidade dos fatos. **E é exatamente isso que o leitor do *Jornal do Brasil* está ganhando nestas eleições. O seu sagrado direito de ser bem informado.** Um direito que jamais será esquecido pelo *Jornal do Brasil*.

As frases destacadas por mim indicam que o *Jornal do Brasil* procurava claramente diferenciar sua atuação da concorrência – no caso, *O Globo* – embora sem mencionar explicitamente o jornal. O anúncio foi publicado no mesmo dia 20 de novembro – um sábado – em que as manchetes dos dois jornais continuavam a refletir as diferenças entre eles na velocidade da apuração dos votos:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
20/11	1º título: Brizola avança no Rio 2º título: Interior quase no fim	Vantagem de Brizola é de 119 mil votos

Naquele dia, *O Globo* repercutia uma crise surgida naquela semana, quando ao ser entrevistado pela *TV Globo*, Brizola reclamou da lentidão com que a emissora divulgava os resultados e questionou por que era mais fácil para a redação da TV divulgar os números do interior – que davam vantagem a Moreira – em detrimento da Capital e Região Metropolitana. A entrevista teve intervenção do diretor de jornalismo da *Globo*, Armando Nogueira, que pediu ao candidato que respeitasse os jornalistas da emissora. A atuação da TV foi alvo de uma nota crítica divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro que, por sua vez, foi respondida por um abaixo-assinado de jornalistas da emissora, este último tema de reportagem do jornal no dia 20. A edição foi a mesma em que *O Globo* denunciou os problemas na operação oficial como causa de seu próprio atraso na divulgação dos números, assunto já detalhado no capítulo anterior.

As edições do dia 21 confirmariam ainda mais, em suas primeiras páginas, os problemas de *O Globo* em sua defasagem em relação ao *Jornal do Brasil*:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
21/11	Resultado final no Rio ainda indefinido	Brizola consolida liderança na apuração

Enquanto o primeiro falava na indefinição do resultado, o concorrente anunciava a consolidação da liderança de Leonel Brizola. No mesmo dia, um domingo – conforme já

descrito no capítulo anterior – o candidato do PDT assumiria sua vitória em entrevista na *Rádio JB*. As manchetes dos dois jornais no dia seguinte refletiram esses acontecimentos:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
22/11	1º título: Projeção das urnas apuradas dá a vitória a Brizola por 144 mil votos 2º título: TRE confirma números do <i>Globo</i>	Brizola se diz eleito e elogia Figueiredo

A então já inevitável vitória de Brizola estava expressa na edição dos dois jornais. Enquanto o *JB* publicava a entrevista do candidato, *O Globo* já relatava, em reportagem na página 8 do jornal, cujo o título da matéria era “Brizola não acredita em dificuldades no relacionamento com o governo federal”, os planos do futuro governador para seu relacionamento com o Palácio do Planalto. Em outra reportagem, mostrava que um dos adversários do pedetista em plano nacional, o governador eleito do Rio Grande do Sul, Jair Soares, já admitia uma aliança com Brizola por uma reforma tributária. *O Globo* trazia ainda o silêncio de Moreira Franco, também tema de reportagem do *Jornal do Brasil*, que anunciava a desmobilização do escritório eleitoral do candidato do *PDS*.

No momento em que a população já tinha como certa a vitória de Leonel Brizola, apenas *O Globo* trouxe referência às eleições na primeira página do dia 23:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
23/11	TRE: números oficiais devem confirmar o que a imprensa já divulgou Editorial: “Quem tumultua”	Não tem referência às eleições no Rio na primeira página

Apesar da ausência de títulos sobre as eleições na primeira página do *JB*, a atuação dos dois jornais foi um dos aspectos mais importantes das edições de ambos no dia 23 de novembro. Em seu editorial de primeira página, *O Globo* respondia a declarações de Brizola em relação aos atrasos na divulgação do jornal e da *TV Globo*. Em meio às críticas ao candidato, o editorial repetia explicações para a lentidão na divulgação, baseadas na chegada dos dados do interior na frente dos da Capital em sua central de apurações. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* voltava a comemorar seu desempenho em novo anúncio institucional que

ocupou toda a página 7, com o título dominante: “O grande vencedor das eleições está lendo esta página neste momento”. No dia 24, porém, com poucas notícias sobre as eleições, as manchetes não poderiam ser diferentes:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
24/11	Moreira Franco reconhece vitória eleitoral de Brizola	Moreira Franco reconhece vitória de Brizola

As duas manchetes noticiando o reconhecimento da derrota por parte de Moreira Franco pareciam indicar que as eleições finalmente chegavam ao fim, com a manifestação do único candidato que ainda poderia ameaçar a vitória de Leonel Brizola. No entanto, o *Jornal do Brasil* decidiu publicar, naquela edição, reportagem com o discurso que o senador – já então virtualmente reeleito pelo PDT – Saturnino Braga em que ele comentava diversos aspectos do processo eleitoral de 1982. Em três parágrafos, o *JB* reproduziu as denúncias Saturnino de “manipulação” da apresentação dos resultados apresentados pelo grupo concorrente. No discurso relatado na matéria, o senador dizia que “não há precedentes numa campanha de desinformação da opinião pública a respeito dos resultados da eleição como esta que foi feita pela *Rede Globo* e jornal *O Globo*”. Saturnino Braga foi ainda mais contundente:

“O que esse sistema *Globo* fez no Rio de Janeiro é uma vergonha para o jornalismo brasileiro, é uma vergonha, porque computavam só os resultados que favoreciam aos candidatos do PDS e guardavam nas gavetas os boletins que favoreciam ao candidato do PDT, para que o candidato do PDS pudesse sempre ser apresentado na frente”.

O Senador Saturnino Braga acusou as empresas do grupo *Globo* de distorcer as proporções para, nas projeções, apresentar um empate no final ou a derrota de Brizola por quatro ou cinco mil votos. Saturnino disse ainda em seu discurso que não poderia ter havido um simples equívoco durante tanto tempo, cometido por uma equipe tão numerosa. Ao garantir que havia um propósito para esse erro, o senador concluiu ser impossível “se tomar o que foi feito em matéria de desinformação e distorção pelo *Sistema Globo* como um mero equívoco ou algo que tenha ocorrido por uma coincidência”.

A resposta de *O Globo* ao senador veio na edição do dia seguinte, 25 de novembro, com a publicação, na íntegra, da longa carta enviada a Saturnino Braga pelo editor de Cidade e coordenador dos trabalhos de apuração para o jornal, Iram Frejat. Na breve apresentação ao

texto da carta, o jornal lembrava que o jornalista era irmão do deputado federal e secretário-geral do PDT, José Frejat. No texto, Iram Frejat rebatia as acusações de Saturnino, classificando de “absurda” a informação de que o jornal só computava resultados que favoreciam o candidato do PDS, guardando na gaveta os que interessavam ao PDT. Depois de se declarar eleitor de Leonel Brizola, por quem fez “campanha abertamente, inclusive entre colegas”, Frejat passou detalhar todo o esquema montado por *O Globo* para a apuração paralela das eleições.

Em relação ao atraso na divulgação dos números, disse que no início da apuração só chegavam ao jornal, por telefone, os números de municípios pouco populosos do interior. Ao constatar o problema, Frejat disse ter enviado reforços para as equipes de estagiários que estavam nas Juntas Apuradoras da Capital. Apesar disso, segundo ele, as dificuldades continuaram, porque a maioria das Juntas só liberava os boletins à noite, ao fim da apuração do dia. Ainda de acordo com o editor de *O Globo* – que inclusive teria recorrido à alta direção do TRE – os funcionários do jornal eram obrigados a se retirar no fim do trabalho dos locais, que eram fechados pelas equipes do tribunal. Ainda na carta, Iram Frejat afirmou a Saturnino Braga que determinou pessoalmente aos estagiários do jornal que recolhessem os boletins do TRE após a saída dos funcionários do órgão, o que segundo ele, acabou proporcionando um “resultado excepcional”. O jornalista destacou que os boletins que davam liderança a Moreira Franco foram os mesmos divulgados oficialmente, no início da apuração, pelo TRE. Iram Frejat concluiu a carta dizendo-se eleitor do senador Saturnino Braga.

É importante notar que, em sua resposta, *O Globo* se dirige especificamente ao senador Saturnino Braga. As únicas menções ao sistema *JB* feitas por Iram Frejat quando ele diz que leu o discurso do senador no jornal concorrente, e já ouvira pronunciamento de Saturnino em uma entrevista anterior à *Rádio Jornal do Brasil*. Também na edição do dia 25 de novembro, *O Globo* publicou reportagem relatando que o candidato a deputado federal pelo PDT e cantor Aguinaldo Timóteo, ao visitar o Centro de Processamento de Dados montado no jornal, dizia “não haver dúvidas quanto à lisura com que *O Globo* computou e divulgou os resultados das eleições do dia 15”. Naquele momento, já se sabia que Timóteo seria o mais votado para o cargo no Estado, informação confirmada na divulgação final: ele chegou à Câmara com 503.455 votos.

Em relação ao embate público entre Saturnino Braga e *O Globo*, – como um dos veículos do grupo incluídos nas críticas do senador, jornalistas entrevistados para este trabalho procuraram defender a atuação do jornal e, especial, a atuação do coordenador da apuração, Iram Frejat. Repórter político em todo o período da apuração, Luiz Erlanger lembra que a maioria dos repórteres – inclusive ele – se declarava brizolista durante a campanha, sem que isso gerasse qualquer problema com a cúpula da redação, que, segundo o jornalista, apoiava Miro Teixeira. Quantos aos problemas na apuração, Erlanger disse que o jornal, “por um grande azar”, foi “pelo caminho oficial e pelo caminho errado”. O jornalista lembra que o irmão de Iram, o deputado pedetista José Frejat, esteve na redação para conferir o procedimento do jornal²¹¹.

O então chefe de Redação, Henrique Caban, reiterou que a equipe de *O Globo* estava convicta de que estava divulgando os resultados corretos e insistiu que o “jornal jamais afirmou que Leonel Brizola perderia a eleição”²¹². Na entrevista, Caban confirmou que a cúpula da redação de *O Globo* apoiava o candidato do PMDB. Outro jornalista entrevistado, o então repórter político Paulo Cezar Pereira, foi enfático em afastar qualquer responsabilidade de Iram Frejat da lentidão na apuração do jornal. Ele destacou o papel do coordenador na montagem de um “processo operacional fabuloso”. A falha, na opinião de Pereira, foi *O Globo* ter optado por priorizar os dados do TRE-Proconsult em detrimento da divulgação de seus próprios números²¹³.

Responsáveis pelo desempenho determinante da *Rádio Jornal do Brasil* no processo de apuração, os jornalistas diretamente envolvidos no trabalho da emissora entrevistados para esta pesquisa isentaram os colegas de *O Globo* de qualquer má-fé durante aquele período. Coordenador político da *Rádio JB*, Pery Cotta disse que diante do volume e da responsabilidade do trabalho, não teve como acompanhar a atuação do grupo concorrente. No entanto, na entrevista para este trabalho, ele foi categórico ao afirmar: “Não acredito no envolvimento deles em nenhum esquema de fraude. Eles eram profissionais. Acredito que o posicionamento da empresa era uma questão de linha editorial”²¹⁴. Por sua vez, o autor do discurso contra o grupo *Globo* mantém ainda todas as acusações que fez da tribuna do Senado no dia 23 de novembro de 1982. Passados 35 anos, o então senador Saturnino Braga reitera: “Eu não tenho a menor dúvida de que houve conluio dos veículos da *Globo* com o sistema”.

²¹¹ Entrevista feita por mim com Luiz Erlanger, em 10/8/2017.

²¹² Entrevista de Henrique Caban, em 15/9/2017.

²¹³ Entrevista de Paulo Cezar Pereira, em 3/5/2017.

²¹⁴ Entrevista de Pery Cotta, em 28/4/2017.

Com 86 anos quando concedeu a entrevista para este trabalho, Saturnino disse que, na época, o jornal era obrigado a divulgar pesquisas que projetavam a vitória de Leonel Brizola publicadas por outros veículos. “*O Globo* era do esquema, sempre foi, e entrou com esse propósito”²¹⁵.

As capas dos dois jornais em 25 de novembro não indicavam que a polêmica continuaria nas páginas internas:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
26/11	Brizola já prepara equipe de transição	TRE admite que errou boletins e vai reprogramar computador

No entanto, a campanha institucional do *JB* prosseguiria, desta vez exaltando – ainda que tardiamente – a *Rádio Jornal do Brasil*. Em anúncio que ocupava toda a página 5, o jornal trazia pequenos textos precedidos dos seguintes títulos: “A certeza da informação correta”; “A certeza da isenção”; “A certeza da notícia imediata”; e “A certeza da cobertura completa”. Já no espaço editorial, pela primeira vez no processo eleitoral o *Jornal do Brasil* publicava reportagem mencionando o concorrente, numa referência à carta de Iram Frejat a Saturnino Braga: “Editor do *Globo* envia carta a senador do PDT”. Mas o *JB* também trazia a matéria: “Saturnino mantém acusações feitas ao sistema *Globo*”. Já o jornal da família Marinho buscava seus apoios mais expressivos – no caso o presidente da República – na naquele momento de crise, o que ficou estampado na manchete da página 3 da edição do dia 26: “Figueiredo se solidariza com as *Organizações Globo*”.

O material publicado pelos dois jornais naquela sexta-feira era um prenúncio da tempestade que se abateria sobre o jornalismo carioca naquele mesmo fim de semana e que será discutida na próxima seção.

²¹⁵ Entrevista de Saturnino Braga, em 3/11/2017.

4.1 – A guerra declarada

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
27/11	TRE admite erros mas diz que os números estão certos	Brasil vai ao FMI por US\$ 4,5 bilhões Proconsult pressionou apuração do JB
28/11	1º título: Inquérito policial na Proconsult: TRE fará auditoria de apuração no Rio 2º título: Juiz: Só O Globo denunciou proposta da Proconsult	TRE faz auditoria na Proconsult e pede ao DPF que apure as denúncias

Toda a tensão acumulada desde o início da apuração pelos profissionais do sistema *JB* veio a público no dia 27 de novembro de 1982. A manchete do alto da primeira página do *Jornal do Brasil* revelava a luta do governo para conseguir créditos bilionários de emergência para o país, afundado em uma recessão no início daquela que, em termos econômicos, seria considerada a década perdida. Mas era a segunda manchete da capa – que destaquei no quadro acima – que iniciaria, naquele fim de ano, uma das maiores disputas já registradas no jornalismo brasileiro.

Logo na primeira página, o *JB* revelava aos leitores os bastidores do início da apuração – conforme já relatado neste trabalho – envolvendo as pressões do vice-presidente da Proconsult, Arcádio Vieira (erradamente chamado na reportagem de Arcádio Viana) para que a *Rádio Jornal do Brasil* e o *Jornal do Brasil* revissem suas projeções que indicavam a vitória de Leonel Brizola. Na chamada de primeira página, o jornal revelava que as pressões duraram cinco dias, da madrugada do dia 17, terça-feira, até às 7h do domingo, dia 21. Durante as conversas mantidas inicialmente com os representantes da *Rádio JB*, Arcádio insistia em sua tese de que o crescimento dos votos nulos e em branco provocado pelos erros dos eleitores do candidato pedetista – o já citado Diferencial Delta – daria a vitória a Moreira Franco. No mesmo texto o jornal reproduz a ameaça feita ao chefe de redação, Procópio Mineiro – já relatada aqui pelo jornalista Pery Cotta – de que “se dessem os números da emissora, um deles teria que fugir para Paris”.

No relato que fez dos acontecimentos, o *JB* revelava que depois de fracassar em suas tentativas com os jornalistas, o dirigente da Proconsult procurou o PDT para, usando os mesmos argumentos, afirmar que o candidato do PDS venceria a eleição. Em um encontro com o economista Cesar Maia, responsável pela apuração paralela do PDT, Arcádio Vieira desenhou croquis com gráficos para demonstrar suas projeções de que Moreira Franco venceria. Entregues ao *Jornal do Brasil*, os desenhos foram publicados na página 4 da edição do dia 27.

A reportagem revelava o início dos contatos entre a Proconsult e a *Rádio JB* em uma feira de informática realizada no Riocentro, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio onde, segundo o jornal, uma repórter foi procurada pela empresa para manifestar o interesse de negociar com a direção a possibilidade de adiantar os números da Proconsult relativos à apuração dos votos de 15 de novembro. O *JB* dizia ainda que houve outras conversas nesse sentido, até que a emissora finalmente comunicou à empresa de informática que manteria seu sistema próprio de apuração. No entanto, ao descrever o primeiro contato entre a Proconsult e o comando do jornalismo da emissora, o *Jornal do Brasil* publicou uma informação que provocaria a enérgica reação do concorrente: a justificativa para a Proconsult oferecer seus números para a *Rádio JB*, conforme relatado por Procópio Mineiro, era o fato de que **“...tinha interesse em passar os resultados para uma rádio, já que um jornal e uma emissora de televisão tinham combinado utilizar os números da Proconsult”**²¹⁶. Ainda na mesma edição, o *JB* anunciou a demissão de seu gerente de Sistemas e Métodos, Tadeu Lanes, ocorrida três dias antes²¹⁷.

A frase destacada no parágrafo acima, incluída em um dos textos da cobertura do *JB*, provocou a reação do concorrente na edição do dia 28. *O Globo* se sentiu atingido com a referência a “um jornal e uma emissora de televisão” ao se dizer alvo da denúncia, alegando que, no Rio, apenas seu grupo editorial reunia esses dois veículos. Além de rebater qualquer acordo dos veículos do grupo com a Proconsult, o jornal passou à ofensiva já em um dos títulos da primeira página: “Só *O Globo* denunciou proposta da Proconsult” – o outro destaque do quadro que abre esta seção. Na chamada que se seguia ao título, o jornal publicou o depoimento do juiz do TRE responsável pela totalização eletrônica, Dalpes Monsore, relatando que, quatro dias antes da apuração, *O Globo* lhe comunicou que Arcádio Vieira

²¹⁶ *Jornal do Brasil*, 27/11/1982, p.4. O destaque é meu.

²¹⁷ O envolvimento de Tadeu Lanes na apuração e a defesa que fez da metodologia da Proconsult foram discutidos anteriormente neste trabalho nas entrevistas dos jornalistas Pery Cotta e Xico Teixeira e no livro de Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos.

oferecera ao jornal fitas magnéticas com o resultado das apurações. Ouvido no mesmo dia da publicação da reportagem do *JB*, Monsores disse que *O Globo* foi o único a fazer esta denúncia e que, em consequência dela, “tomou providências para evitar o desvio de qualquer material referente à apuração”. Os ataques ao concorrente prosseguiram em outras páginas da edição do dia 28. Na página 12, a ofensiva foi institucional. No editorial “Quem não denunciou”, *O Globo* repele o que chamou de “insinuação”, reforça as informações de que denunciou a Proconsult e, numa referência ao *Jornal do Brasil*, profetizou: “Quem recebeu a abordagem e silenciou, não cumprindo seu dever de comunicar o fato às autoridades competentes, arcará agora com o ônus da sua atitude – ou seja, o inevitável julgamento da opinião pública”.

Outra novidade na edição do dia 28 de *O Globo* foi a publicação de uma longa entrevista com Arcádio Vieira, também citado na capa do jornal, onde teve sua foto publicada com a legenda: “Arcádio alega que sua intenção foi a de evitar possíveis erros de informação”. Na página 12, além de uma carta do próprio dirigente da Proconsult rebatendo as acusações do *Jornal do Brasil* – com o título “Agi com lisura e boa fé” – *O Globo* publicou reportagem a partir de uma entrevista exclusiva concedida por Arcádio Vieira na própria redação do jornal, na qual divulgava sua versão e acusava o *Jornal do Brasil* de ter tentado comprar as fitas de sua empresa²¹⁸. Na entrevista, ele procurou minimizar as declarações sobre a “fuga para Paris”, insinuando que elas não tiveram nenhum sentido de ameaça ao chefe da redação da *Rádio JB*. A longa entrevista a *O Globo* foi a última aparição espontânea do vice-presidente da Proconsult na imprensa. Conforme será apresentado ainda nesta seção, Arcádio Vieira passaria a ser investigado pela Polícia Federal que, a partir da reportagem do dia 27 no *Jornal do Brasil*, decidiu abrir inquérito para identificar as possíveis irregularidades na apuração das eleições no Rio.

Já o executivo de informática Tadeu Lanes, cuja demissão fora anunciada na véspera pelo *JB*, também recebeu espaço em *O Globo* para defender o seu trabalho. Em uma carta publicada pelo jornal, Lanes negou ter tentado alterar os resultados eleitorais publicados pelo *Jornal do Brasil* e garantiu que até o último dia 20, “era prematura, arriscado e impróprio” indicar um vencedor. Conforme já apresentado neste trabalho, no dia seguinte à data indicada pelo ex-gerente de Sistemas e Métodos – que ainda ocupava o cargo – com base nos números apurados pela *Rádio JB*, Leonel Brizola assumiu a vitória nas eleições.

²¹⁸ A presença de Arcádio Vieira na redação de *O Globo* no dia 27 de novembro me foi confirmada por repórteres que na época atuavam no jornal.

O *Jornal do Brasil* foi alvo da última página da alentada edição do material sobre a eleição naquele domingo, em *O Globo*. O título principal da página 20 estampava o título “Os problemas do *Jornal do Brasil* na apuração das eleições do Rio”. A reportagem analisava o material publicado na véspera pelo concorrente, inclusive com as dificuldades apontadas pelo próprio *JB*, que o levaram assumidamente a recorrer, nos primeiros dias, aos números da rádio. Em sua reportagem, *O Globo* fez um histórico da atuação do *JB* desde o primeiro dia, procurando apontar aspectos como “incoerência e incongruência”. É importante notar que, apesar das “insinuações” denunciadas por *O Globo*, em nenhum momento na edição da véspera o *Jornal do Brasil* havia citado nominalmente o concorrente.

No mesmo dia em que esteve sob ataque por parte de *O Globo*, o *Jornal do Brasil* teve no prestigiado colunista político Carlos Castello Branco, membro da Academia Brasileira de Letras, o porta-voz encarregado de repercutir as denúncias que fizera na véspera. Castellinho, como era conhecido no jornalismo brasileiro, exaltou a narrativa “minuciosa” por parte do jornal que, segundo ele, deixou “clara a hipótese de premeditação na ação dos agentes da Proconsult, não só pelo esforço de eliminar apurações paralelas como pela tentativa de impor critérios de previsão com os quais estava operando”. O jornalista foi enfático em dizer que a apuração do *JB* “configura a armação de uma tentativa de fraudar as eleições do Rio de Janeiro”. Ainda de acordo com Carlos Castello Branco, o que estava ocorrendo justificava a iniciativa de Brizola de reunir a imprensa nacional e estrangeira para denunciar que só a fraude lhe tomaria o mandato dado pelo eleitorado. O colunista afirmou ainda que a denúncia paralisou “o jogo que se armava clandestinamente nos bastidores da computação”. Ainda na edição do dia 28, o *JB* publicou o depoimento dos representantes do PDT Cesar Maia e Cibilis Viana elogiando a reportagem do jornal. A mesma carta assinada por Arcádio Vieira, publicada por *O Globo*, teve igual destino no *Jornal do Brasil*.

A partir daquele fim de semana, *O Globo* continuaria a publicar matérias com depoimentos de personalidades defendendo seu trabalho na apuração das eleições e, em diferentes momentos, com menções negativas ao concorrente. Como exemplo, o inquérito que seria aberto pela Polícia Federal para investigar possíveis irregularidades na apuração foi batizado pelo jornal, na edição do dia 29, como Proconsult-*JB*. No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicou declarações do outro vice-presidente da Proconsult, Dawi Wharsager, confirmando que a empresa tomou a iniciativa de manter contatos tanto com o *Jornal do Brasil* quanto com *O Globo*, ressaltando que não havia interesse em vender fitas dos computadores usados na apuração.

Já em dezembro, na edição do dia 2, *O Globo* trouxe de volta a polêmica em torno da atuação dos dois jornais em um dos títulos da primeira página, destacado por mim: “PDT afirma que apuração do *Globo* foi ‘corretíssima”. Na chamada da capa, o jornal trazia o depoimento do economista Cesar Maia – apresentado como coordenador do centro de processamento de dados do PDT – no qual ele informava ter feito testes que garantiam que o jornal não publicou dados da Proconsult: “Os números do *Globo* são números do *Globo* e são bons números, coerentes com os resultados eleitorais. Nos números absolutos não encontramos qualquer tipo de desvio”.

No entanto, na matéria principal da página 3, *O Globo* publicou críticas da Cesar Maia à sua apuração. Mesmo reconhecendo que os números divulgados pelo jornal eram corretos, ele discordou da maneira como foram tratados nas edições: “A entrada de dados no centro de apuração do *Globo* não levava em conta a distribuição do eleitorado por região, o que para nós desorientava a opinião pública”, afirmou o assessor. O jornal foi além nas críticas feitas contra ele pelo pedetista: “Minha opinião pessoal é de que tal modelo que projetava uma possível vitória de Moreira Franco pode ter levado as Organizações *Globo* a uma orientação para considerar indefinidos os resultados”. A opinião vinha acompanhada de uma indagação: “Qual a razão de ter se apresentado o resultado como incerto?” O próprio Cesar Maia dava a resposta, afirmando não acreditar que alguém de uma empresa do porte de *O Globo* ou da *TV Globo* pudesse participar de um complô: “Só posso pensar que as pessoas poderiam ter sido convencidas da projeção que apresentava Moreira Franco como governador eleito. Isso é uma coisa, outra é levantar suspeição contra *O Globo* e a *TV Globo*. Isso eu não faria nunca”²¹⁹. Ainda na reportagem em que deu ao PDT espaço para críticas à sua própria apuração, o texto de *O Globo*, trazia ressalvas de Cesar Maia de que a abordagem errada não foi intencional. “Conheço diversos profissionais das Organizações Globo e não há nenhum tipo de razão para colocar em dúvida a idoneidade desses técnicos”.

Na reportagem completa da página 3, o jornal da família Marinho publicou outras declarações de Cesar Maia, dessa vez se referindo ao *Jornal do Brasil*. Com o título “Cesar Maia diz que *JB* divulgava resultados apurados pelo PDT”, a matéria mostrava os elogios do assessor pedetista à atuação do concorrente de *O Globo*, mas ao mesmo tempo fragilizava sua posição ao relatar que a cúpula da redação da *Rádio JB* o procurou para que o PDT fornecesse os números que dariam sustentação à projeção que dava a vitória a Leonel Brizola. Ainda

²¹⁹ As declarações de Cesar Maia estão em *O Globo*, 2/12/1982.

segundo *O Globo*, Maia insinuou que os jornalistas aparentemente estavam abalados pelos argumentos usados por Arcádio Vieira para tentar convencê-los que a apuração da emissora estava errada. Mesmo assim, fez questão de frisar a importância da *Rádio JB* na divulgação correta dos números.

O Globo aproveitou as declarações do economista para questionar a tranquilidade que o *Jornal do Brasil* atribuía ao seu trabalho, apontando falta de confiança ao concorrente em sua apuração, além de questionar sua metodologia. Na mesma edição, voltou fazer referências à anunciada abertura do inquérito “Proconsult-JB”. Ainda no esforço de legitimação de seu trabalho, *O Globo* publicou um quadro com suas manchetes durante o período de apuração, todas elas já apresentadas neste trabalho e praticamente todas refletindo o atraso da apuração do jornal na comparação como *Jornal do Brasil*. Repetindo o padrão também já discutido aqui, *O Globo* publicou outra carta de apoio a seu trabalho, desta vez assinada pelo presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Ruy Barreto. A carta, endereçada ao presidente do grupo, Roberto Marinho, elogiava o desempenho de seus veículos na divulgação dos resultados da eleição. Por sua vez, em sua edição do dia 2 de dezembro, o *Jornal do Brasil* não trazia nenhuma referência ao concorrente.

A ofensiva de *O Globo* seria retomada no dia 4 de dezembro. No editorial “Relato indispensável”, o jornal cobrava o esclarecimento de todos os acontecimentos relativos à apuração. Ao mesmo tempo em que manifestava plena confiança na Justiça Eleitoral, “cuja lisura e empenho nunca estiveram em questão”, *O Globo* se referia à abertura do inquérito da Polícia Federal para investigar “as nebulosas negociações entre a Proconsult e o *Jornal do Brasil*”. A volta do *JB* às páginas de *O Globo* se daria em um dos títulos da capa do dia 10 de dezembro: “Representantes do PDT e do *JB* depõem no DPF”. Além do título, o jornal estampava fotos do chefe de redação da *Rádio Jornal do Brasil*, Procópio Mineiro, e do coordenador da equipe de campanha do PDT, Cibilis Viana. Na chamada da matéria, *O Globo* reproduzia declarações de Procópio confirmando o que já havia denunciado: os contatos da Proconsult com a emissora e com o *Jornal do Brasil*. Em editorial, o jornal criticou o fato de que os depoimentos foram mantidos em sigilo pela Polícia Federal. Na edição do dia seguinte – 11 de dezembro – o depoimento de outro integrante da *Rádio Jornal do Brasil*, o editor Pery Cotta, também foi coberto com destaque por *O Globo*. Ouvido pelo jornal, Pery disse ter repetido no depoimento à Polícia Federal todas as denúncias já apresentadas em relação às pressões exercidas sobre a emissora pelo vice-presidente da Proconsult Arcádio Vieira.

Trinta e cinco anos depois do episódio, Pery Cotta recordou as circunstâncias tanto de seu depoimento quanto da entrevista que concedeu a *O Globo* na saída da sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Na sala onde depôs, ele disse ter sido questionado agressivamente pelo delegado que o interrogou²²⁰, na presença do promotor especial designado para o caso, Celso Fernando de Barros, cuja atuação foi elogiada pelo jornalista na entrevista que me concedeu. Entre outros pontos, Pery disse que foi obrigado a chamar o delegado de “doutor”. Como reação, disse ter jogado sobre a mesa sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil e exigido do policial o mesmo tratamento²²¹. Na saída do órgão, Pery Cotta disse ter estranhado a abordagem que recebeu do jornalista de *O Globo*, segundo ele um repórter de polícia. O então editor da *Rádio JB* disse que ouviu do colega perguntas formuladas no mesmo tom agressivo que ouviu do delegado. “Ele se dirigiu a mim com a postura de quem entrevistava o suspeito de algum crime, e não o autor de uma denúncia de fraude contra o resultado de uma eleição”²²².

Conforme a narrativa desenvolvida no capítulo anterior, a apuração oficial das eleições de 1982 no Rio de Janeiro chegou finalmente ao fim no dia 13 de dezembro de 1982, quase um mês após o início dos trabalhos, em 16 de novembro. Em suas primeiras páginas, os dois jornais divulgaram o resultado no dia seguinte com pesos diferentes, o que já podia ser percebido pelos títulos:

Data	<i>O Globo</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
14/12	Terminou a apuração das eleições do Rio	Brizola ganha eleição por 34% a 30%

A menção ao acontecimento por parte de *O Globo* em sua capa se restringiu ao título, publicado isoladamente, sem nenhuma chamada de texto, no canto inferior direito da página. Ao contrário do concorrente, o *Jornal do Brasil* estampou os percentuais oficiais de Leonel Brizola e Moreira Franco e, na chamada para a matéria, além de publicar os números totais dos votos para todos os candidatos, fez questão de destacar os números de sua própria

²²⁰ De acordo com os jornais da época, os depoimentos eram tomados pelo delegado que presidiu o inquérito, Carlos Toschi, então chefe de informações do Dops da Polícia Federal.

²²¹ Entrevista de Pery Cotta, em 28/4/2017.

²²² Idem.

apuração ao longo do período, demonstrando que sempre esteve muito próximo dos resultados finais do TRE. Na página que abria o noticiário das eleições, num total de quatro, uma matéria sobre o histórico da cobertura do jornal trazia uma grande dose de ironia: “*Jornal do Brasil* errou diferença por 0,08%”. A reportagem, assinada por Heraldo Dias, trazia como ilustração a primeira página do dia 18 de novembro, cuja manchete previa que “Brizola deve vencer Moreira por 34% a 29%”. No texto da matéria, o jornal lembrava que em 24 de novembro encerrou sua apuração paralela com outra manchete: “Vantagem de Brizola deverá atingir 173 mil votos”. Com bases nos números oficiais – o percentual de 34,2% contra 30,6% e a vantagem em termos numéricos de 178.536 votos – o *Jornal do Brasil* admitia seu erro insignificante.

Já na edição do mesmo dia 14 de dezembro, em sua página 6, *O Globo* limitou-se a repetir a manchete da primeira página com um pequeno texto, sem nenhuma repercussão, além das declarações do desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte, coordenador das apurações, defendendo a implantação do voto eletrônico no país. O restante da página foi ocupado por um grande quadro que reproduzia os números finais de todos os candidatos que participaram da eleição proporcional, dividido por partidos. Ao longo dos últimos dias do ano, a ofensiva de *O Globo* contra o *Jornal do Brasil* foi diminuindo, restrita basicamente ao “Inquérito Proconsult-JB” quando voltava a se referir às investigações do escândalo.

4.2 – As memórias institucionais do Caso Proconsult

Três décadas e meia após os acontecimentos que resultaram na eleição de Leonel Brizola para o governo fluminense, as empresas de comunicação que se viram no centro da polêmica em torno do caso procuram apresentar suas versões sobre aquele período em seus sites institucionais.

Embora este trabalho tenha priorizado as coberturas dos jornais impressos dos grupos *Globo* e *Jornal do Brasil* – sobretudo pela maior disponibilidade de seus arquivos – ao longo da pesquisa foi possível perceber, conforme já mencionado, que seus veículos eletrônicos desempenharam papel fundamental em todo o processo eleitoral, principalmente na apuração. Por este motivo esta participação, mencionada em diferentes etapas desta pesquisa, será destacada nos sites institucionais das empresas. Nas seções a seguir, é possível conhecer a

posição que as principais empresas remanescentes expressam em seus canais oficiais de fatos já analisados por políticos e jornalistas entrevistados para esta pesquisa. Em alguns casos, existem versões conflitantes que podem ser classificadas como memórias em disputa, tema desenvolvido na introdução deste trabalho.

4.2.1 – Memória TV Globo

Alvo de críticas por sua atuação em diferentes episódios da história recente do país, a emissora mantém em seu site institucional *Memória Globo* uma relação de assuntos considerados polêmicos. Em alguns poucos episódios a *Globo* admite que errou, mas outras críticas contra sua atuação a emissora classifica como “acusações falsas”. É nesta última classificação que a empresa insere o Caso Proconsult.

Na seção dedicada ao Caso Proconsult, a *TV Globo* apresenta um longo texto em que contextualiza as eleições de 1982 no processo de abertura política do país e, ao relatar a cobertura da apuração, detalha as dificuldades provocadas pela lentidão na divulgação dos resultados oficiais. Quanto à sua própria lentidão, a emissora admite um erro de cálculo, ao optar pelo esquema de totalização utilizado pelo jornal *O Globo* e alega que, por sua lógica de fechamento, o veículo impresso não tinha a preocupação com a divulgação imediata da marcha da apuração. A emissora procura rebater acusações de envolvimento com a Proconsult, garantindo que nunca contratou a empresa de informática. Para atestar que sua posição sempre foi de imparcialidade, a *TV Globo* disponibiliza no site vídeos com dezenas de reportagens produzidas no período, e de depoimentos de profissionais que atuaram no caso, como forma de comprovar que não distorceu informações sobre o favoritismo de Brizola à medida que a apuração avançava.

Na parte final do material, o *Memória Globo* apresenta a entrevista que Leonel Brizola concedeu à emissora no dia 17 de novembro, quando foi questionado pelo então diretor de jornalismo da emissora, Armando Nogueira, sobre as críticas que fazia à *TV Globo*. A entrevista também traz as cobranças que o candidato fazia à forma que a emissora apresentava

os números, com lentidão e sem apresentar os resultados das urnas onde o pedetista tinha maioria²²³.

A mais incisiva defesa feita da atuação da *TV Globo* no Caso Proconsult pode ser encontrada no site UOL, onde no dia 25 de junho de 2004 o então diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, publicou artigo para responder a outro, publicado no mesmo site por Paulo Henrique Amorim, sob o título “O outro golpe que Brizola evitou”. No artigo “Paulo Henrique Amorim mente”, além de repetir toda a descrição de como foi a cobertura da emissora, o executivo lembra seu papel no episódio, do qual participou, no início de sua carreira, como um dos estagiários da *Rádio Jornal do Brasil* encarregados de preencher os formulários das Zonas Eleitorais e transmitir por telefone os números para a emissora. Em seu texto, Kamel lembra que durante anos Amorim trabalhou na *TV Globo*, sem nunca demonstrar nenhum tipo de insatisfação em relação à emissora²²⁴.

4.2.2 – Memória *O Globo*

Na página “Memória”, abrigado em seu portal de notícias, o jornal *O Globo* também classifica as críticas que recebeu pela atuação durante as eleições de 1982 como “acusação falsa”. No texto, menor do que o da TV, o jornal repele as acusações de que teria participado de uma tentativa de fraude para impedir a vitória de Leonel Brizola. Segue a mesma linha de argumentação da emissora ao descrever as dificuldades que sofria em consequência das condições inéditas da eleição, sobretudo na opção por também divulgar o resultado dos votos proporcionais, mas reitera que publicava notícias que projetavam a vitória final do candidato do PDT. O jornal reconhece ainda que “por ter optado por um método menos ambicioso”, a *Rádio JB* conseguiu captar com velocidade que Brizola havia ultrapassado Moreira Franco na corrida pelos votos.

Ainda em sua memória institucional, *O Globo* relembra as acusações feitas da tribuna do Senado pelo senador Saturnino Braga, candidato à reeleição pelo PDT, de que a Proconsult estaria manipulando as eleições, com apoio das Organizações *Globo*. O site lembra a resposta

²²³As informações relativas à TV Globo estão disponíveis em <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/proconsult.htm>, acessado em 11/6/2017.

²²⁴As declarações de Ali Kamel estão disponíveis em <https://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/06/25/ult23u95.jhtm>, acessado em 13/06/2017.

do jornal, através de uma carta do coordenador dos trabalhos de apuração de *O Globo*, Iram Frejat, que estaria “indignado com as acusações”. O site lembra que o jornalista era irmão de José Frejat, candidato a deputado federal pelo PDT, e apresentou-se como eleitor do partido e do próprio Saturnino Braga.²²⁵

O site conclui sua memória do episódio com o depoimento do então diretor de redação de *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade. No depoimento, datado de 22 de fevereiro de 2001, o jornalista lembrou que a menção a uma possibilidade de má intenção do processo partiu do especialista em pesquisas da *TV Globo*, Homero Icaza Sánchez, que teria alertado Brizola para o problema²²⁶. De acordo com Evandro Carlos de Andrade, o candidato “esperta e desonestamente, passou a acusar a *Globo* de estar distorcendo os resultados”. Na avaliação do jornalista, “a acusação foi acolhida por um bando de ressentidos, e até hoje não faltam ignorantes que tentam manter viva essa versão infamante”. No entanto, na época em que deu o depoimento, Evandro Carlos de Andrade dizia acreditar, “sem prova alguma”, que a Proconsult serviria a algum plano do SNI de falsificar o resultado da eleição. Como ressalva, insistia em que as Organizações *Globo* nada tiveram a ver com essa conspiração, “caso ela tenha existido”.²²⁷

4.2.3 – Memória *Jornal do Brasil*

Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* deixou de ser impresso em setembro de 2010, tornando-se o primeiro com sua tradição a tornar-se 100% online no país, retornando às bancas em fins de fevereiro de 2018, com um novo proprietário sem ligação anterior com o mercado jornalístico. Ao contrário de alguns concorrentes, o *JB* não dispõe de uma seção específica de memória, embora disponibilize suas antigas edições impressas. Fatos marcantes de sua história são lembrados, ocasionalmente, a partir de reportagens produzidas especialmente para esse fim. Foi o que aconteceu por ocasião dos 30 anos do Caso Proconsult, quando a versão digital do jornal publicou uma matéria com o título: “Há 30 anos, *JB* revelou

²²⁵ Episódio já relatado neste capítulo.

²²⁶ O alerta de Homero Icaza Sanchez sobre a possibilidade de tentativas de fraude nas eleições consta do livro de Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos já citado neste trabalho.

²²⁷ Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/caso-proconsult-9328203>, acessado em 12/6/2017.

escândalo do Proconsult e derrubou fraude na eleição”. A reportagem trazia um subtítulo: “No retorno às eleições para governador, tentaram roubar os votos de Leonel Brizola”.

A reportagem rememora o processo de apuração dos votos e a atuação do jornal no episódio. Também faz menção especial ao papel que a *Rádio JB* desempenhou em sua busca para noticiar a marcha das apurações em tempo real. Ao longo do texto, a matéria disponibiliza links que remetem às páginas em que o jornal noticiava os assuntos relativos à cobertura daqueles acontecimentos – todas já analisadas neste trabalho²²⁸.

²²⁸ Disponível em <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/27/ha-30-anos-jb-revelou-escandalo-do-proconsult-e-derrubou-fraude-na-eleicao/>, acessado em 3/6/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A eleição de Leonel Brizola é um sapo que a gente engole, digere e, na hora certa, expele”²²⁹.

A declaração feita no dia 22 de novembro de 1982 pelo então comandante Militar da Amazônia, general Euclides Figueiredo – irmão do general/presidente da República – sintetizava o sentimento dos militares em relação à virtual vitória do maior inimigo vivo do regime imposto ao país em 1964. A reportagem do *Jornal do Brasil* que reproduzia a contundente imagem usada pelo general Euclides para descrever a situação também traduzia o estado de espírito do militar diante de recentes elogios do candidato a seu irmão: “Ele agora está mansinho, não está?”²³⁰. Na mesma matéria, outro importante chefe militar, o ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, manifestava um misto de desalento e conformismo: “Não acredito que Brizola faça um bom governo. Mas, se ele fizer, e eu como fluminense espero que faça, vou aplaudir. Vou mesmo bater palmas”.

A declaração do ministro da Marinha de alguma forma serviu para amenizar as palavras de seu colega da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, proferidas em 19 de novembro e estampadas no dia seguinte, na primeira página de *O Globo* na manchete: “Délio diz que Brizola é incendiário”. Ao comentar as insinuações do candidato do PDT de que poderia estar sendo vítima de uma tentativa de fraude para não ser eleito, o ministro acusou Brizola de “começar a acender uma lamparina para pegar fogo”. Délio aproveitou para duvidar da vitória de Leonel Brizola: “Quem começa a falar em fraude está com medo de perder, porque sabe que vai perder. Ninguém fala em fraude quando acha que vai ganhar”²³¹. A agressividade com que foi tratado em diferentes momentos da campanha, aparentemente, não afetou o candidato do PDT. Dois dias depois das declarações do ministro da Aeronáutica, ao se considerar eleito, Leonel Brizola fez elogios ao presidente Figueiredo por sua tenacidade e conduta no propósito de manter a abertura política: “Figueiredo vai ser julgado

²²⁹ *Jornal do Brasil*, 23/11/1982.

²³⁰ *Idem*.

²³¹ *O Globo*, 20/11/1982.

pela História, menos pelo que avançou e mais pelo que evitou que se fizesse contra a reconstrução democrática”²³².

A declaração do governador eleito poderia sintetizar o fim de um processo que foi discutido ao longo de todo este trabalho. No primeiro capítulo desta pesquisa, procurou-se analisar a luta por uma abertura que permitisse uma mudança no cenário político, marcado por um rígido controle das instituições, censura à imprensa e poder paralelo exercido pelos integrantes de uma comunidade de informações que, em muitos casos, agia à sombra do governo e sem respeito à própria hierarquia militar, cuja quebra foi um dos pretextos usados para destituir o governo constitucional de João Goulart, em abril de 1964. O trabalho de diferentes pesquisadores contribuiu para que fosse possível compreender como o projeto de distensão do governo Geisel (1974-1979) – com avanços e recuos – resultou em mudanças na legislação, cujas consequências marcariam o mandato de seu sucessor, João Figueiredo (1979-1985).

O trabalho discorreu sobre importantes modificações na legislação de exceção imposta em dezembro de 1968 pelo AI-5: a anistia e consequente volta ao país de políticos exilados, o fim do bipartidarismo, a formação de novos partidos e a convocação de eleições diretas para governadores dos Estados, banidas desde 1965. Ao contextualizar o período entre 1979 e 1982, a pesquisa procurou refletir sobre como foi montado o quadro partidário que passaria a abrigar políticos que apoiavam o regime em seu partido oficial (Arena), os que atuavam no consentido partido de oposição (MDB), e banidos que voltavam do exílio. A todos eles juntavam-se novas lideranças nascidas em organizações sindicais e nas entidades representativas da sociedade civil.

Procurei também analisar que mesmo a abertura não afastou definitivamente os casuísmos característicos do regime pós-1964. Como exemplo, o Congresso, de maioria governista, aprovou a introdução do voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher o para todos os cargos em disputa – governador senador, deputado federal, deputado estadual, vereador e prefeito, este último com exceção das capitais – em candidatos de um mesmo partido. Caso houvesse candidatos de partidos diferentes, o voto seria anulado. Outro casuísmo foi a imposição da cédula em branco, que obrigava o eleitor a escrever todos os nomes, aumentando o risco de erros que anulariam votos.

²³² *Jornal do Brasil*, 22/11/1982.

Com a ajuda de depoimentos de políticos, jornalistas e consulta aos jornais pesquisados, o segundo capítulo deste trabalho pretendeu reconstituir a campanha eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, dos últimos dias de 1981 até a véspera das eleições do ano seguinte. A pesquisa procurou retratar as mudanças na preferência do eleitorado medidas pelas pesquisas – que se transformariam em um importante elemento naquele momento histórico. A polarização entre Sandra Cavalcanti (PTB) e Miro Teixeira (PMDB) marcaria o período inicial da campanha, em que o partido oficial, o PDS, apresentou um candidato inexpressivo, o engenheiro Emílio Ibrahim. Leonel Brizola iniciava a aventura do recém-criado PDT, depois de perder a legenda do PTB para Ivete Vargas. O último partido na disputa, o recém-fundado PT, de Lysâneas Maciel, manteria a última posição até as eleições.

Durante a campanha o trabalho apresentou o crescimento e a desconstrução da candidatura de Miro Teixeira, herdeiro do líder maior de sua legenda no Estado, o governador Chagas Freitas, de quem se afastou ao se aproximar da corrente esquerdista do partido e simpatizantes do ainda clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outra importante mudança analisada foi o surgimento e crescimento da candidatura do governista PDS. A falta de densidade eleitoral de Emílio Ibrahim levou à sua substituição pelo ex-prefeito de Niterói Wellington Moreira Franco, genro do senador Amaral Peixoto, grande rival de Chagas Freitas na liderança política do Estado que surgiu em 1975, com a fusão da Guanabara ao antigo Estado do Rio de Janeiro.

Ainda no capítulo relativo à campanha, procurei analisar – com auxílio do trabalho de pesquisadores e consulta aos órgãos de imprensa – algumas causas da ascensão dos dois candidatos que chegaram à reta final liderando as pesquisas de opinião. Leonel Brizola chegou à condição de favorito apoiado por seu carisma pessoal manifestado em participações em programas de rádio e televisão e pelo sucesso que teve ao se apresentar como o legítimo candidato de oposição, tanto ao governo federal, representado por Moreira Franco, quanto ao governo estadual, identificado em Miro Teixeira, apesar da tentativa do candidato de PMDB de se afastar de seu mentor político. Já Moreira Franco colheu os frutos de uma eficiente campanha publicitária combinada a estratégias de marketing político – utilizado de forma pioneira pela assessoria do candidato. Paralelamente a isso, analisamos os motivos das quedas de Sandra Cavalcanti – afetada pela inconsistência de seu partido e contradições no discurso oposicionista de uma aliada histórica dos militares – e, principalmente, Miro Teixeira. O candidato do PMDB não conseguiu sustentar a liderança que chegou a conquistar muito em consequência das contradições internas em sua campanha, que em determinado momento

passou a ser conduzida por um grupo de nove assessores de orientação de esquerda, os “luas pretas”. O afastamento do grupo chaguista fez com que perdesse o acesso à máquina estadual e o apoio do jornal *O Dia*, de propriedade do governador, beneficiando tanto Brizola como Moreira.

Na parte final da campanha, entra em cena a participação explícita dos veículos do grupo *Globo*, em especial de seu jornal. Ao analisar a edição dos jornais, a pesquisa pretende demonstrar como a preferência por Moreira Franco ficou flagrante nas edições do jornal, nas quais a cobertura do candidato do PDS ganham destaque e referências elogiosas em suas páginas, enquanto Leonel Brizola praticamente desaparece ou é destacado apenas em circunstâncias negativas. A demonstração dessa preferência ficou explícita no editorial publicado na primeira página de *O Globo* na véspera das eleições. A parcialidade assumida na cobertura resultou nas desconfianças contra o jornal da família Marinho nos dias que se seguiram à abertura das urnas.

Outra preocupação do trabalho foi pesquisar a possível influência da comunidade de informações no processo eleitoral, denunciada pouco menos de um mês da eleição por um artigo do jornalista Elio Gaspari no *Jornal do Brasil* onde ele afirmava que o SNI (Serviço Nacional de Informações) era a sexta sigla a atuar no processo eleitoral fluminense. A pesquisa recuperou o discurso de lançamento da candidatura de Miro Teixeira, ainda pelo PP – logo depois incorporado ao PMDB – em que ele prometia lutar contra “as malditas comunidades de informações”. Na entrevista que concedeu para este trabalho, Miro revelou o governador Chagas Freitas foi pressionado para que se afastasse de sua campanha e relatou uma tentativa de sequestro de sua esposa por parte de policiais ligados ao sistema de repressão do regime. As desconfianças chegaram ao auge no período de apuração das eleições.

O terceiro capítulo se concentra na atuação da empresa cujo nome está presente no título deste trabalho e marcou definitivamente a história das eleições de 1982 no Rio de Janeiro: a Proconsult. A pesquisa mostra como a empresa, que contava com militares em sua direção, venceu a licitação do Tribunal Regional Eleitoral para totalizar os votos no Rio de Janeiro, mesmo sem contar com nenhuma experiência no setor. Durante o capítulo, o polêmico trabalho da empresa é descrito e analisado com base no noticiário da época e no depoimento de políticos e jornalistas envolvidos naquele episódio. A pesquisa demonstra como a Proconsult fracassou do ponto de vista técnico, despertando suspeitas de envolvimento numa fraude que teria como objetivo derrotar o candidato do PDT e eleger o do

PDS. As suspeitas se materializaram nas pressões que representantes da empresa, em especial seu vice-presidente Arcádio Vieira, vieram a exercer sobre os jornalistas que comandavam a *Rádio Jornal do Brasil*, cujo esquema de apuração – depois adotado pelo próprio *Jornal do Brasil* – desde o início apontava para uma vitória de Leonel Brizola. Arcádio argumentava que os eleitores de Brizola eram mais propensos a cometer erros no preenchimento das cédulas, o que anularia os votos e aumentaria as possibilidades de vitória de Moreira. As pressões foram relatadas na obra de Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos, citadas nesta dissertação, e em entrevistas realizadas com os jornalistas Pety Cotta e Xico Teixeira e o político Cesar Maia.

Em contrapartida ao noticiário da *Rádio JB*, os veículos das Organizações *Globo* repetiam a lentidão da divulgação oficial e apresentavam, nos primeiros dias, uma vantagem para Moreira Franco. Diante de uma série de críticas e denúncias – incluindo uma reclamação do próprio Brizola durante uma entrevista na *TV Globo* – os veículos da empresa passaram a dar explicações sobre sua metodologia. Entre elas, a de que a defasagem em relação à emissora concorrente se dava pela opção da rádio de se concentrar na eleição do governador, enquanto os veículos *Globo* estariam priorizando o pleito proporcional – deputados federal e estadual e vereador.

A atuação dos jornais durante o processo de apuração dos votos foi um dos aspectos mais expressivos identificados na pesquisa e objeto do quarto capítulo deste trabalho. Depois de uma dificuldade inicial em seu sistema de computação, o *Jornal do Brasil* rendeu-se aos dados apurados pelo esquema paralelo montado por sua emissora de rádio e passou a projetar os números relativos aos votos obtidos pelos candidatos a governador. Ao mesmo tempo, o *Globo* divulgava um número muito inferior de urnas apuradas. Enquanto o *JB* já projetava a vitória de Brizola, o concorrente reproduzia a lenta apuração oficial, sempre com Moreira na frente, e divulgava projeções indicando uma indefinição quanto ao resultado final das eleições. À medida que avançava na apuração, o *JB* comemorava sua atuação, com anúncios institucionais em suas páginas. Quando já era flagrante o fracasso da Proconsult, o *Globo* passou a criticar a empresa, a quem atribuiu os problemas de sua própria apuração.

A pesquisa enfatiza, no entanto, que no próprio dia da eleição o jornal da família Marinho anunciava um grande esquema de apuração própria, envolvendo dezenas de estagiários que iriam coletar os votos diretamente das juntas apuradoras para transmiti-los por telefone – mesmo recurso utilizado pela *Rádio JB* – e a utilização de carros, motos e até

aviões para levar os boletins para a central de processamento do veículo. Em entrevista realizada com um dos coordenadores da apuração na época, o então repórter Paulo Cezar Pereira, ele relatou a angústia dos profissionais diante da lentidão da divulgação dos votos.

O trabalho destaca que a disputa se transformou em guerra no fim de semana dos dias 27 e 28 de novembro. No sábado, o *Jornal do Brasil* publicou uma série de denúncias relatando as pressões que o veículo impresso e, principalmente, a rádio, sofreram do executivo Arcádio Vieira, da Proconsult, para que mudassem seu método de apuração e seguissem os números oficiais. Como justificativa, de acordo com o jornal, ele apresentou aos jornalistas o “diferencial delta”, que seria o percentual de votos anulados de Brizola e que favoreceriam Moreira – tema já discutido nesta dissertação por meio das entrevistas realizadas com representantes da *Rádio JB*. O *Jornal do Brasil* também relatou naquela edição as ameaças de Arcádio Vieira ao chefe de reação da emissora, Procópio Mineiro, de que se fossem confirmados os números que projetavam a vitória de Brizola, um dos dois teria que fugir para Paris. O jornal revelava ainda que Arcádio havia oferecido, em outubro, os números da Proconsult para a rádio, revelando que já havia feito um acordo com um jornal e uma emissora de televisão de um mesmo grupo.

Essa última informação foi o gatilho que levou *O Globo*, no dia seguinte, a divulgar uma série de denúncias contra o concorrente, a quem acusou de ter, na realidade, negociado um acordo com a Proconsult. Em editorial, o jornal justificou sua reação ao afirmar que o grupo *Globo* era o único a dispor dos dois veículos apontados pelo *JB*. Entre as acusações publicadas naquele dia 28, *O Globo* acusava o concorrente de não ter denunciado Arcádio Vieira ao contrário do que ele fizera, informação confirmada na edição por representantes do TRE. Além disso, publicou reportagens apontando erros e contradições do *Jornal do Brasil*. Ainda em seu noticiário daquele domingo, *O Globo* abriu espaço para as explicações do próprio Arcádio Vieira, naquela que seria sua última entrevista à imprensa sobre o Caso Proconsult.

A análise do noticiário dos dois jornais demonstrou ainda que a ofensiva de *O Globo* sobre o concorrente duraria vários dias, ao mesmo tempo em que publicava matérias com manifestações de apoio recebidas tanto pelo jornal quanto por seu proprietário, Roberto Marinho. O inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar as denúncias apresentadas publicamente pelo *Jornal do Brasil* foi batizado por *O Globo* como Proconsult-*JB*. Já o *JB* raramente se referia ao *Globo*. A resposta irônica, sem nenhuma citação ao concorrente, veio

quando os dois jornais apresentaram, no dia 14 de dezembro, os dados finais da eleição, que confirmaram a vitória de Brizola sobre Moreira por 34,2% a 30,6% dos votos, o *JB* publicou matéria com o título: “*Jornal do Brasil* errou diferença por 0,08%”.

A pesquisa realizada me permitiu comprovar o empenho do grupo *Globo*, declaradamente na campanha e de uma forma não assumida na cobertura da apuração para derrotar Leonel Brizola e eleger Moreira Franco. É importante destacar que jornalistas que atuaram na época, entrevistados e citados neste trabalho, descartaram a participação da empresa em qualquer tentativa de fraude das eleições. A maior manifestação de solidariedade, porém, partiu do detentor do cargo mais importante do país. No dia 25 de novembro, o presidente João Figueiredo convocou a seu gabinete o repórter de *O Globo* responsável pela cobertura do Palácio do Planalto para manifestar solidariedade aos profissionais do jornal, da *Rede Globo* e do *Sistema Globo de Rádio*, pelas críticas feitas “por um representante da Oposição” à cobertura das eleições realizada pelas Organizações *Globo*. Através do jornalista, Figueiredo mandou um recado a todos os profissionais do grupo: “Estou sempre solidário com os que são atacados sem provas”, afirmou o presidente, lembrando que em um comício havia previsto que a oposição, ao ser derrotada nas eleições, poderia, ao não se conformar com os resultados das urnas, alegar que teria havido fraude²³³.

A reverência de João Figueiredo às Organizações *Globo* e seu presidente não se alterou com o término de seu mandato. Dois dias depois de sua morte, em 24 de dezembro de 1999, o programa “Fantástico” divulgou um vídeo gravado 12 anos antes durante um jantar oferecido ao ex-presidente por empresários no município fluminense de Paraíba do Sul. O vídeo mostrava um Figueiredo descontraído, cercado de outros homens e segurando um copo de cerveja. Na conversa, ele discorria sobre vários assuntos quando foi perguntado sobre Roberto Marinho e sua influência sobre o governo. A resposta de Figueiredo foi enfática: “Faz o ministro das Comunicações, muda quem ele quiser. No dia em que ele quiser virar contra o governo, o governo cai”²³⁴.

Ao prestar seu depoimento descontraído a amigos, o ex-presidente se esqueceu de um episódio, ainda recente na memória dos brasileiros por ocasião da gravação daquele vídeo: Roberto Marinho não conseguiu impedir a eleição do homem que seria escolhido para governar o Estado do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1982.

²³³ *O Globo*, 26/11/1982.

²³⁴ Reportagem de Geneton Moraes Neto exibida no programa “Fantástico”, da Rede Globo, exibido em 26/11/1982, disponível em, <https://www.youtube.com/watch?v=f-h0e2flvMw>. Acessado em 15/1/2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Entrevistas com políticos

Cesar Maia
Miro Teixeira
Roberto Saturnino Braga
Vladimir Palmeira

Entrevistas com jornalistas

Henrique Caban
Luiz Alberto Bettancourt
Luiz Erlanger
Pery Cotta
Paulo Cezar Pereira
Xico Teixeira

Obras gerais

ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Vol.IV.* Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

AMORIM, Paulo Henrique e PASSOS, Maria Helena. *Plim-Plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral.* São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBERTI, Verena. “Fontes Oraís. Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto, 2015.

BRIGAGÃO, Clóvis e RIBEIRO, Trajano. *Brizola.* São Paulo: Paz & Terra, 2015.

BRIZOLA, João. *Minha vida com meu pai, Leonel Brizola.* São Paulo: Planeta, 2016.

BRIZOLA, Juliana e GUERRA, Rejane. *Meu avô Leonel: frases, casos e depoimentos de Brizola.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: V.24, nº 47, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. “A República brasileira: pactos e rupturas”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política”. In: ABREU, A. (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Américo. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

FREIRE, Américo. “O fio da história: Leonel Brizola e a renovação da tradição trabalhista no Brasil contemporâneo (1980-1990)”. In: FREIRE, Américo e FERREIRA, Jorge (orgs.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREIRE, Américo e FERREIRA, Jorge (orgs.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2016.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JOFFILY, Mariana. “O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento”. In: REIS, Daniel Aarão et al. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. “Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto, 2015.

MOTTA, Marly. “Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara”. In: *História Oral*, São Paulo: n° 3, p.91-108, jun. 2000a.

MOTTA, Marly. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000b.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Ed., 2004.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POLLAK, Michael. “Memória, Silêncio e esquecimento”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil, história e memória: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível*. Rio de Janeiro: Record, 2016).

RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: REIS, Daniel Aarão et all. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGUERO, Carla Simone. “A anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje”. In: REIS, Daniel Aarão et all. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SARMENTO, Carlos Eduardo. “A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des) construção de uma imagem pública: trajetória individual e reelaboração memorialística”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O novo quadro da política fluminense: administração pública e representação política no Rio de Janeiro pós-fusão*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

SARMENTO, Carlos Eduardo. “Eleições em tempos de mudança: o campo político carioca entre o carisma e a rotina”. In: MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

SARMENTO, Carlos Eduardo. “Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et.al. *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia/SP: Ateliê, 2011.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, J; DELGADO, L (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. “A lenta via brasileira para a democratização: 1964-1974”, In: *Democratizando o Brasil*. STEPAN, Alfred (org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos”. In: *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. FLEISCHER, David (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral”. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Sites institucionais consultados

Acervo O Globo. Disponível para download: <http://www.oglobo.com.br>. Acessado em junho de 2016.

FGV CPDOC. Disponível para download: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado em junho de 2016.

Jornal do Brasil – hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível para download: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=. Acessado em junho de 2016.

Memória Globo. Disponível para download: <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/proconsult.htm>. Acessado em junho de 2016.

Memória jornal O Globo. Disponível para download: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/caso-proconsult-9328203>. Acessado em junho de 2016.

Memória JB. Disponível para download: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/27/ha-30-anos-jb-revelou-escandalo-do-proconsult-e-derrubou-fraude-na-eleicao/> Acessado em junho de 2016.

Memorial da Democracia. Disponível para download: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/tancredo-leva-o-pp-de-volta-ao-pmdb>. Acessado em janeiro de 2017.

Palácio do Planalto. Disponível para download: [:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm); http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm. Acessado em outubro de 2017.

PDT. Disponível para download: www.pdt.org.br. Acessado em maio de 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível para download: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/cedula-eleitoral-1>. Acessado em outubro de 2017.